

Lucineudo Machado Irineu
Adriana dos Santos Pereira
Ametista de Pinho Nogueira Silva
Ana Lorena dos Santos Santana
Fernando Henrique Rodrigues de Lima
Suellen Fernandes dos Santos
(Orgs.)

COLEÇÃO
ADC
TEORIA E MÉTODO

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

CONCEITOS-CHAVE

volume 1

PRÁTICA DISCURSIVA
DISCURSO
DIALÉTICA
TEXTOS
PRÁTICA SOCIAL
MUDANÇA
IDEOLOGIA
HEGEMONIA
PODER
MODERNIDADE TARDIA



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora ou dos autores.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

I68a Irineu, Lucineudo Machado (org.) et al.
Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave / Organizadores: Lucineudo Machado Irineu,
Adriana dos Santos Pereira, Ametista de Pinho Nogueira Silva, Ana Lorena dos Santos
Santana, Fernando Henrique Rodrigues de Lima e Suellen Fernandes dos Santos; Prefácio de
Viviane Vieira.– 1. ed.– Campinas, SP : Pontes Editores, 2020.
232 p.; il.; tabs.; fotografias; 16x23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-066-8

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Linguística. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso. 401.41
2. Linguística. 410

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA
CONCEITOS-CHAVE

volume 1

Copyright © 2020 - Dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração e Capa: Eckel Wayne
Revisão: Joana Moreira

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Gláís Sales Cordeiro

(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UnB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UnB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Francisco Otaviano, 789 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-056

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

GRUPO DE PESQUISA

ADC

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Representações, Ideologias e Letramentos



Acesse os podcasts da obra.

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram:

- submetidos a corpo de pareceristas internos do Conselho Editorial da Pontes Editores;
- submetidos a corpo de pareceristas externos;
- revisados por pares;
- indicados para publicação por todos os pareceristas e revisores indicados.

PARECERISTAS

Profa. Dra. Ana Paula Rabelo (UNILAB)
Profa. Dra. Beatriz Furtado Alencar Lima (UFC)
Prof. Dr. Emanuel Pedro Martins Gomes (UESPI)
Profa. Dra. Germana da Cruz Pereira (UFC)
Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo (UFRPE)
Prof. Dr. José Roberto Alves Barbosa (UFERSA)
Profa. Dra. Kaline Girão Jamison (UNILAB)
Prof. Dr. Marcos Antonio Lima do Bonfim (UECE)
Profa. Dra. Maria Leidiane Tavares Freitas (UNILAB)
Profa. Dra. Maria Valdênia Falcão do Nascimento (UFC)

REVISORES

Albaniza Brigida de Oliveira Neta
Amanda Almeida Alencar de Souza
Antônio Heleno Ribeiro Santiago
Érika Rodrigues Moraes Machado Girão
Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Jéssica Pinto Vieira
José Alves Ferreira Neto
Leandro de Holanda Rolim
Márcia Linhares Rodrigues
Suelen Teles Barreto
Tatiana Lourenço de Carvalho

IDEALIZADOR E PRODUTOR DOS PODCASTS

Filipe Teixeira Vieira

À Viviane Vieira e à Viviane Resende
(as queridas Vivianes, da UnB),
em reconhecimento a tudo que representam para os estudos
em Análise de Discurso Crítica praticados no Brasil.

Os estudos discursivos críticos, cujos conceitos-chave estão reunidos neste livro, nos mostram caminhos para a conscientização social de processos de sustentação ideológica do sistema mundial hegemônico, o que pode nos ajudar a retomar aos poucos a noção de poder como circular e sistêmico, conforme defende Ailton Krenak, seguindo, assim, a ética da colaboração, da complementação, da coexistência, da com-vivência, da “sustentabilidade”, nas relações sociais, políticas, econômicas, mas também na educação, na ecologia, na espiritualidade, nas relações de gênero, assim como em nosso próprio fazer-sentir científico-educacional.

(Viviane Vieira, 2020)

Reportando-me a essa experiência local, dos grupos de pesquisa de meu convívio – não é demais repetir que não generalizo coisa alguma –, o que vejo é que a Análise de Discurso Crítica no Brasil movimentou-se da adesão ao projeto formulado inicialmente por Norman Fairclough ao distanciamento rumo a perspectivas mais autorais, mais contextuais, e até na direção contrária (se tomamos os textos mais recentes do autor). Para mim, trata-se de um movimento tectônico: muda tudo.

(Viviane Resende, 2020)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
A CRÍTICA COMO ARTE DE FAZER-SE CRÍTICA	13
Viviane Vieira	
INTRODUÇÃO	
ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: OS PORQUÊS.....	17
Adriana dos Santos Pereira	
Ametista de Pinho Nogueira Silva	
Ana Lorena dos Santos Santana	
Fernando Henrique Rodrigues de Lima	
Lucineudo Machado Irineu	
Suellen Fernandes dos Santos	
DISCURSO.....	25
Alexssandro da Silva Pereira	
Lucas Matheus Silva Teixeira	
Rebeca Sales Pereira	
PODER	45
Cícera Fernanda Sousa do Nascimento	
Gislene Araújo Gabriel	
Helder Felix de Souza Júnior	
Ikaro César da Silva Maciel	
IDEOLOGIA	65
Antonio Soares da Silva Júnior	
Gustavo Cândido Pinheiro	
Iara de Sousa Nascimento	
HEGEMONIA	85
Francisco Daniel Batista da Silva	
Kelvy Wanderson de Moraes Maia	
Rafael Gonzaga Muller	
TEXTO	107
Auristela Rafael Lopes	
Hylo Leal Pereira	
Joelma Soares da Silva	
Marizita Saraiva Rabelo	
Tatiana Freitas Ribeiro Alcântara	

MODERNIDADE TARDIA.....	125
Eric Silva dos Santos	
Lucineide Matos Lopes	
Zilda Maria da Silva Dutra	
PRÁTICA DISCURSIVA	143
Alana Lessa do Nascimento Silva	
Ana Marcelle Rodrigues Pimentel	
Andre Diego Carvalho de Oliveira	
Claudênia de Paula Lemos	
PRÁTICA SOCIAL.....	159
Ángel Cañete Gómez	
Camila Maria dos Santos Silva	
Fábio Paulino de Oliveira	
Manoel Ivany dos Santos Vieira Júnior	
Márcio José Leite de Araújo	
Oton Fábio Xavier Viana	
Suêrda Lino Barroso	
MUDANÇA DISCURSIVA E MUDANÇA SOCIAL	175
Antônio Heleno Ribeiro Santiago	
Ingrid Xavier dos Santos	
Maria Eduarda Gonçalves Peixoto	
Waldênia Márcia da Silva Barbosa	
DIALÉTICA DISCURSO-SOCIEDADE	189
Bruno Eduardo Santos da Silva	
Paula Trajano de Araújo Alves	
Suze do Amaral Oliveira	
Vanessa Vanda Batista Teixeira	
POSFÁCIO	
ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO, DECOLONIALIDADE E	
OUTRAS HISTÓRIAS.....	205
Viviane Resende	
SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS.....	223

PREFÁCIO
A CRÍTICA COMO ARTE DE FAZER-SE CRÍTICA

Viviane Vieira

Com o coração agraciado, recebemos do *Grupo de Pesquisa ADC – representações, ideologias, letramentos*, o livro **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave** para enriquecer nossa bibliografia brasileira de estudos sobre o tema. Desde meados de 1990, quando o campo de estudos começou a ser aberto e semeado no Brasil, a Análise de Discurso Crítica mostrou seu potencial para agregar pessoas, de diferentes partes do País, engajadas no propósito de tecer a crítica sobre a participação/função irreduzível dos usos da linguagem na constituição da vida em sociedade, incluídas as relações interpessoais, geopolíticas, históricas, culturais etc. Isto porque, por meio da linguagem, compreendida em sentido amplo como *semiose* (abarcando sons, imagens, gestos, roupagens, performatividades, uso do espaço físico etc.), articulamos dialeticamente três principais modos como construímos significados. Nós *agimos e interagimos* no mundo, por meio de gêneros discursivos, nas relações de poder que nos constituem como agentes atuando com pessoas e sobre elas; também *representamos* e projetamos o mundo por meio de discursos particulares, nas representações/saberes que nos constituem como agentes de conhecimento, e, por fim, nos *identificamos e identificamos* a outrem e ao mundo, por meio de estilos, nas relações éticas que constituem nossos agenciamentos como seres de ação moral.

Tecemos a crítica para trazer à luz tanto processos sociodiscursivos ideológicos, com potencial para manter relações de dominação características do sistema mundial capitalista-patriarcal (de hierarquização

de valor de raça, etnia, territorialidade, gênero social, sexualidade, classe econômica, capacidades físicas e mentais, idade/geração etc.), quanto para lançar luzes sobre processos sociodiscursivos contraideológicos, que, partindo da conscientização dos primeiros, avançam em direção a práticas sociais de leitura-escrita-escuta-oralidade transformadoras, potencialmente capazes de ajudar a superar tais relações de dominação.

É nessa visão de linguagem, como parte constitutiva e inseparável do social, compreendida como um sistema semiótico dado e organizado, mas aberto para a construção de novas formas de significar a vida em sociedade, que, desde meados de 1990, diferentes esforços científicos, políticos, educacionais (para citar algumas das múltiplas facetas envolvidas) vêm sendo realizados em diferentes partes do Brasil.

Como frutos dessa colheita de décadas de diálogo e fazer científico-crítico, temos muitos estudos concluídos e em andamento sobre diversas temáticas; vários grupos de trabalho e pesquisa; materiais didáticos e parâmetros curriculares de ensino de Português construídos com base numa compreensão social da linguagem; diferentes abordagens teóricas e metodológicas para análise crítica. Por fim, uma sólida e representativa bibliografia, que mostra, a exemplo do que o livro **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave** nos oferece, a solidez e heterogeneidade desse campo de estudos que é, por natureza, aberto e interdisciplinar.

O que nos une como um campo de estudos, arrisco dizer, é o afeto, o coração: a coragem de acreditar nas pessoas, na vida como um todo e na transformação social; a coragem da crítica como arte de fazer-se crítica; a coragem para criticar os próprios limites da Linguística tradicional e dialogar transdisciplinarmente com as Ciências Sociais, a Filosofia, as Artes, a Educação, a Comunicação, a Administração, a Saúde e tantos outros campos de diálogo, como atestamos com a leitura deste livro; e, mais notável ainda, a coragem de criticar a si mesma no processo de expandir-se para além dos fundamentos europeus e de responder a demandas sociais locais pela crítica situada de desigualdades e de relações de exploração que sustentam o sistema mundial norte-americano-capitalista-patriarcal também pela linguagem em uso/discurso.

Como exemplo de sustentação ideológica do sistema mundial hegemônico, atualmente, podemos mencionar, por alto, complexos processos do capital

legitimados no discurso, a exemplo da racionalização, da financeirização da saúde e da desinformação. Isto inclui, de alguma forma, o cinismo como dissimulação, que consiste na “prática de ignorar uma realidade existente e conhecida para dar continuidade a ações, em que o sujeito sabe mas finge não saber”. “Um discurso recorrente, disseminado e naturalizado, que dissimula fatos e constrói falsas verdades, em que a narrativa dissimuladora em si, e não os fatos, passa a constituir o ‘regime de verdade’ ideológico em favor do poder assimétrico, e que passa por cima de relações ou processos sociopolíticos, culturais e históricos envolvidos” (Thaiza de Carvalho dos Santos e Viviane Vieira, *Discurso & Sociedad*, vol. 10 (4), 2016, p. 603. Representações da Presidenta Dilma Rousseff pelo “Movimento Brasil Livre”).

Vivemos uma conjuntura que nos conclama a sentir-pensar no cuidado de si e de outrem, nas relações de afeto, na saúde pública, na vida do planeta como um todo, temas que foram submetidos à lógica capitalista racional-legal patriarcal que define quais são os conhecimentos válidos e lucrativos sobre saúde na suposta “sociedade da informação”.

Assim é que se legitima, por exemplo, que Filosofia seria um saber/conhecimento menos relevante (!) do que Medicina, e que a Medicina válida não seria a preventiva e familiar, e que estatísticas de saúde coletiva são relevantes mas algumas precisariam ser camufladas nas interações/relações de poder para manter a economia financeira em funcionamento e, assim por diante, de maneira que, nas relações éticas como agentes morais, poderíamos ou não nos identificar com tais discursos.

Na resistência a estruturas opressoras coloniais-imperialistas, valores morais relacionados ao cuidado/cidadania e ao corpopocidania são centrais para a construção de uma nova vida em sociedade, baseada na solidariedade, no respeito à diversidade que lhe é inerente, na cooperação, na igualdade e não na competição (econômica, mas não só, já que a lógica do capital coloniza outros campos da vida social e privada) e suas relações de exploração e opressão em todos os níveis, que colocam o lucro de poucas pessoas acima da vida e do bem-estar social de muitas.

Os estudos discursivos críticos, cujos conceitos-chave estão reunidos em **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**, nos mostram caminhos para a conscientização social de processos de sustentação ideológica do sistema mundial hegemônico, o que pode nos ajudar a retomar aos poucos a noção de poder como circular e sistêmico, conforme defende Ailton Krenak. Desta maneira, segue-se a ética da colaboração, da complementação, da co-existência, da com-vivência, da “sustentabilidade”, nas relações sociais, políticas, econômicas, mas também na educação, na ecologia, na espiritualidade, nas relações de gênero, assim como em nosso próprio fazer-sentir científico-educacional, com “[...] práticas mais colaborativas e culturalmente sensíveis, buscando construir abordagens teórico-metodológicas de acordo com o que a comunidade demanda e com o que o campo oferece, numa postura mais aberta para a construção do diálogo com os saberes que vão se apresentando”. (Viviane Vieira, em *Decolonizar os estudos críticos do discurso*, 2019, p. 97).

INTRODUÇÃO

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: OS PORQUÊS

Adriana dos Santos Pereira
Ametista de Pinho Nogueira Silva
Ana Lorena dos Santos Santana
Fernando Henrique Rodrigues de Lima
Lucineudo Machado Irineu
Suellen Fernandes dos Santos

Fazer pesquisa em Análise de Discurso Crítica¹ tem sido um desafio, cada vez maior, para pesquisadores que se inscrevem em uma perspectiva de estudos da linguagem comprometida com a compreensão de questões sociais que perpassam a produção linguageira de/e sobre grupos historicamente oprimidos. Este desafio se torna ainda maior, no contexto atual, em que uma série de problemas sociais (como homofobia, racismo, machismo, entre outros) são reforçados e legitimados pelo discurso de grupos hegemônicos que naturalizam relações de opressão na e pela linguagem. Nessa dinâmica, cabe ao/à analista de discurso crítico atentar para as vozes historicamente violentadas que pedem mudança. A partir de pensamentos como esse, nasce o Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos da Universidade Estadual do Ceará, nosso GPADC/UECE/CNPq.

1 A expressão “Análise de discurso crítica” foi utilizada, pela primeira vez, por Norman Fairclough, em 1985, no artigo intitulado *Critical and descriptive goals in discourse analysis* no *Journal of Pragmatics*. Outro marco na história da referida expressão são o lançamento do periódico *Discourse and Society*, em 1990, por van Dijk e o simpósio realizado, em 1991, na University of Amsterdã, em que se reuniram, além de Fairclough e van Dijk, pesquisadores como Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Em terras brasileiras, Izabel Magalhães foi a pioneira nos estudos da ADC com a publicação de seu artigo “Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso” em 1986.

Nosso grupo, instância coletiva da qual emerge a proposta deste livro, congrega pesquisadores interessados nos estudos críticos da linguagem e objetiva, de modo geral, desenvolver investigações que analisem objetos de pesquisa construídos à luz da concepção de linguagem como prática social, voltando-se para o desenvolvimento de pesquisas sobre representações, ideologias, letramentos, discurso de/sobre grupos minoritários e/ou em situação de vulnerabilidade social, identidades, desconstrução de relações assimétricas de poder e descolonização do saber.

No âmbito do GPADC/UECE/CNPq, reconhecemos que é preciso marcar politicamente o lugar epistemológico do qual falamos: a Linguística Aplicada (LA). Enquanto área de investigação que abriga estudos em perspectiva crítica e que, segundo Pennycook (2006), tem-se firmado como campo que se repensa com insistência, à medida que problematiza o próprio fazer científico e o lugar dos sujeitos nele imbrincados, a LA se/nos mostra terreno fecundo para a disseminação de nossos ideais enquanto grupo de pesquisa cujas ações se voltam para a produção democrática do conhecimento, para o amplo acesso aos bens produzidos academicamente e para reflexão e o combate das relações assimétricas de poder que se instauram na universidade e fora dela.

A partir dessas ideias, o GPADC desenvolve investigações que contribuem para a problematização/desconstrução de relações assimétricas de poder projetadas na sociedade contemporânea, em especial na mídia, em escolas e em universidades, com ênfase na divulgação científica, por meio de publicações em periódicos especializados e de promoção de eventos e projetos de pesquisa e de extensão na UECE e em outras universidades. Já somos mais de 60 pesquisadores/as reunidos no grupo, entre professores, estudantes de graduação e de pós-graduação e profissionais diversos de diversas áreas do conhecimento! E isso é algo de que nos orgulhamos muito: nosso grupo de pesquisa é aberto a todos/as que nos procuram, sem qualquer tipo de restrição. Do ponto de vista epistemológico, compreendemos a existência do GPADC em duas fases.

Na primeira fase, desde sua criação, em 2018, até a publicação da presente obra, em 2020, voltamos nossas ações para os estudos de base

da ADC em suas seis abordagens, revisitando os trabalhos de teóricos estrangeiros sobre os quais se assentam as origens dos estudos discursivos em vertente crítica. Para compreender um pouco mais esse movimento inicial do GPADC, tal como mapa de rota traçada, sugerimos a leitura atenta do preciso e belo prefácio desta obra assinado por Viviane Vieira e intitulado *A crítica como arte de fazer-se crítica*.

Na segunda fase, inaugurada a partir da publicação da presente obra, em 2020, entendemos que era chegada a hora de partirmos para a desconstrução de pensamento fundante e construção de autoria epistemológica a partir dos estudos decoloniais praticados no Brasil, no grande escopo da América Latina. Sobre esse movimento migratório, sugerimos a leitura consciente do forte e provocante posfácio desta obra assinado por Viviane Resende, intitulado *Estudos críticos do discurso, decolonialidade e outras histórias*, que compreendemos como pergaminho indicador dos múltiplos caminhos que ansiamos percorrer.

Circunscrita à ADC, que praticamos no bojo dos estudos em LA, a presente obra discute conceitos-chave dessa abordagem que auxiliam na problematização/desconstrução de relações assimétricas de poder projetadas na sociedade contemporânea e se preocupa em fornecer a pesquisadores/as a oportunidade de autorreflexão sobre sua própria atuação do mundo, a partir das noções de *discurso, poder, ideologia, hegemonia, texto, modernidade tardia, prática discursiva, prática social, mudança discursiva e social e dialética discurso-sociedade* debatidas por escrito nos capítulos e oralmente nos *podcasts* que compõem a obra que, dado seu objetivo socialmente engajado, não faz escolhas excludentes por designativos gramaticais de gênero deixando emergir, ao longo de todos os textos, as diversas marcas textuais que expressam nosso reconhecimento da pluralidade de modos de existir e ser quando tratamos de identidade de gênero, orientação sexual e performatividade. O passeio que fazemos por tais conceitos-chave leva a (nos) questionar: afinal, o que significa fazer Análise de Discurso Crítica nos dias de hoje?

Significa, de início, ter clareza sobre o que entendemos por análise. Ao reconhecermos que todos os esforços investigativos, em especial

aqueles que atravessam pesquisas contemporâneas, objetivam lançar mão de metodologias que conduzem o fazer científico, as análises feitas em ADC acabam por dar ênfase a interpretações especializadas dos dados resultantes do objeto estudado. Trata-se de um movimento em que pesquisadores, ao mesmo tempo, executam suas estratégias de investigação, sistematizam suas escolhas teóricas e submetem seu ofício ao escrutínio da crítica e da reflexão progressista.

É importante reconhecer que, ao voltarmos nosso olhar para o processo analítico da pesquisa, em especial aquela que é relevante para a ADC, estamos diante da descoberta da Identidade de pesquisadores/as reflexivos/as que esmiúçam as variantes passíveis de compreensão e interpretação; logo, a análise, como atividade investida de dimensões visíveis, múltiplas e exploráveis do objeto de estudo, serve-se dos dados para encontrar as diversas perspectivas/categorias subjacentes ao tema investigado, com base em um engajamento social e crítico. É assim que pensamos nosso trabalho em ADC posto em diálogo a partir dos capítulos que apresentamos na presente obra.

Em ADC, o enfoque dado às análises volta-se para os processos sociais em perspectiva majoritariamente qualitativa e se apoia em procedimentos dialéticos de interpretação cujo escopo metodológico foi ressignificado para abarcar uma visão menos dogmática em pesquisa social (BAUER; GASKELL, 2002). Para os propósitos de uma análise discursiva crítica, não é indispensável coroar novos modelos de análise de dados. Ao contrário, desejamos ventilar possibilidades que possam sustentar o exame articulado de um fenômeno social e seus efeitos discursivos manifestos em complexas redes de textos.

Convém esclarecer que a perspectiva de análise com a qual nos comprometemos em ADC, além de possibilitar a investigação dos aspectos do mundo a partir de um prisma questionador, se destina a observar e a interpretar o fenômeno e os objetos que dele derivam, os atores sociais envolvidos e ainda, os seus processos em contexto situado, na medida em essa perspectiva aproxima-se da realidade e pode ser estudada. Nessa perspectiva, defendemos que um enfoque comprometido e engajado com

os temas da contemporaneidade, como o é a ADC, “só alcança a validade à luz da prática social” (TRIVIÑOS 1987, p. 129).

Em última instância, é possível dizer que o propósito de toda análise científica é, sobretudo, ir além de descrições objetivas, buscando a interpretação crítica e especializada de dados e verificando a conexão entre os elementos que compõem a prática social em debate.

Dessa forma, o processo de análise se efetua na explanação daquilo que é gerado ao longo de toda a pesquisa, desde o instante em que os/as Pesquisadores/as lançam seus questionamentos em direção aos objetos de pesquisa, ancorando-se na articulação entre aquilo que foi coletado/gerado em termos de textos e as diversas perspectivas teóricas com as quais dialogou, até os interesses da pesquisa e os fundamentos metodológicos, em destaque aqueles que respondem por uma perspectiva etnográfico-discursiva, grande tendência de análise de dados em ADC nos dias de hoje (MAGALHÃES *et al.*, 2017). Ora, se já nos estão claros os significados da expressão “análise”, discutidos aqui, retomemos nossa questão de partida: o que significa, afinal, fazer Análise de Discurso Crítica em tempos como os que vivemos hoje?

Significa, por extensão, compreender o termo “discurso” a partir da polissemia que lhe é constitutiva, a saber, discurso como: (i) enunciado oral, escrito ou multimodal, (ii) mensagem solene e extensa, (iii) conjunto de enunciados característicos do modo de pensar e/ou agir de dados grupos e, por fim, (iv) como uma dimensão da prática social (destaque para essa última acepção, que ocupa uma história nos estudos da linguagem).

Até a década de 1970, grande parte dos estudos linguísticos voltava sua atenção à análise de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas de sentenças abstratas e consideradas ideais. É somente com o início dos trabalhos em Análise do Discurso, na década de 1960, na França, com Pêcheux, que o uso efetivo da língua e sua relação com a sociedade se torna, de modo explícito, objeto empírico de pesquisas científicas (OLIVEIRA, 2013; VAN DIJK, 2008).

Segundo Fairclough (2001, p. 20), essa mudança de paradigma nos estudos da linguagem acompanha a “‘virada linguística’ na teoria social,

cujo resultado é um papel central conferido à linguagem nos fenômenos sociais”. A concepção de linguagem como prática social, que orienta os trabalhos em ADC, atualmente, dentro do grande escopo da LA enquanto área do conhecimento, é desdobramento dessa “virada”. Nomes de estudiosos como van Dijk e Fairclough, somente para citar alguns, tornaram-se referência quando o assunto são as múltiplas concepções de discursos a partir das quais se erigem as abordagens em ADC².

Van Dijk (2008, p. 48), por exemplo, aponta que os discursos, usados em contextos sociais, são realizações de sequências de atos de fala, em nível micro e macro, tendo como principal função “estabelecer alguma representação semântica, e sobre essa base, alguma representação pragmática na memória do ouvinte ou leitor”. A partir dessas características, van Dijk (2008; 2000) concebe tais realizações como atos comunicativos complexos, de modo amplo, e como fenômeno prático, social e cultural, de modo específico. De modo semelhante, Fairclough (2001, p. 20), de início, considera discurso como “forma de prática social”, ou seja, como um modo de ação no mundo. Posteriormente, o próprio autor (FAIRCLOUGH, 2003) refina o conceito de discurso e passa a entendê-lo como um momento, uma dimensão da prática social.

Fazer Análise de Discurso, tal como nos propomos nessa obra, significa, então, proceder a uma interpretação especializada da dimensão da prática social que tomamos como objeto de pesquisa, destacando a conexão da referida dimensão com os demais elementos da prática. Dito isso, voltamos a nosso questionamento-base: o que faz dessa interpretação especializada uma atividade crítica?

Recorrendo à etimologia, reconhecemos que a expressão “crítica” se constrói semanticamente a partir das noções de crise e de critério (FERREIRA; RAJAGOPALAN, 2016): é por meio da crítica que, em momentos de crise, estabelecemos critérios para refletir, agir, superar.

2 Segundo Magalhães *et al.* (2017), com base em Wodak e Meyer (2009), são seis as referidas abordagens: (i) histórico-discursiva de Reisigl e Wodak (2009), (ii) Linguística de *Corpus* de Mautner (2009), (iii) representação dos atores sociais proposta por Van Leeuwen (2009); (iv) análise de dispositivo de Jäger e Maier (2009), (v) sociocognitiva de van Dijk (2009), (vi) dialético-relacional de Fairclough (2009). Os termos-chave a que fazemos referência nessa obra são discutidos em face das referidas abordagens.

No escopo da LA, Pennycook (2012, p. 38) apresenta uma variedade de acepções que caracterizam os estudos críticos, dentre as quais destacamos a ideia da ADC como “prática problematizadora” e como “demanda ética e política de pensar de outra forma, de desenvolver uma forma de resistência crítica, de ver outras possibilidades”.

Destacamos que muito do que hoje compreendemos por crítica em ADC encontra guarida nas proposições dos representantes da Escola de Frankfurt, a saber: Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin e Jürgen Habermas, pensadores ancorados no ideário de que a ciência moderna deveria abrir-se a uma linha de raciocínio crítica, flexível e transdisciplinar, ou seja, a um modo de produzir conhecimento com foco na emancipação social e no questionamento das relações assimétricas de poder, consubstanciando a dialética discurso-sociedade que faz da ADC uma prática investigativa engajada.

Em síntese, podemos afirmar que fazer Análise de Discurso Crítica, nos dias de hoje, significa comprometer-se com o labor da interpretação especializada na dimensão da prática social de que nos ocupamos, sempre em perspectiva problematizadora e engajada. Significa, portanto, estabelecer diálogos, fazer conexões, tudo em prol de uma sociedade que se busque, a cada dia, mais democrática e menos desigual.

Significa, acima de tudo, empreender redes de luta e resistência, tal como as que compomos nessa obra que agora se apresenta a seus leitores como resultado da mais expressiva experiência dialógica que vivemos enquanto grupo, do ponto de vista da divulgação científica: a publicação de um livro produzido, em regime de coletividade e colaboração em todas as fases, por quase 70 colaboradores!

Eis aqui o que somos... eis aqui o GPADC/UECE!



Acesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad., rev. tec. e pref.: I. Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- FERREIRA, R; RAJAGOPALAN, K. (org.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE V. M. **Análise do discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.
- OLIVEIRA, L. A (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013.
- PENNYCOOK, A. **Language and mobility: unexpected places**. Bristol/Buffalo/Toronto: Multilingual Mattes, 2012.
- PENNYCOOK, A. Uma Linguística Aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-84.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VAN DIJK, T. A. El discurso como interacción social. **Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona: BEG, 2000.
- VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. org. e apres. Ingedore V. Koch. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- VAN DIJK, T. A. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & Society**, 4, n. 2, 1993. 249-283. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0957926593004002006>. Acesso em: 03 maio 2020.
- WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Tradução Débora de Carvalho Figueiredo. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004. Disponível em http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297. Acesso em: 03 maio 2020.
- WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2. ed. London: Sage, 2009.

DISCURSO

Alexssandro da Silva Pereira
Lucas Matheus Silva Teixeira
Rebeca Sales Pereira

INTRODUÇÃO

O conceito de discurso é central para estudos discursivos de vertente crítica, mas não é um ponto pacífico entre os/as pesquisadores/as. Diante das divergências, há algo que podemos afirmar sem equívoco: a concepção de discurso proposta por Michel Foucault destaca-se como contribuição basilar para tais vertentes, como evidenciamos neste capítulo. Foucault (2008 [1969], p. 136) entende discurso como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo-espço, que definiram, em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. O conceito desenvolvido por Foucault norteia concepções críticas por conferir relevância a questões ideológicas na compreensão do que é discurso.

Nobre (2004) esclarece que a Teoria Crítica tem sua origem nos estudos da Escola de Frankfurt e que todas as vertentes advindas desse pensamento têm em comum o fato de apresentarem uma análise que não pretende apenas dizer “como as coisas são” (como as análises tradicionais de cunho positivista¹), mas “como deveriam ser”, de acordo com determi-

1 O Positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França, no começo do século XIX, tendo como principais idealizadores os pensadores Auguste Comte e John Stuart Mill. As teorias positivistas têm por objetivo explicar como as coisas são, a partir de evidências científicas, sem apresentar críticas sobre mudanças.

nados princípios ontológicos². Nobre (2004) parte de uma discussão sobre a etimologia da palavra crítica e conclui que o/a pesquisador/a crítico/a reflete sobre critérios necessários para superar determinada crise social a partir do discurso, conferindo um caráter de engajamento a sua análise.

Wodak e Meyer (2009) apontam as seis principais vertentes ou abordagens de Análise de Discurso Crítica (ADC) e destacam seus principais representantes. É a partir delas que organizamos este capítulo nos seguintes tópicos: Histórico-Discursiva (Reisigl e Wodak), Linguística de *Corpus* (Mautner), Análise de Dispositivo (Jäger e Maier), Teoria das Representações de Atores Sociais (van Leeuwen), Sociocognitiva (van Dijk) e Dialético-Relacional (Fairclough). Embora tais vertentes compartilhem princípios fundamentais de caráter ontológico, diferem em seus princípios epistemológicos e metodológicos. Considerando esses aspectos, abordamos o conceito de discurso para as vertentes da ADC, a partir de então.

HISTÓRICO-DISCURSIVA

O conceito de discurso para a vertente Histórico-Discursiva, segundo sua principal pesquisadora, Ruth Wodak, é influenciado por outras abordagens de ADC, principalmente a vertente Dialético-Relacional, idealizada pelo linguista Norman Fairclough. Ao incorporar a noção de discurso de Fairclough, Ruth Wodak assume uma influência direta do conceito de Michel Foucault e uma relação dialética entre discurso e sociedade.

Wodak (2003) pontua que o discurso pode ser considerado um elemento constitutivo das práticas sociais e, simultaneamente, um elemento constituído por elas. Isso porque as práticas sociais possuem uma dimensão discursiva (formas de realização da linguagem) e uma dimensão não discursiva (crenças particulares e relações entre sujeitos

2 Ontologia são os princípios filosóficos que fundamentam a criação de uma teoria. A ontologia de todas as abordagens de ADC fundamenta-se nos estudos da Teoria Crítica, postulados pelos filósofos da Escola de Frankfurt e que têm como principal reflexão encontrar ações que superem obstáculos à emancipação social. Para melhor compreender as características ontológicas da Teoria Crítica, indicamos a leitura da obra de Nobre (2004), que traz sugestões de bibliografia de base e inclui trechos de obras originais dos principais filósofos da Escola de Frankfurt, onde as primeiras reflexões foram lançadas. Entre esses filósofos estão Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas.

sociais), que possuem uma relação dialética. Desse modo, a autora define discurso como “um complexo conjunto de atos linguísticos simultâneos e sequencialmente inter-relacionados que se manifestam dentro e através dos âmbitos sociais de ação” (WODAK, 2003, p. 105)³.

Para exemplificar, imaginemos o discurso político proferido em combate à regência do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, considerando o recorte temporal que compreende o processo que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, então presidenta do país, no ano de 2015, até a nova eleição presidencial de 2018. Ao analisar as manifestações linguísticas, juntamente com outros fatos e fenômenos desse contexto social (reportagens de jornais da época, por exemplo), seria possível detalhar a construção de um discurso antipartidário, constituído por novos termos como “antipetismo” e “petralha”, que emergiram popularmente nos últimos anos, indicando a construção de novos discursos em práticas sociais pertencentes ao contexto brasileiro. Wodak (2003) postula que a análise desses discursos deve estar integrada a teorias sociais, considerando a relevância do que ela denomina “contexto”.

Por fim, importa acrescentar que a abordagem Histórico-Discursiva “analisa a dimensão histórica das ações discursivas, explorando os modos em que os tipos particulares de discurso se veem sujeitos a uma mudança diacrônica” (WODAK, 2003, p. 104)⁴. A partir dessa abordagem, é possível analisar a formação de novos discursos, considerando seus aspectos linguísticos, como escolhas lexicais e estruturas sentenciais, ao mesmo tempo que se compreende a relação dialética entre a linguagem e aspectos sócio-históricos. A influência do conceito de discurso de Foucault (2008 [1969]) na abordagem Histórico-Discursiva se torna evidente ao relembrarmos a citação desse autor, apresentada na introdução deste capítulo.

3 Todas as traduções presentes neste capítulo foram feitas pelos/as autores/as. No original: “El <<discurso>> puede comprenderse como un complejo conjunto de actos lingüísticos simultáneos y secuencialmente interrelacionados, actos que se manifiestan a lo largo y ancho de los ámbitos sociales de la acción”.

4 No original: “Además, analiza la dimensión histórica de las acciones discursivas procediendo a explorar los modos en que los particulares tipos de discurso se ven sujetos a un cambio diacrónico”.

LINGUÍSTICA DE *CORPUS*

No caso da Linguística de Corpus (LC), há controvérsias entre pesquisadores/as sobre esta constituir uma das abordagens de ADC (SARDINHA, 2000; KOTEYKO, 2006; WODAK; MEYER, 2009) ou uma metodologia aplicada a diversos tipos de pesquisa linguística, inclusive à ADC (STUBBS, 1996; SANDERSON, 2008, para citar alguns). Essa discussão se dá porque a LC, inicialmente, não tinha interesse em estudos discursivos, posteriormente, tornou-se frutífera para os estudos em Linguística Aplicada (majoritariamente para o ensino de línguas) e somente nos anos 1990, começou a estar presente em estudos discursivos, geralmente atrelada a outras abordagens.

Tais fatores tornam difícil delimitar o conceito de discurso com o qual se trabalha na LC. Nos próprios dicionários especializados (*Glossary of Corpus Linguistics* é um exemplo), há o conceito de texto, mas não o de discurso. Mautner (2015, p. 156), a linguista mais representativa dos estudos discursivos críticos em LC, define-o da seguinte maneira: “Discurso é tomado para se referir a textos autênticos utilizados em ambientes multicamadas para desempenhar funções sociais”⁵ e analisá-lo é reconhecê-lo “como agente de mudança social potencialmente poderoso”. A partir dessa definição, o discurso é visto como forma de ação no mundo. O trabalho de Koteyko (2006) é um dos poucos que esclarecem que esse conceito de discurso tem origem no conceito de *ordens de discurso*, proposto por Foucault (1989):

[...] Com a formulação de princípios mais teóricos subjacentes à abordagem do *corpus*, podemos observar a emergência da linguística do *corpus* como uma (sub) disciplina por si só. Isso levou a um novo foco na análise qualitativa, juntamente com *uma preocupação do discurso no sentido foucaultiano*, isto é, como uma formação sócio-histórica concreta caracterizada por maneiras particulares de usar a linguagem (KOTEYKO, 2006, p. 1, grifo nosso)⁶.

5 No original: “Discourse is taken to refer to authentic texts used in multi-layered environments to perform social functions”.

6 No original: “With the formulation of more theoretical principles underlying the *corpus* approach, we can observe the emergence of *corpus* linguistics as a (sub-) discipline in its own right. This has led to a new focus on qualitative analysis together with a concern of discourse in Foucauldian sense, i.e. as a concrete socio-historical formation characterized by particular ways of using language”.

A LC, portanto, baseia-se no princípio foucaultiano de que o discurso tem significado em si mesmo e é compartilhado socialmente. Koteyko (2006) ressalta que o uso de uma quantidade maior de *corpora* (evidências discursivas) pode ampliar as possibilidades de análise do que Foucault (1989) denomina de “formação discursiva”, pois, aponta para regularidades/recorrências discursivas em textos autênticos produzidos por grupos sociais, revelando suas visões de mundo.

Sendo assim, é possível identificar um discurso discriminatório a partir da recorrência de determinadas estratégias de formação discursiva. Um exemplo seria o uso de conectivos adversativos em orações compostas por coordenação e subordinação, como na conhecida sentença: “Não tenho nada contra (casamento entre pessoas do mesmo sexo/ pessoas negras/pessoas em situação de vulnerabilidade/mães que criam seus filhos sozinhas etc.), *mas...*”. A recorrência do uso dessa estrutura linguística, por exemplo, pode ser quantificada e analisada qualitativamente em estudos discursivos críticos, revelando padrões na construção de discursos de opressão a minorias sociais. As recorrências lexicais também são relevantes para compreender a constituição de discursos que optam por certas denominações em detrimento de outras, como: mãe solteira ou mãe solo; moradores de rua ou pessoas em situação de rua; aborto é assassinato de crianças ou aborto é questão de saúde pública; precarização do trabalho ou empreendedorismo.

Mautner (1995, p. 1) assinala que o uso de softwares de computador em análises de LC tem “potencial para ajudar a desvendar como discursos particulares, enraizados em contextos socioculturais específicos, constroem realidade, identidades sociais e relações sociais”⁷. Wodak e Meyer (2016) afirmam que as técnicas quantitativas da LC podem ser usadas em associação com qualquer outra vertente da ADC, sendo mais comumente associadas a pesquisas que se norteiam pelas vertentes sociocognitiva e dialético-relacional.

7 Aqui, a autora faz referência a Fairclough (1992, p. 64), livro *Discourse and Social Change*.

ANÁLISE DE DISPOSITIVO

A Análise de Dispositivo (ADisp) constrói seu conceito de discurso aliando-o ao conceito de “dispositivo”, que foi desenvolvido por Foucault (2008, 2000) e em entrevistas concedidas sobre suas obras e também em entrevistas concedidas sobre seus livros. A elaboração do conceito de dispositivo surge como uma forma de investigar a subjetividade do indivíduo explorando as noções de prática discursiva e prática não discursiva, ou seja, da linguagem como materialidade e prática.

Siegfried Jäger e Florentine Maier, os autores mais expressivos da ADisp, adaptam o conceito foucaultiano de dispositivo e o definem como “uma síntese do conhecimento em constante evolução, construída em práticas executadas linguisticamente (pensar, falar, escrever), práticas executadas não linguisticamente (‘fazer coisas’) e materializações (coisas naturais e construídas)”⁸ (JÄGER; MAIER, 2016, p.113). Desse modo, os dispositivos funcionam ligando os elementos linguísticos aos aspectos não linguísticos que são constitutivos de uma prática social, possibilitando que tais elementos existam em dialética.

Dentre os dispositivos assinalados por Foucault, Jäger e Maier (2016, p. 149) focalizam o dispositivo do “saber” como uma importante ferramenta de interpretação de significados e o definem como “todo conteúdo que constrói a consciência humana”⁹. As práticas linguísticas, não linguísticas e as materializações são conectadas pelo dispositivo do saber, que é determinado pelos espaços e pelas experiências que afetam o sujeito desde seu nascimento. A relevância de se considerar o conceito de dispositivo na compreensão do conceito de discurso está, portanto, na possibilidade de ampliar o entendimento a respeito da relação dialética entre os elementos discursivos e não discursivos que constituem uma determinada prática social.

8 No original: “a constantly evolving synthesis of knowledge that is built into linguistically performed practices (i.e. thinking, speaking, writing), non-linguistically performed practices (vulgo ‘doing things’) and materializations (i.e., natural and produced things)”.

9 No original: “All contents that make up human consciousness”.

O discurso é considerado por Jäger e Maier (2016) como um resultado que é performado em dupla ação pelos sujeitos de uma sociedade. Isso significa que, em um primeiro momento, sujeitos apropriam-se de discursos orientando formas de saber e respondendo a uma realidade, e em um segundo momento, produzem discursos e agem ativamente na realidade. Segundo Jäger e Maier (2016, p. 150), tais compreensões são herdadas dos estudos de Michel Foucault e Louis Althusser.

Para Jäger e Maier, o discurso atua como “um modo institucionalizado de falar [e, podemos acrescentar: um ato não-linguisticamente performado] que regula e reforça ação e exerce o poder”¹⁰ (LINK, 1983, p. 60 *apud* JÄGER; MAIER, 2016, p. 111). Portanto, o discurso não é percebido apenas como uma forma de produção linguística, mas os “elementos não linguísticos” também constituem o discurso exercendo poder e projetando um saber. Assim, “diferentes discursos e dispositivos são intimamente entrelaçados formando uma gigante massa de moagem de todos os discursos sociais e dispositivos” (JÄGER; MAIER, 2016, p. 111)¹¹.

É importante ressaltar que, para Jäger e Maier (2016), um dispositivo não necessariamente é um discurso e nem um discurso é necessariamente um dispositivo, e que a compreensão desses dois conceitos é essencial para a análise discursiva que os autores propõem. Para compreender como um discurso exerce seu efetivo papel social, é preciso ter em conta que sua significação e efeito são situados no tempo e espaço em que é produzido. Para compreender o dispositivo, é necessário saber se ele constitui uma relevância histórica e social para o sujeito, pois quando isso não ocorre, “as partes da realidade se tornam insignificantes no mais puro sentido da palavra. Elas retornam ao estado vazio” (JÄGER; MAIER, 2016, p. 115)¹².

10 No original: “An ‘institutionalized way of talking [and, we may add: non-linguistically performed acting] that regulates and reinforces action and thereby exerts power”.

11 No original: “Different discourses and dispositives are intimately entangled with each other and together form the giant milling mass of overall societal discourse and dispositives”.

12 No original: “those parts of reality become meaningless in the truest sense of the word. They return to a blank state”.

Para fins de exemplificação, imaginemos uma cerimônia de casamento cristão ocidental. Esse evento não somente reúne familiares e conhecidos para celebrar a união de duas pessoas perante a sociedade, mas produz discursos, evoca decisões e atos de fala¹³, e promove relações desses elementos com os dispositivos. Um dispositivo essencial nesse contexto é a aliança dos noivos, que não é utilizada somente para representar a união do casal; ela rege relações, exerce *status* perante a sociedade, e discursos são (re)produzidos de forma a exercer tal conhecimento e prática do uso da aliança e suas atribuições. A bíblia e as leis são exemplos de discursos que agem como dispositivos e exercem um poder no rito casamento cristão ocidental, ao ditar práticas e excluir/incluir participantes dependendo de determinados princípios. Essa rede de relações entre dispositivos e discursos mantém a construção do saber e do poder sobre determinada prática social (nesse caso, o casamento), garantindo sua perpetuação na sociedade.

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES DE ATORES SOCIAIS

A definição de discurso da Teoria das Representações de Atores Sociais também se baseia nos estudos de Michel Foucault. Para Theo van Leeuwen (2008, p. 6), principal linguista dessa vertente, discursos são:

[...] cognições sociais, maneiras socialmente específicas de conhecer as práticas sociais, elas podem e são usadas como ferramentas de representar práticas sociais no texto. Isso significa que é possível reconstruir discursos a partir de textos¹⁴.

13 O conceito de “ato de fala” é cunhado pelo filósofo da linguagem John L. Austin. Esse autor propõe uma visão da linguagem como ação, em contraposição à visão anterior de linguagem como apenas uma forma de representação do mundo.

14 No original: “As discourses are social cognitions, socially specific ways of knowing social practices, they can be, and are, used as resources for representing social practices in text. This means that it is possible to reconstruct discourses from the texts that draw on them”.

Para van Leeuwen, o discurso funciona como prática social, forma de ação e de representação de práticas sociais, além de uma forma de conhecimento. O discurso é, portanto, compreendido como uma forma de agir, podendo exercer poder e controle; além de representar uma realidade socialmente compartilhada. A Teoria de Representações de Atores Sociais também propõe uma compreensão do discurso como forma de construção de identidades discursivas de indivíduos ou grupos sociais.

Para alcançar os objetivos mencionados anteriormente, van Leeuwen constitui sua análise partindo da Linguística Sistêmico Funcional, proposta por Michael Halliday (1994), orientando sua análise linguisticamente e buscando compreender de que modos os atores são (re)contextualizados discursivamente, no que se refere à sua agência.

A fim de exemplificação, imaginemos uma notícia jornalística que aborda a temática da violência envolvendo jovens com menos de 18 anos, em comunidades de vulnerabilidade social. O discurso apresentado na notícia poderá ser construído textualmente de diversas maneiras: uma possibilidade é que um jovem seja representado como alguém que tem participação ativa nos prejuízos da realidade que o cerca, conferindo-lhe responsabilidade sobre determinado crime e representando-o através de verbos acionais como “ele executou, ele assassinou, ele procurou”; outra seria que esse mesmo jovem seja representado discursivamente de maneira passiva, como vítima de problemas sociais e governamentais mais amplos que o colocam em situação de vulnerabilidade. A forma como esse jovem é representado aponta para determinados discursos que são acessados pelo autor da notícia, revelando, dentre outros aspectos, questões ideológicas.

Em razão do avanço da discussão sobre a multimodalidade no âmbito científico, van Leeuwen apresenta outra proposta analítica em coautoria com o linguista alemão Gunther Kress, a qual denominam de Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006 [1996]). Nessa obra, os autores postulam contribuições para a análise discursiva multimodal, observando que “torna-se imperativo que os analistas críticos do discurso sejam capazes de questionar criticamente tanto textos verbais quanto os

visuais e multimodais” (ALVES, 2018, p. 79). Desse modo, propõe a análise de características como saliência, valor de informação e contato¹⁵, para a compreensão de discursos em termos da representação dos atores sociais em textos multimodais. Nessa proposta, o conceito de discurso permanece o mesmo.

Para fins de exemplificação dessa nova proposta, observe a imagem abaixo:

Figura 1 – Anúncio de Sabonete Líquido



Fonte: Artigo de jornal público¹⁶.

Podemos considerar o exemplo acima como forma de discurso pois, Kress e van Leeuwen (2006 [1996]) consideram o efeito dos textos imagéticos e verbais na veiculação de um discurso. Desse modo, o exemplo proporciona uma representação dos atores sociais negros como não desejados e que sua cor precisa ser clareada para tornar-se ideal. Esse discurso é construído a partir de construtos sócio-históricos que legitimam discursos racistas, e que propõem uma “eugenia”, que é

15 As características citadas são categorias analíticas da análise multimodal dos autores. Para mais detalhes, consultar a Gramática de Design Visual (HALLIDAY, 1994).

16 Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/10/09/impar/noticia/acusada-de-novo-de-racismo-dove-retira-publicidade-a-gel-de-banho-1788145>. Acesso em: 09 jan. 2020.

a tentativa de embranquecimento da sociedade a partir do extermínio da pessoa negra (MUNANGA, 2019; GOMES, 2019; BENTO, 1997 são autores/as brasileiros/as que se destacam na discussão desse tema).

ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA

Na abordagem Sociocognitiva da ADC, Teun A. van Dijk (2002, 2016) apresenta uma proposta de análise que entende a relação entre estruturas discursivas e sociais como instâncias mediadas, primordialmente, por uma interface cognitiva, trabalhando assim através do triângulo analítico Discurso-Cognição-Sociedade. A partir de tal concepção, van Dijk (2016) tem se dedicado a analisar de que forma “os discursos estão envolvidos na reprodução de problemas sociais com [*sic*] o racismo e o sexismo” (VAN DIJK, 2016, p. 8) e a constatar que uma análise cognitiva do processamento discursivo pode auxiliar na compreensão do discurso enquanto este utiliza estruturas discursivas baseadas no conhecimento e na ideologia, polarizando relações de nós *vs.* eles.

Van Dijk, em algumas entrevistas concedidas a editoras acadêmicas, já relatou que não considera sua proposta como uma teoria, mas uma forma de análise de discursos. Ele esclarece, inclusive, que não idealizou algo complexo como a teoria-método de Fairclough, que será apresentada no próximo tópico. No entanto, Wodak (2009) inclui sua abordagem como uma das vertentes da ADC, motivo pelo qual a incluímos neste capítulo.

Para van Dijk (2002, p. 192), discurso é “um evento comunicativo específico, em geral, e uma forma escrita ou oral de interação verbal ou de uso da linguagem, em particular”¹⁷. Delimitando mais ainda a definição, van Dijk compreende *discurso* como uma realização específica de uma produção linguística, descartando a definição da palavra como uma filosofia ou ideologia (como o discurso neoliberal, por exemplo). Não obstante, tal abordagem não nega a dimensão semiótica do discurso, considerando também atos e expressões não verbais, como imagens, esculturas, construções, vídeos etc. Entender essa dimensão semiótica

17 No original: “un evento comunicativo específico, en general, y una forma escrita u oral de interacción verbal o de uso del lenguaje, en particular”.

complexa do discurso requer que o/a analista, frequentemente, use abordagens multidisciplinares para realizar análises.

Para exemplificar, imaginemos que um jornal que possui uma conduta xenofóbica contra o fluxo de imigração produza um vídeo, no qual os imigrantes sejam chamados de “sanguessugas”. De acordo com a vertente sociocognitiva, em um nível linguístico, o uso dessa metáfora serve como uma característica negativa, gerando uma depreciação do outro. Além disso, uma imagem cognitiva é construída representando os imigrantes como indivíduos indesejados e que se aproveitam de outros; portanto, constituem uma ameaça vital para uma nação. O discurso (re) produzido pelo jornal ocasiona problemas sociais e reforça, cada vez mais, a xenofobia, entre os indivíduos.

Os discursos também podem ser utilizados para (re)produzir representações na cognição social, com o intuito de fortalecer interesses de uma elite. Isso ocorre através de vários gêneros e suportes textuais, como as conversações, as notícias veiculadas em meios de comunicação de massa e até os livros didáticos, que segundo van Dijk (2002), podem se tornar uma ponte de manutenção de racismo, dependendo da forma como representam determinadas etnias como menos desenvolvidas que outras, por exemplo. Mais uma vez, é importante destacar que compreender o cognitivo e o contexto de um indivíduo para analisar discursos é essencial para essa vertente, pois os indivíduos têm contato com tais discursos durante toda a sua vida, ao longo da qual passam muitas vezes despercebidos como produção, mas permanecem ativos cognitivamente.

DIALÉTICO-RELACIONAL

Para Norman Fairclough, linguista britânico que idealizou a vertente Dialético-Relacional, a definição de discurso está diretamente relacionada ao conceito de *ordens de discurso* de Michel Foucault (1996), mas com algumas adequações à sua proposta. Fairclough (2005, p. 925) postula para a vertente dialético-relacional que “uma ordem do discurso pode ser mais especificamente vista como uma combinação particular

de diferentes discursos, diferentes gêneros e diferentes estilos, que são articulados de modo distintivo”. Com base nisso, esse autor propôs uma Teoria Social do Discurso, marcadamente transdisciplinar, com o intuito de analisar discursos a partir de sua relação dialética (não-hierárquica) com a sociedade; por essa razão, essa abordagem é mais comumente referida como dialético-relacional.

Fairclough ponderou que a definição de discurso de Foucault estava concentrada apenas no desvelamento dos mecanismos de reprodução de ideologias dominantes, que contribuem para a manutenção de relações de poder, mas não previa algo essencial para aquilo que é mais marcante na abordagem Dialético-Relacional: a possibilidade de mudança discursiva, que tem potencial para ocasionar uma posterior e paulatina mudança social. Os estudos de Bhaskar (1989,1993) sobre a instabilidade das estruturas sociais trouxeram aquilo que faltava para a abordagem discursiva faircloughiana. Sendo assim, discurso passa a ser visto nessa vertente não apenas como forma de reprodução do poder hegemônico (e, portanto, ideológico), mas como lugar onde os atores sociais encontram potencialidades de ação para mudanças na estrutura social.

O conceito de discurso de Fairclough não se apresentou de maneira estanque, mas como uma construção que foi sendo aprimorada em suas obras. Como sua proposta era de uma teoria-método, primeiramente, ele apresentou um conceito de discurso e propôs um modelo de análise que ele denominou de modelo tridimensional; posteriormente, propôs uma reformulação do conceito de discurso, motivo pelo qual foi elaborado um segundo modelo analítico denominado de transformacional.

A primeira definição foi desenvolvida em trabalhos acadêmicos, desde o início dos anos 1980, e concluída em sua obra de 1992, intitulada *Discurso e mudança social*, na qual o autor define o discurso como uma prática e sua análise deveria levar em consideração as três partes que o constituíam: prática social, prática discursiva e texto. Essa proposta de análise de discurso foi denominada Modelo Tridimensional e considerava uma relação dialética (não-hierárquica) entre as partes, vendo discurso como um modo de ação historicamente situado, que é moldado

pela estrutura social e também é constitutivo dela. Ou nas palavras do autor: “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

No entanto, após algumas reflexões próprias de que o modelo tridimensional não correspondia exatamente a uma proposta dialética, esse autor fez uma reformulação de seu conceito de discurso e também do modelo de análise, em coautoria com a linguista grega Lilie Chouliaraki. Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentam uma nova definição de discurso, agora como uma dimensão¹⁸ das práticas sociais, o que consideraram mais adequado ao novo modelo proposto, denominado transformacional¹⁹.

Os autores apresentam a seguinte definição: “o discurso é uma dimensão das práticas sociais, que seriam constituídas também por elementos não discursivos como as crenças, valores, desejos, instituições e relações sociais” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 29). Nesse modelo, discurso faz parte da semiose das práticas sociais e é estudado em dialética com estilos e gêneros (discurso, portanto, é um modo de agir sobre o mundo, de representar(-se) e de identificar(-se) (n)o mundo). Com essa nova proposta, fica mais explícita a forma como o ator social age por meio do discurso sob interferência e também interferindo nas demais dimensões, podendo reproduzir ou transformar essa prática social, pois, segundo Fairclough (2001, p. 97), “a mudança discursiva se dá pela reconfiguração ou pela mutação dos elementos que atuam na articulação”, pela “redefinição de limites entre os elementos”²⁰.

18 Também é possível encontrar textos sobre a vertente faircloughiana que denominam discurso como um *momento* das práticas sociais. Neste texto, optamos pelo termo *dimensão*, por este ser mais coerente com a designação de Fairclough de ver o discurso como elemento/parte constituinte das práticas sociais. A palavra “momento” poderia dar uma ideia errônea de algo passageiro/eventual, que acontece e deixa de acontecer.

19 Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 201) apresentam uma figura didática do modelo transformacional, com base em Chouliaraki e Fairclough (1999).

20 Apesar de Fairclough considerar essa reformulação de seu conceito de discurso e do modelo de análise como um avanço em sua proposta, alguns autores brasileiros têm optado por analisar textos, principalmente os de ampla divulgação midiática, a partir do modelo tridimensional. Sendo o modelo transformacional preferido em trabalhos de campo, principalmente os de caráter etnográfico.

Na formulação do conceito de discurso, Fairclough (1992; 1999) apresenta duas acepções com as quais o/a analista deve trabalhar: 1. discurso como substantivo abstrato (abrangendo qualquer tipo de semiose e suas multimodalidades) e que é uma dimensão da prática social; 2. discurso como um substantivo concreto, uma forma de representação de determinada prática social (discurso político, religioso, liberal etc.). Além disso, o autor se preocupou com a distinção entre discurso e texto, tendo em vista que, para algumas abordagens discursivas, esses conceitos são praticamente sinônimos²¹. Na teoria-método²² faircloughiana, especificamente, texto²³ é a materialização do discurso (seja como substantivo abstrato ou concreto) e é o elemento mínimo de análise de discursos (FAIRCLOUGH, 2001)²⁴.

Para fins de exemplificação de como o discurso é considerado uma dimensão da prática social no modelo transformacional, imaginemos que o objetivo de um/a pesquisador/a é analisar discursos pertencentes a uma prática social acadêmica; ele/a precisa considerar que o discurso é apenas uma dimensão dessa prática, e que para analisá-lo, terá que considerar a sua relação com as dimensões não discursivas: relação entre os sujeitos (professores, estudantes, funcionários da instituição), crenças e valores desses sujeitos (que implicarão em suas ações nessa prática) e o mundo material, onde se dão essas relações (há interferência nas demais dimensões se as condições da instituição são precárias ou adequadas ao ensino, por exemplo). Somente, assim, o/a analista será capaz de saber quais discursos são acessados pelos atores sociais e compreender tais discursos como constitutivos dessa prática e constituídos por ela.

Como identificar discursos nessa prática social, então? Discursos são construções abstratas materializadas em textos (verbais, imagéticos, gestu-

21 Fiorin (2012) assinala que, embora a maioria dos linguistas diferenciem esses conceitos, algumas tendências da Linguística Textual os consideram como sinônimos. Para compreender mais sobre as discussões a respeito do conceito de texto na ADC, indicamos a leitura do capítulo TEXTO deste livro.

22 Na vertente Dialético-Relacional, Norman Fairclough propõe uma teoria atrelada a seu próprio método de análise. Um texto que discute essa denominação é Magalhães (2004).

23 Verificar discussão sobre esse conceito no capítulo TEXTO deste livro.

24 O texto de Magalhães (2004) aborda essa distinção de Fairclough para a ADC Dialético-Relacional, além de outros conceitos.

ais) que são produzidos pelos sujeitos, a partir das condições materiais do contexto onde convivem e a partir de valores e crenças que compartilham (ou que se distinguem).

CONCLUSÃO

Ao longo deste capítulo, discutimos a polissemia do conceito de discurso para seis vertentes de Análise de Discurso Crítica, ressaltando a influência dos estudos de Michel Foucault para todas elas. É importante que o/a leitor/a esteja atento/a para o fato de que a noção de discurso foucaultiana é adaptada para atender às especificidades de cada uma das vertentes, e não simplesmente tomada da maneira que o autor idealizou inicialmente. Como síntese, apresentamos o seguinte quadro com as principais informações deste capítulo.

Quadro 1 – Conceitos de discurso na ADC

Vertente	Principais autores da ADC	Autor/es base do termo discurso	Discurso é...
HISTÓRICO-DISCURSIVA	Ruth Wodak & Martin Reisigl	Foucault	“um complexo conjunto de atos linguísticos simultâneos e sequencialmente inter-relacionados que se manifestam dentro e através dos âmbitos sociais de ação” (WODAK, 2003, p. 105).
ANÁLISE DE DISPOSITIVO	Siegfried Jäger & Florentine Maier	Foucault	“um modo institucionalizado de falar [e podemos acrescentar: um ato não-linguisticamente performado] que regula e reforça ação e exerce poder” (JÄGER e MAIER, 2016 <i>apud</i> LINK, 1983, p. 60).
LINGUÍSTICA DE CORPUS	Gerlinde Mautner	Foucault	“um texto autêntico produzido por grupos sociais para desempenhar funções sociais” (MAUTNER, 2016, 156). Sendo assim, é entendido como um “agente de mudança social potencialmente poderoso”.

REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	Theo van Leeuwen	Foucault	“(…) são cognições sociais, maneiras socialmente específicas de conhecer as práticas sociais, elas podem e são usadas como ferramentas de representar práticas sociais no texto” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 6).
SOCIOCOGNITIVA	Teun A. van Dijk	Linguística Textual	“um evento comunicativo específico, em geral, e uma forma escrita ou oral de interação verbal ou de uso da linguagem, em particular” (VAN DIJK, 2002, p. 192).
DIALÉTICO-RELACIONAL	Norman Fairclough	Foucault e Bhaskar	Modelo Tridimensional: “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Modelo Transformacional: “o discurso é uma dimensão das práticas sociais, que seriam constituídas também por elementos não discursivos como as crenças, valores, desejos, instituições e relações sociais” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 29).

Conhecer as diversas formas de compreender o discurso nas vertentes críticas contribui, principalmente, para a escolha do/a analista de uma abordagem que melhor contemple o *corpus* que ele/a dispõe, tendo em vista que essas vertentes são abordagens indutivas (partem de dados particulares para chegar a uma conclusão). Além disso, é possível perceber possibilidades de aliança entre abordagens, dependendo dos objetivos de pesquisa.

Se, por exemplo, o interesse do/a pesquisador/a é compreender características recorrentes dos discursos acessados por determinados grupos de atores sociais, o ideal é que a Linguística de *Corpus* seja trazida para a compreensão de um volume de textos maior. Se o objetivo é uma compreensão da dialética entre os discursos e as outras dimensões da prática social em uma perspectiva que se alia a estudos situados, a teoria-método dialético-relacional é mais frutífera, principalmente com as contribuições atuais de Magalhães, Martins e Resende (2017) sobre o método etnográfico-discursivo. A escolha do/a pesquisador/a deve estar calcada no amplo conhecimento de seu objeto de pesquisa e da teoria,

ou teoria-método (como é o caso da vertente dialético-relacional) que fundamenta sua análise, o que conferirá seriedade ao seu trabalho.

Não podemos encerrar o capítulo sem mencionar que os desdobramentos das teorias discursivas críticas estão caminhando, na América Latina, para estudos De(s)coloniais; o texto de Resende (2017), por exemplo, aponta nessa direção. Esses estudos surgem nos anos de 1990, nas Ciências Sociais, destacando-se as pesquisas de Walter Mignolo, Nelson Maldonado Torres, Catherine Walsh e Ramón Grosfoguel, entre outros, mas ganham cada vez mais força nos estudos discursivos, nos últimos anos, e isso deve ocasionar novas definições de discurso e, consequentemente, novas formas de análise. É possível que Foucault dê lugar a autores/as latino-americanos/as em novas teorias sobre o discurso, que podem se tornar novas vertentes ou abordagens, em breve.



Acesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

ALVES, R. B. C. Crianças na Publicidade: Análise de Discurso Crítica da Representação de Crianças em Textos Publicitários Multimodais. **Revista Eixo**. Instituto Federal de Brasília. Brasília-DF, v. 7, n. 1, p. 76-85, 2018. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/545>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BENTO, M. A. S. **Branqueamento e Branquitude**. IPUSP, São Paulo, mimeo, 1997.

BHASKAR, R. **The possibility of naturalism**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

BHASKAR, R. **Dialectic**: The pulse of freedom. London: Verso, 1993.

CHOULIARAKI, L. ; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coord. trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992[2001].

- FAIRCLOUGH, N. Language in New Capitalism. *In: Discourse & Society*. SAGE Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), v. 13(2): 163–166[0957-9265 (200203) 13:2;163–166; 022404], 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0957926502013002404>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- FAIRCLOUGH, N. Peripheral vision: discourse analysis in organization studies – the case for critical realism. *Organization Studies*, v. 26, n. 6, p. 915-939, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840605054610>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- FIORIN, J. L. Da necessidade de distinção entre texto e discurso. *In: BRAIT, B.; SOUZA e SILVA, M. C. (org.). Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p. 145-165.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. Sobre a História da sexualidade. *In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-27.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GOMES, N. L. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- JÄGER, S; MAIER, F. Analysing discourses and dispositives: a Foucaultian approach to theory and methodology. *In: WODAK, R.; MEYER, M. Methods of Critical Discourse Studies*. 3 ed. London: SAGE, 2016.
- HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. 4 ed. New York, Routledge. 1994.
- KOTEYKO, N. Corpus Linguistics and the Study of Meaning in Discourse. *The Linguistics Journal*, 2006, v. 2; p. 132-157. Disponível em: <https://www.linguistics-journal.com/2014/01/09/corpus-linguistics-and-the-study-of-meaning-in-discourse/>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. London, New York: Routledge, [1996] 2006.
- MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, v. 4 Especial, p. 113-131, 2004.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.
- MAUTNER, G. H. **Only Connect: Critical Discourse Analysis and Corpus Linguistics**. Viena: UCREL, 1995. Disponível em: <http://ucrel.lancaster.ac.uk/papers/techpaper/vol6.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MAUTNER, G. H. Checks and balances: how corpus linguistics can contribute to CDA. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: SAGE, 2015. p. 154-179.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil** – Identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

RESENDE, V. Decolonizar os estudos críticos do discurso: por perspectivas latino-americanas. Conferência apresentada no **XII Congresso Internacional da ALED**. Universidad Católica – Santiago do Chile, 18 de outubro de 2017.

SANDERSON, T. **Corpus, culture, discourse**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2008.

SARDINHA, T. B. Linguística de Corpus: histórico e problemática. **D.E.L.T.A** [online]. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000. ISSN 0102-4450. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200005. Acesso em: 30 abr. 2020.

STUBBS, M. **Text and corpus analysis**: Computer-assisted studies of language and culture. Oxford: Blackwell, 1996.

VAN DIJK, T. A. Discurso y racismo. Traducción: Christian Berger. **Persona y Sociedad**. Universidad Alberto Hurtado, Instituto Latinoamericano de doctrina y estudios sociales ILADES. v. 15, n. 3, p. 191-205, 2002. Disponível em: <http://www.discursos.org/oldarticles/Discurso%20y%20racismo.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

VAN DIJK, T. A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. Tradução Pedro Theobald. **Letrônica**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/23189>. Acesso em: 30 mar. 2020.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice**: new tools for critical discourse analysis. New York: Oxford University Press, 2008.

WODAK, R. El enfoque histórico del discurso. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Métodos del análisis crítico del discurso**. p. 101-142. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

WODAK, R.; MEYER, M. Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods for Critical Discourse Analysis**. London: SAGE. 2009. p. 1-33.

WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of critical discourse analysis**, 3rd rev. ed., 23–61. London, Thousand Oaks, CA, New Delhi: SAGE, 2016.

PODER

Cícera Fernanda Sousa do Nascimento

Gislene Araújo Gabriel

Helder Felix de Souza Júnior

Ikaro César da Silva Maciel

INTRODUÇÃO

Constitutivamente linguística, as ações sociais guardam referências no mundo. Por meio da palavra, construímos ideologias, conceitos e símbolos que ganham conotações sociais e estabelecem relações entre os indivíduos e/ou instâncias – estas se estabelecem como relações de poder. Assim, temas muito caros aos Direitos Humanos, por exemplo, como o racismo sofrido por pessoas pretas e afrodescendentes, ganharam conotações diversas no curso da História. Se dantes praticado sem nenhuma repressão estatal, mostrando a legitimidade dos atos, hoje, é constitucionalmente combatido (Lei nº 7.716/89) e socialmente aceito o discurso do antirracismo¹.

Essa mudança discursiva ocorre por meio de ações sociais práticas na/pela linguagem. Teorizada por Norman Fairclough (2001), em *Análise de Discurso Crítica* (doravante ADC), a linguagem é, portanto, uma dimensão desta prática social e pode ser analisada, repensada e transformada. As relações estruturais construídas por esta podem, por conseguinte, serem reestruturadas e até investidas.

1 Ver: <https://veja.abril.com.br/livros-mais-vendidos/>. Último acesso em: 13 jun. 2020.

Dessa forma, ao declarar constitucional uma lei de combate ao racismo no Brasil, o Estado diz que não é mais tolerável e aceitável que pessoas sofram, sejam-lhes negados direito de acesso a espaços e/ou até morram em decorrência de sua cor de pele e ancestralidade. O que isso implica dizer? Isso nos diz que, através da linguagem e da luta social de movimentos negros, a prática social foi repensada, analisada e está sendo transformada. Além disso, mostra que grupos oligárquicos que detinham o poder antes, agora não têm mais. Este poder hegemônico está, então, em choque com valores e memórias.

Logo, a linguagem possui papel preponderante nas práticas sociais que, por sua vez, são construídas a partir de relações assimétricas de poder. Esta é a razão pela qual se torna extremamente relevante inserir concepções de Poder entre as bases conceituais da ADC apresentadas neste livro.

Pretendemos, portanto, neste capítulo, expor um desenho em torno do conceito de Poder, desde uma definição dicionarista, apresentando a raiz epistemológica da palavra e o conceito denotativo apregoado, passando por áreas de estudo como Direito, Filosofia e Sociologia (que trazem, em suas teorias, informações diversas e complementares sobre o termo), até os elementos que justificam investigações em ADC, mais precisamente nas abordagens dialético-relacional e sociocognitiva propostas por Norman Fairclough (2001, 2003) e van Dijk (2008, 2010, 2016), respectivamente.

PODER: POLISSEMIAS

O poder, assim como a política, são conceitos polissêmicos, ou seja, podem assumir diversas concepções e, por isso, é um dos temas mais controversos nas Ciências Humanas. Dessa forma, podemos observar o quanto o tema é complexo e aberto, tendo em vista a pluralidade de autores e interpretações existentes sobre o poder em sua diversidade e o poder político em sua especificidade, o qual extrapola o âmbito da política e confunde-se com as diversas manifestações que assume na esfera social e

privada. Nesse sentido e com base nas categorias teóricas de análise propostas pela ADC”, a fim de promover coesão entre as ideias Fairclough (1992) defende o discurso como prática política que estabelece, mantém, transforma as relações de poder, assim como as entidades coletivas em que existem, às vezes, construindo o consenso, assim como o considera uma prática ideológica que constitui, naturaliza, mantém e também transforma as visões de mundo nas mais diversas posições das relações de poder.

Dessa forma, o autor, ao considerar a dimensão do evento discursivo como prática social, tem o foco político, em que os alvos são as relações de poder e dominação, ou seja, investigar poder é, ao mesmo tempo, associá-lo à política, isto é, pensar em poder político requer considerar a política como práxis humana, em que os conceitos de política, poder político e Estado encontram-se estreitamente ligados. Nesse contexto, em nossas relações cotidianas, convivemos com diversas manifestações de poder, as quais Foucault nomeou de micropoderes, tais como: o poder paterno, o poder religioso, o poder ideológico, o poder econômico e o poder burocrático.

Perspectiva dicionarista

A etimologia do termo *poder* nos remete ao latim vulgar *potere*, substituído para o latim clássico *posse* que, por sua vez, vem da contração de *potis esse* (ser capaz, autoridade). Dessa forma, o vocábulo *poder*, em geral, exprime força, controle, regulação e persuasão. A partir de uma perspectiva dicionarista, de acordo com Houaiss (2010, p. 607), o termo *poder* assume vários significados, conforme o contexto em que está inserido, tais como, *dominação*, *obediência*, ou *poder aquisitivo*. Dessa forma, podemos afirmar que o conceito de poder é bastante diversificado e pode se relacionar, em uma perspectiva da Análise do Discurso Crítica (ADC), ao conjunto de práticas presentes em todas as esferas da sociedade.

Perspectiva da Ciência Política

A distinção entre poder político e as múltiplas formas de poder presentes nas relações sociais não significa negligenciar a política. O poder, de forma tradicional, segundo uma acepção hobbesiana, é

considerado como “consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem” e, neste sentido, o poder ultrapassa a esfera da política, considerada a atividade humana estreitamente vinculada ao poder. Nesse sentido, Nogueira (2008, p. 48) afirma que o homem, como “animal político”, é iminente social, ou seja, é reconhecido como aquele que só pode viver em grupo, organizando-se, comunicando-se e estabelecendo relações significativas.

As relações de poder estão presentes em todas as esferas da sociedade, no entanto, nem todo poder caracteriza-se como poder político, a exemplo das relações de gênero, em que os valores, os comportamentos e as práticas cotidianas machistas expressam relações de poder que pressupõem a submissão da mulher em relação ao homem. A política pode influenciar esta relação de poder, a qual tende a ser naturalizada, seja no sentido de afirmar a igualdade de gênero, propiciando condições mais favoráveis para a resistência e a autoafirmação feminina e, com isso, empoderar as mulheres para combater e resistir à violência da dominação masculina, afirmando seu contrapoder; ou, na direção do fortalecimento do patriarcado e do poder masculino, o que não se baliza ao âmbito político, mas envolve também aspectos econômicos, culturais, religiosos e biológicos (CAMPOS; SILVA; SILVA, 2016).

Argumentos como o de Aristóteles (2002, p. 15), que datam de 384 a.C., segundo o qual é a lei da natureza existirem homens feitos para a liberdade e outros para a servidão, ainda hoje são utilizados para naturalizar e legitimar o poder masculino, assim como a suposta superioridade de um grupo humano sobre outro, em relação à questão racial, é reforçada com interpretações religiosas e encontra-se arraigada nos hábitos e costumes da sociedade.

Vale ressaltar que existem “as políticas”, no sentido abrangente, presentes no cotidiano humano, em todos os espaços em que se estabeleçam relações de poder, que se relacionam com a política institucional – no sentido restrito, *locus* privilegiado do poder político, identificado com o Estado, suas instituições jurídicas e representativas, o aparato de repressão, os partidos, as eleições, o voto e os políticos, o que implica na restrição aos

múltiplos significados da política, historicamente enquadrada e delimitada. No entanto, para Maar (1994, p. 12), “o poder político é tensionado pelas várias formas de poder inerentes às relações na sociedade”.

A tipologia clássica sobre o poder, de acordo com a filosofia aristotélica, cujo critério distintivo é o interesse daquele em benefício de quem o exerce, existe o poder paterno que é exercido pelo interesse dos filhos, o poder despótico, em benefício do senhor e o poder político que tem como base o interesse do governante e do governado.

Norberto Bobbio (1998, p. 955) apresenta a tipologia moderna de poder que institui e mantém uma sociedade desigual, cujos critérios utilizados são os meios dos quais se serve o sujeito em posição de poder para determinar as ações e o comportamento dos demais: o poder econômico (que divide ricos e pobres); o poder ideológico (que divide sábios e ignorantes) e o poder político (que divide em fortes e fracos).

Para Bourdeau (2005, p. 1-5), o Estado é o suporte do poder político que se fundamenta na força, na coação e na violência física e arroga-se o direito de usar de tais recursos em nome da coletividade, ou seja, com uma pretensa legitimidade de prender, reprimir e, até mesmo, matar.

Bobbio (1998, p. 956) caracteriza poder político com base nas características da exclusividade, da universalidade e da inclusividade, ideia compartilhada por autores de diferentes ideologias, do liberalismo ao marxismo. O fundamento do Estado moderno está na universalidade do poder político que se constitui na sustentação da desigualdade social proveniente dos interesses particulares.

Diante disso o poder político busca o consenso que é construído no âmbito da sociedade civil, e objetiva a conquista da hegemonia, isto é, a adesão do conjunto da sociedade, a fim de que uma classe economicamente dominante se torne classe dirigente. Dessa forma, pode-se afirmar que a atividade política, pressupõe a coerção e a hegemonia.

Além disso, Bobbio (1999, p. 38) ressalta que Gramsci inverte a formulação de Karl Marx e, assim, inova em relação à tradição marxista ao afirmar que a sociedade civil não pertence ao momento da estrutura, mas

ao da superestrutura, ou seja, na perspectiva gramsciana, as relações entre Estado e sociedade são mais complexas, na medida em que o consenso deixa de ser meramente o recurso do poder político para legitimar-se.

No entanto, Weber (1984, p. 43), no campo oposto ao marxismo, afirmou que poder “significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”, ao passo que dominação pressupõe “a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato”, em circunstâncias nas quais quem obedece reconhece a legitimidade da autoridade (*in* COHN, 2003, p. 128).

Ademais, segundo Arendt (1985, p. 27), o poder está relacionado à opinião da maioria. A violência, ao contrário, depende apenas da posse e do uso de instrumentos, isto é, “todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; estratificam-se e deterioram-se logo que o poder vivo do povo cessa de apoiá-las”.

No mais, para Foucault (2019), a partir da ideia de que o poder não é fixo e absoluto, é necessário considerar as resistências ao olhar disciplinador e que também constituem formas de poder, ou contrapoder. Diante disso, o conceito de poder, assim como de política, são diversos e polissêmicos, ou seja, podem assumir diversas concepções. Dessa forma, podemos observar o quanto o tema é complexo e aberto, tendo em vista a pluralidade de autores e interpretações existentes, o que pretendemos desenvolver, de forma não exaurida, nos próximos tópicos.

ANTECEDENTES: O CONCEITO DE PODER NA FILOSOFIA E NA SOCIOLOGIA

Perspectiva filosófica de Michel Foucault

Michel Foucault (2019) rompe com as concepções tradicionais do termo poder e o define como uma rede de relações em que os indivíduos se inserem, como geradores ou receptores, ou seja, o poder está imbricado nos inúmeros vínculos sociais construídos diariamente, como em práticas familiares, profissionais, educacionais, afetivas, entre outras.

Foucault (2019) não elabora uma teoria de poder, mas discute parâmetros, a fim de identificar os sujeitos atuando sobre outros sujeitos a partir das relações de poder estabelecidas na prática social. Assim, poder é uma ação sobre ações que se materializa de forma flutuante e se estabelece tanto no âmbito dos indivíduos quanto no âmbito coletivo – poder disciplinar e poder estatal, respectivamente.

Segundo o autor, é impossível nos livrarmos dessas ligações, embora seja possível a luta contra padrões de pensamento e de comportamento através do discurso. Foucault pressupõe que o poder não se localiza em uma dada instituição nem é algo que se cede por via jurídica ou política, assim, o poder é algo que só funciona e se exerce em cadeia, ou seja, o poder se materializa nas relações de forças.

Para o filósofo francês, há fatores que funcionam como dispositivos para o exercício do poder: a vigilância, a qual traz custos econômicos e políticos, isto é, para haver vigilância, são necessários investimentos com materiais e com pessoas que possam agir como vigilantes, e a punição. Na obra *Vigiar e Punir* (2014), Foucault faz um estudo sobre a evolução da legislação penal e seus métodos coercitivos e punitivos que se materializam desde violência física até o estabelecimento de instituições correcionais. Tais atos são apresentados como necessários para corrigir, reeducar e, por conseguinte, curar aqueles que desobedecem à lei e à ordem.

Segundo Foucault, a disciplina é um dos elementos de controle, de produção e de continuidade dessas relações de poder, estabelecidas na estrutura social através das inúmeras práticas sociais que aprisionam os sujeitos, estabelecendo assim contextos nos quais surgem opressor/oprimido, mandante/mandatário, persuasivo/persuadido. Essas relações são legitimadas por instituições marcadas pela disciplina, como escolas, igrejas, hospitais, prisões, quartéis, fábricas entre outras.

Tais dispositivos são inseridos na sociedade de forma discreta e estruturados como necessários à manutenção da ordem. Além disso, de acordo com o filósofo, para uma maior eficácia do dispositivo da vigilância, constrói-se a filosofia do controle pelo olhar, isto é, nasce a

figura do indivíduo cuja finalidade é justamente observar de um lugar privilegiado e, assim, exercer o controle.

O pensamento foucaultiano sobre poder é inédito em contrapartida ao modelo jurídico e político, embora ele expresse a importância do poder estatal, instituído e representado pelo governo. Todavia, para o filósofo, não se trata de uma lei, mas uma norma que produz condutas para regular a vida dos indivíduos. Para Foucault (2019), a sociedade, através das instituições, faz uso abusivo do poder a fim de domesticar os sujeitos por meios como a vigilância e a punição. Dessa forma, o poder não é algo natural, não se restringe ao poder estatal e está interligado às práticas sociais, as quais moldam comportamentos, ações e discursos.

Perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu

Com Pierre Bourdieu (1989), entendemos que os efeitos do poder são simbólicos porque não se deixam ver com facilidade e podem ser exercidos com a cumplicidade daqueles que não querem saber que são assujeitados e/ou que o reproduzem. Isto é, ao escolher reproduzir apenas filmes de arte, um espaço de cinema age como cultura que separa, legitimando as distinções e rebaixando à categoria de subcultura ou cultura de massa aquelas salas que exibem filmes comerciais. Portanto, a cultura dominante assegura seus interesses, criando uma falsa consciência de integração e de democratização do espaço por meio do estabelecimento de hierarquias para legitimação das distinções.

A perspectiva neokantiana percebe diferentes universos simbólicos, como o mito e a língua, por exemplo, como sendo instrumentos de conhecimento, por isso insiste no *modus operandi*, na atividade produtora da consciência. Por outro lado, os estruturalistas focam no *modus operatum*, nas estruturas estruturadas, como em Saussure. Assim, os sistemas simbólicos só podem oferecer um poder estruturante porque são estruturados, construindo sentidos de realidades imediatas do mundo. Os símbolos constituem pensamentos sociais através do consenso acerca do sentido que contribui para a reprodução da ordem social e da integração.

A tradição marxista explica as produções simbólicas e os efeitos do poder relacionando-as com os interesses da classe dominante. Assim, as ideologias são entendidas como opostas aos mitos e servindo a interesses hegemônicos, sendo apreendidas coletivamente, apresentando sentidos comuns e universais ao conjunto do grupo. A classe dominante é um espaço de luta pela hierarquia e é através do poder econômico que impõe a legitimidade de sua dominação, quer por meios simbólicos, quer por meio de conservadores ideólogos intermediários.

Para ilustrar, apresento dois exemplos: (a) a apropriação de discursos como o da representatividade, numa propaganda de banco que traz pessoas de diversos tons de pele, agrada bastante ao público que luta pela causa e gera uma imagem inclusiva e politizada para a empresa. Contudo, a seleção e a contratação de pessoas exclusivamente de pele branca para trabalhar nas agências do mesmo banco representa uma forma de dominação do capital por meio simbólico. Outro exemplo (b) é o proferimento de discursos conservadores em espaços de grande aglomeração de pessoas, feito por um sujeito autorizado que tem sua voz legitimada, como acontece com figuras religiosas.

Em contrapartida, ainda na esteira do pensamento de Marx, o campo de produção simbólica é um microcosmo de luta entre classes, dessa forma, eventos de música alternativa, que acontecem em guetos e favelas, criam narrativas de resistência política e formas simbólicas internas do campo que podem servir de interesses ao campo de produção externa. Portanto, as ideologias devem as suas estruturas e as suas funções aos campos e às condições sociais de produção e suas características servem não só aos interesses das classes que as exprimem como daqueles que as produzem.

Logo, o poder simbólico se define em uma relação entre quem exerce e quem está sujeito a ele, em uma estrutura estruturante do campo em que se produz e se reproduz. O poder simbólico é uma força transformadora da visão do mundo e legitimada que equivale à obtenção daquilo que seria obtido através da força física ou econômica.

A seguir, trazemos o tópico em que discutimos sob a luz da ADC a concepção de poder.

O CONCEITO DE PODER NA ADC

Perspectiva dialético-relacional de Norman Fairclough

A ADC traz em seu arcabouço teórico-metodológico o entendimento de discurso enquanto um momento da prática social, assim, suas investigações visam às transformações da sociedade contemporânea, através do desvelamento das relações de poder estabelecidas discursivamente. Desta forma, práticas sociais que perpetuam relações assimétricas de poder são constantemente investigadas em pesquisas desenvolvidas em ADC. Estas contribuem para o debate e a transformação de questões ligadas a racismo, discriminação de grupos minoritários, exclusão social, sexismo, identidade de gêneros.

Entre as categorias teóricas caras à ADC, o poder e a linguagem estão correlacionados. Para a ADC, o poder é visto na sua dimensão política, relacionado assim à estrutura social. Fairclough (1989, p. 43) postula dois aspectos desse relacionamento: a) o “poder no discurso”; e b) o “poder por trás do discurso”. O primeiro refere-se à atuação que indivíduos exercem para impor restrições de conteúdo, de relações e de posições que os sujeitos ocupam em uma situação de prática social cara a cara, por exemplo: as ações médicas de prescrever um remédio a um paciente que procura auxílio profissional revela uma prática social entre sujeitos que estão em posições diferentes e apenas um deles possui o discurso autorizado e legitimado dentro daquele contexto, neste caso, o médico. O ato de fala, para citar Austin (1990), é tido como feliz porque o discurso médico é validado socialmente, perante a comunidade civil e científica, como o verdadeiro. Portanto, a ação de questionar e dar ordens (prescrever) – atos de fala diretivos – controla as ações dos indivíduos (pacientes), subjungando-os aos processos de dominação.

No que concerne ao segundo – o poder por trás do discurso – na sociedade contemporânea, as relações também acontecem, se não

unicamente, em alguns casos, à distância, por meios de comunicação de massa, como rádio, TV e internet. Estes utilizam-se massivamente das modalidades de linguagem escrita, verbal e visual, apelando muito mais aos elementos de cor, formas e sons, nos exigindo uma leitura multimodal. Contudo, as relações de poder promulgadas nestes são mais naturalizadas e/ou inexplícitas, sendo assim, consumidas de forma unilateral, sem a possibilidade do questionamento e do diálogo. Fairclough (1989, p. 49) afirma que “num discurso cara a cara, os produtores criam seus discursos para um público particular com o qual estão interagindo [...] mas o discurso midiático é produzido para uma audiência massiva”, isto é, não há uma adaptação linguística para aquela realidade, deixando o espectador negociar seu significado a partir de sua posição sociogeográfica. Logo, a manutenção da ordem do discurso é estabelecida e o poder é exercido para o disfarce do próprio poder, ocultando-o.

Para citar mais um exemplo midiático, vejamos a seguinte tirinha.

Figura 1 – Tirinha do Armandinho



Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com>. Acesso em: 27 jun. 2020.

Sabemos que, ao dar uma notícia, um repórter não a faz aleatoriamente, porque ali há uma linha de edição para seleção e adaptação linguística da enunciação. Todos esses processos de produção, distribuição e consumo de notícias são constituídos socioideologicamente e marcam um posicionamento diante do fato reportado.

Na tirinha acima, Armandinho assiste ao noticiário e percebe que, para tratar de um assunto tão polêmico, é necessário especialistas que legitimem o debate. Contudo, no último quadrinho, percebemos se tratar de um debate unilateral, não apenas porque o telespectador não pode opinar, mas também porque o repórter informa que virão três especialistas, “um que defende, um que apoia e um que é a favor”. Assim, para além da arbitrariedade do debate, há a imposição da opinião da emissora e, conseqüentemente, a interferência na formação de opinião dos espectadores. Ali, legitima-se o discurso de quem fala, mantendo-os enquanto vozes sociais da verdade, enquanto aqueles que os escutam estão num nível abaixo.

Se tomarmos como exemplo o gênero discursivo artigo acadêmico e equipararmos ao dito popular, à crença e/ou ao discurso de um sujeito que não seja cientista e/ou pesquisador, veremos uma sujeição deste àquele que, dentro da universidade, é um dos mais respeitados e respaldados gêneros discursivos. Para que haja direito à voz, o/a cientista/pesquisador(ra) precisa possuir um vasto currículo acadêmico e, principalmente, muitas publicações de artigo, pois o *habitus* (BOURDIEU, 1989) acadêmico determina que a produção é o que valida o discurso do/a cientista.

Entretanto, tais aspectos não são permanentes, pois o poder está sempre sendo disputado, seja pelos indivíduos que o possuem, seja por aqueles indivíduos desprovidos dele. Nessa luta, a ideologia possui função essencial, tanto para mantê-lo quanto para conquistá-lo. Em outras palavras, a ADC lança um olhar atento às ideologias propagadas e sustentadas pelas relações assimétricas de poder em que a língua e o discurso têm papel preponderante. Fairclough coloca o discurso e a língua como elementos ideológicos nas lutas de poder, o qual não é vitalício, pois as hegemonias advindas das relações de poder são instáveis, logo, são passíveis de rupturas.

Para a ADC, o poder não emana de um indivíduo isolado, mas de um conjunto de relações que compõem a estrutura social. Nessa perspectiva, o conceito de poder atrela-se ao de hegemonia, pois há

uma preocupação com os efeitos ideológicos que os textos possuem e suas possíveis conjunturas para favorecer grupos específicos em detrimentos de outros indivíduos, mantendo, dessa forma, o *status quo*. Um ponto essencial para a ADC é que o poder é instável, flutuante; assim, as relações assimétricas estabelecidas no tecido social, através dos discursos, podem ser alteradas e superadas, justamente por conta da relação dialética entre linguagem e sociedade. Isto significa que a linguagem se constitui socialmente, causando efeitos sociais, políticos, cognitivos, materiais e morais.

Para Fairclough, o poder é exercido e reproduzido no discurso e, também, nas relações sociais ocultadas por trás do discurso. Os sentidos dados aos textos causam efeitos ideológicos que passam a ter causas práticas na vida social em diferentes esferas, desde relações sociais privadas até instâncias superiores da vida pública. Crenças, valores, conhecimentos, interações e atitudes são motivadas e constituídas sociodiscursivamente para manter e/ou reverter relações. Em ambos os casos, o poder é mantido e perdido nas inúmeras lutas sociais. Dessa maneira, o controle da ordem do discurso se torna um mecanismo poderoso tanto para produzir quanto para sustentar as relações assimétricas de poder, ocasionando, conseqüentemente, relações de desigualdade social e injustiça.

Esta visão de Fairclough sobre o poder enquanto força passível de mudança e superação tem como cerne o conceito gramsciano de hegemonia. Para este autor, a hegemonia implica uma tomada de poder que possui equilíbrio instável, isto é, nunca é atingido senão parcial ou temporariamente. O discurso é uma das formas de instaurar e manter a hegemonia, demonstrando quem está no poder, porém quando o abuso de poder se estabelece e se mantém, o que entra em jogo é a ideologia, por meios de significativos discursos.

A ideologia, veiculada nos/pelos discursos, tem relevância na conquista de espaços de luta hegemônica, pois as conquistas são pautadas pelo senso comum, não pela força bruta. Nesse sentido, as ordens de discurso hegemônicas, como a ordem do discurso médico, a ordem do

discurso do cinema e a ordem do discurso acadêmico ganham espaços de poder simbólico e encontram-se em lugar hegemônico dentro das relações de dominação.

Perspectiva Sociocognitiva de Teun van Dijk

A abordagem sociocognitiva do linguista Teun van Dijk parte do princípio de que discurso, sociedade e cognição são dimensões que não podem ser dissociadas nos estudos da ADC. Nessa perspectiva, o autor demonstra que as estruturas sociais, discursivas e mentais estão interligadas, por isso a importância de se buscar o entendimento das bases que operam essas construções. Van Dijk (2017, p. 26) explica, em relação à tríade, que

(...) não há uma influência direta da estrutura social sobre a escrita ou fala. Antes, estruturas sociais são observadas, experimentadas, interpretadas e representadas por membros sociais, por exemplo, como parte de sua interação ou comunicação cotidiana. É essa (subjéctiva) representação, esses modelos mentais de eventos específicos, esse conhecimento, essas atitudes e ideologias que, no fim, influenciam o discurso. Portanto, nos ECD (Estudos Críticos do Discurso) precisamos estudar problemas sociais em termos do triângulo discurso-cognição-sociedade. Nenhuma de suas três dimensões pode ser realmente entendida sem as outras (grifo nosso).

É nessa perspectiva que van Dijk (2017) aborda o conceito de poder como um mecanismo que opera através do discurso para o controle da mente das pessoas. Porém, para o autor, o uso do poder nem sempre é negativo, ele pode existir apenas para manter certa ordem social e fazer com que as relações ocorram de maneira regular, como exemplo ele usa o poder exercido pelos pais sobre os filhos. Quando o poder é utilizado como forma de dominar indivíduos e grupos, temos o que o autor denomina de abuso de poder, que se refere à dominação exercida pelas elites simbólicas e, obviamente, resultam em desigualdade e injustiças sociais.

Isso significa que quando há conflitos de interesse nas relações sociais, um grupo sempre sai prejudicado.

Nesse sentido, van Dijk (2017) caracteriza o poder, nos Estudos Críticos do Discurso, sob alguns aspectos como social, por ser o poder mais eficaz que se instaura sobre grupos, não os individuais – o poder é exercido através da interação, já que é preciso que um grupo exerça controle sobre outro; poder como controle da mente que gera o consenso; esse poder precisa atender aos interesses do grupo que domina; ressalta o fato de que a comunicação entre esses grupos precisa ser clara, de modo que o grupo dominado consiga entender os comandos do grupo dominador; entende a existência de grupos que se opõem a esse poder, fazendo com que o poder dos soberanos seja questionado; afirma que o discurso e a comunicação são essenciais para que se crie uma ideologia em torno do poder; por fim, ratifica que a análise do poder precisa estar associada às forças de resistência a esse poder, para que se analisem as mudanças sociais que podem surgir nesses contextos.

Para o autor da abordagem sociocognitiva, o *abuso de poder* é exercido com a intenção de controlar a mente dos indivíduos, esse controle da mente resulta em controle das ações, a noção de poder social em termos de controle, ou seja, a dominação e o controle de um grupo sobre outros grupos acontece de maneira tão eficaz que os grupos controlados são persuadidos a concordarem com a dominação, mesmo que de maneira inconsciente. Para que se tenha controle do grupo, é preciso controlar suas ações e se discurso é ação, o controle se dá através do controle do discurso na interação social (VAN DIJK, 2016). Van Dijk (2017, p. 29) aponta que o abuso de poder ocorre quanto ao seu grau de legitimidade, assim, teremos abuso quando esse grau for ilegítimo, e sobre a noção de legitimidade, adverte que:

a noção normativa de legitimidade é, contudo, muito complexa e sua análise adequada é relevante para as próprias bases da ECD. Se quisermos analisar e criticar a dominação e se a dominação é defendida como ilegítima, precisamos ser

muito explícitos sobre as normas, os critérios ou padrões de legitimidade.

De um modo geral, o poder social, caracterizado por van Dijk (2017), necessita de uma base para ser exercido, a qual pode se ancorar em termos de acesso aos recursos materiais, como o capital, ou aos bens simbólicos, como o conhecimento. Entretanto, o autor traz a noção de poder simbólico, em termos de acesso do controle do discurso público. Tal controle parte da premissa de que o controle do discurso público produz efeitos na mente dos indivíduos. Assim, as elites simbólicas, como políticos, advogados, escritores, jornalistas, e todos aqueles que possuem acesso a esse discurso público controlam o poder simbólico que deriva de outros poderes (VAN DIJK, 2016). Existe, portanto, uma intermediação de poderes, logo, “o poder simbólico pode ser derivado de outros tipos de poder. Assim, políticos têm acesso ao discurso público devido ao poder político, e professores, devido aos recursos de conhecimento” (VAN DIJK, 2017, p. 23).

Para van Dijk (2017), o controle social pode ter vários tipos de legalidade ancorado no exercício do poder nas relações sociais, imposto ou mantido, como por exemplo, nos casos de ditaduras, refletindo, assim, sanções de poderes, aceitação ou a resistência dos sujeitos dominados. Dessa forma, há correlação entre discurso e poder, pois os indivíduos desprovidos de poder, seja material ou simbólico, são, em geral, controlados pelas práticas discursivas, como os noticiários midiáticos ou um pronunciamento de autoridades.

Os poderosos, nesta perspectiva, têm acesso a estratégias que possibilitam a eles o controle material e simbólico e, dessa maneira, produzem parte dos processos cognitivos que se materializam em consensos entre os indivíduos que não têm esse poder. Em suma, o poder e seus respectivos abusos são produzidos, exercidos e reproduzidos em cadeia de dominação no e pelo discurso.

Portanto, van Dijk (2017) afirma ser extremamente importante para o estudo linguístico estudar as dimensões do poder, do discurso e

da comunicação, tendo em vista que a sua manutenção está relacionada aos interesses de um grupo e dos seus membros, além de que se apoia em uma estrutura ideológica, que é adquirida, mantida ou alterada, através da comunicação e do discurso, cujo uso acarreta a necessária adequação às atitudes sociais. A seguir, apresentamos as conclusões a que chegamos após essa breve exposição sobre a concepção de poder para a ADC.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, procuramos discutir alguns conceitos sobre poder a partir de concepções de diferentes searas das Ciências Humanas. Esta categoria, muito cara aos estudos críticos do discurso e, conseqüentemente, às pesquisas em ADC, encontra uma polissemia conceitual que tentamos aqui resumir.

Na seara dos estudos do Direito, o poder de coerção não possui legitimidade social e se baseia no medo e no uso da força, o qual é exercido. A ideia de que se tem ou não, se ganha ou se perde o poder é uma característica comum ao pensamento político.

De acordo com Foucault, toda relação social implica relações de poder nas inúmeras práticas sociais. Em Bourdieu, contudo, o poder estabelecido não se deixa ser visto com facilidade e pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que são assujeitados e/ou que o reproduzem. O que reforça o pensamento marxista de que as ideologias estão a serviço do poder das classes dominantes. Todavia, Fairclough se aproxima mais de Foucault porque adere a uma visão dialética de discurso: através da língua e das múltiplas linguagens, os sujeitos estabelecem seus locais sociais de fala e com ele as relações de poder.

Em Van Dijk, compreendemos que os três principais pilares para os estudos do discurso são o discurso, a sociedade e a cognição. Nesta perspectiva, o autor demonstra que as estruturas sociais, discursivas e mentais estão interligadas e o poder é um mecanismo que opera, através do discurso, para o controle da mente das pessoas. Porém, para o

autor, o uso do poder nem sempre é negativo, ele pode existir apenas para manter certa ordem social e fazer com que as relações ocorram de maneira regular.

A ADC, assim, assume um papel social importantíssimo nos estudos críticos do discurso ao apropriar-se de conceitos bem estabilizados para ampliar seu escopo e lente de análise. Ademais, assume uma postura investigativa de desvelamento e desestruturação das relações de poder antepostas nas relações sociais, tencionando-as a mudanças.



Acesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. **Da Violência**. Tradução Maria Claudia Drummond. Publicação da Editora, 1985 (versão eletrônica).
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Tradução Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, v. 2, p. 954-962.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**. Por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDEAU, G. **O Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMPOS, M. F.; SILVA, A. O.; SILVA, M. **O que é Poder Político**. Lisboa: Escolar Editora, 2016.
- COHN, G. (org.). **Weber – Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003 (Coleção Grandes Pensadores Sociais, 13).

- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Oxford and Cambridge: Polity Press and Blackwell, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, R.; MEYER, M. (comp.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Traducción Tomás F. Aúz y Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 179- 203.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis Vozes, 2014.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra, 2019.
- HOUAISS, A. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- NOGUEIRA, M. A. **Potência, limites e sedução do poder**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2017.
- VAN DIJK, T. A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS **Letrônica**. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, 2016. Disponível em: <https://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- WEBER, M. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura, 1984.

IDEOLOGIA

Antonio Soares da Silva Júnior
Gustavo Cândido Pinheiro
Iara de Sousa Nascimento

INTRODUÇÃO

Como demonstram as diferentes obras de introdução ao conceito de ideologia (EAGLETON, 1991; THOMPSON, 2011), essa noção historicamente foi e ainda é teorizada a partir de variadas áreas filiadas às ciências humanas e sociais. Em nossa percepção, após mais de meio século de ponderações epistemológicas, a noção de ideologia continua a despertar interesse em pesquisas contemporâneas, como é o caso do campo interdisciplinar e/ou transdisciplinar de estudos da linguagem que se autodenomina *Análise de Discurso Crítica* (por meio de pesquisadores como Norman Fairclough e Teun van Dijk), produzindo, durante os últimos anos, um amplo debate sobre os aspectos simbólicos que orientam nossas práticas e ações na vida em sociedade e, sobretudo, pontuando discussões sobre as construções de relações que vamos estabelecendo com o(s) outro(s) e com a variedade de crenças, valores, posições e axiologias que nos rodeia.

Logo que alguém procura entender melhor sobre a noção de ideologia é, de imediato, lançado em uma rica e multifacetada trajetória de vozes advindas de pesquisadores como De Tracy, Bonaparte, Lenin, Marx, Mannheim, Lukács, Gramsci, Bourdieu, Adorno, Althusser, Pêcheux, Bakhtin, Medvedev, Volóchinov, Willians, Hall, Eagleton,

Thompson entre outros, sobretudo, em termos de visões, percepções, valores e posicionamentos que se materializam em formas de linguagem (línguas, textos, semioses etc.).

No entanto, no presente capítulo, não pretendemos esgotar os sentidos atribuídos ao termo ideologia nos diferentes autores supracitados, ainda que reconheçamos que essas variadas vozes são até hoje influências notáveis nas teorizações contemporâneas sobre o conceito. Nosso objetivo aqui é apresentar como a noção de ideologia é pensada a partir das pesquisas e reflexões teóricas da Análise de Discurso Crítica (doravante ADC), especificamente em duas abordagens, a saber: a Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001, 2003, 2012) e a Abordagem Sociocognitiva do Discurso (VAN DIJK, 1999, 2005, 2008, 2015). Portanto, o enfoque principal deste texto é demonstrar, em linhas gerais, as características principais do conceito de ideologia em ADC, bem como sua importância epistemológica no entendimento de embates e conflitos de valores que circulam na vida social contemporânea.

IDEOLOGIA: HISTÓRICO DO CONCEITO E INFLUÊNCIAS SOBRE A ADC

No campo dos estudos críticos da linguagem, é consenso dizer que a relação entre discurso e ideologia seja indissociável (THOMPSON, 2011; FAIRCLOUGH, 2001; EAGLETON, 1997; VAN DIJK, 2011). Também é consenso dizer que a ideologia como noção/conceito/categoria analítica surgiu a partir das reflexões de Destutt de Tracy que, a partir de um contexto educacional, definiu ideologia como um conjunto de ideias, o que culminou em um novo campo do conhecimento: a Ciência das Ideias.

Esta relação entre discurso e ideologia, no âmbito da Análise de Discurso Crítica, vem se constituindo como um dos campos mais férteis de investigação da linguagem e das práticas sociais nos dias de hoje. Thompson (2011) e Eagleton (1997), teóricos que influenciaram as bases desse conceito no orbe da ADC, revisam e apresentam contribuições teóricas de diversos autores para este conceito.

Na obra *Ideologia e Cultura Moderna*, Thompson (2011) faz uma revisão do conceito de ideologia, demonstra sua pertinência e propõe uma concepção estrutural e analítica para tal conceito. Em linhas gerais, de acordo com o autor, o conceito de ideologia pode ser agrupado em duas categorias gerais: concepções neutras de ideologia e concepções críticas de ideologia.

As acepções neutras, como as propostas por Destutt de Tracy e Mannheim, retiram qualquer sentido negativo do termo “ideologia”, que significa “sistemas de pensamento/sistema de crenças/sistemas simbólicos” pertencentes às ações sociais e políticas. As acepções críticas de ideologia, tais como pensadas por Napoleão Bonaparte e Karl Marx, assemelham-se por considerarem que os acontecimentos denominados ideológicos são enganadores e/ou ilusórios. Thompson observa que, na obra de Marx, o conceito de ideologia preservou um aspecto negativo do pensamento de Napoleão Bonaparte. Dessa forma, tal aspecto negativo foi flexionado de diferentes formas pelas várias concepções de ideologia nos escritos de Marx; no entanto, é notório que o senso de negatividade era comum em todas elas (DESOUZA, 2011).

Thompson (2011) filia-se às concepções críticas de ideologia, mas busca criar uma acepção aplicável à análise do uso das formas simbólicas (um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos produzidos e reconhecidos pelos sujeitos em contextos sociais) na sociedade moderna. Essa proposta conceitual de Thompson (2011) define a ideologia como o sentido a serviço da dominação.

Além disso, Thompson destaca que uma situação pode ser descrita como de dominação quando relações de poder são sistematicamente assimétricas para além da ideia de classe social ou luta de classe, e, ou seja, “quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em um grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da sua base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito” (THOMPSON, 2011, p. 80). Por conta disso, uma forma simbólica será ideológica quando estabelecer e sustentar relações de dominação em um contexto sócio-histórico

determinado. Inversamente, será contestatória e não ideológica quando ajudar a minar essas relações.

Para elucidar algumas maneiras de como o sentido pode ser mobilizado no mundo a serviço da dominação, Thompson (2011) identifica os modos de operações gerais da ideologia e os liga às estratégias de construção simbólica. Para o autor, a ideologia pode operar através de cinco modos gerais, que comentaremos e exemplificaremos no quadro a seguir a partir das suas respectivas estratégias de manifestação simbólica:

Quadro 1 – Modos de operação da ideologia e estratégias de construção simbólica (adaptado de Thompson, 2011)

Modo de operação da ideologia	Estratégias de construção simbólica	Exemplos
Legitimação – quando relações de dominação são apresentadas como legítimas quando baseadas na razão, tradição ou na autoridade individual.	Racionalização Universalização Narrativização	No discurso político – o presidente, por exemplo –, através da sua autoridade individual, por meio de pronunciamentos – para citar somente este gênero – que demonstrem autenticidade e veracidade, procura estabelecer e sustentar uma ideia partidária para conseguir confiança do povo.
Dissimulação – quando relações de dominação são estabelecidas e mantidas pelo fato de serem ocultadas ou obscurecidas, que desviam nossa percepção do que é existente.	Deslocamento Eufemização Tropo	Quando algum político ou grupo político-partidário utiliza acontecimentos de menor importância para camuflar outros de maior importância para cristalizar uma boa imagem para seus eleitores. Um notável exemplo aconteceu quando o atual presidente Jair Bolsonaro enviou um humorista, vestido de presidente, distribuindo banana a jornalistas, para que ele não fosse dar esclarecimentos sobre o baixo crescimento do PIB brasileiro.

<p>Unificação – quando relações de dominação são construídas e mantidas por meio da construção da unidade entre indivíduos, independente das diferenças que os separam.</p>	<p>Estandarização Simbolização da unidade</p>	<p><i>Slogans</i> partidários que buscam um ideal comum, como os que foram utilizados na campanha do atual presidente brasileiro Jair Bolsonaro: “O meu partido é o Brasil!”, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”.</p>
<p>Fragmentação – quando relações de poder são instauradas através da segmentação entre indivíduos e grupos que possam ser uma ameaça aos dominantes.</p>	<p>Diferenciação Expurgo do outro</p>	<p>Ainda utilizando o atual contexto político brasileiro, podemos citar a polarização entre os grupos pró e contra o governo Bolsonaro. As adjetivações “esquerdistas”, “petistas”, “bolsominions”, “gado” – para citar somente estas – se tornaram a forma de diferenciação mais comuns nos dias de hoje.</p>
<p>Reificação – quando uma situação transitória é apresentada como permanente ou natural a fim de criar e sustentar uma relação de dominação entre grupos sociais.</p>	<p>Naturalização Eternalização Nominalização/passivização</p>	<p>Quando grupos de apoiadores do atual governo chamam a Ditadura Militar (1964-1985) de Regime Militar. Ou quando o atual presidente nominaliza a pandemia do COVID-19 como uma “gripezinha” passageira.</p>

Fonte: Thompson (2011, p. 81).

Segundo Thompson (2011), esta proposta de modos de operação da ideologia pretende ilustrar como as formas simbólicas podem estar relacionadas à questão do poder. O autor também salienta que estes modos não são os únicos utilizados pela ideologia, nem são estanques entre si. Além disso, estratégias de construção simbólica não são inerentemente ideológicas: somente o serão em virtude das circunstâncias. Nesta perspectiva de ideologia, é necessário interpretar as formas simbólicas à luz dos contextos e dos processos socialmente estruturados dentre os quais elas estão inseridas. Isto quer dizer que, a partir da relação entre formas simbólicas e contextos socialmente estruturados, podemos estabelecer a

interpretação da ideologia dentro de uma análise que enfatiza, simultaneamente, o caráter simbólico da vida social e o fato de que esta envolve conflitos, relações de dominação e desigualdades sistemáticas em termos de distribuição de recursos.

A partir da perspectiva de Thompson (2011), Fairclough apresenta, no decorrer dos seus estudos sobre língua/linguagem, sociedade e poder, algumas definições de ideologia aliadas ao que Thompson chama de concepção crítica (ou negativa). Em 1989, o teórico da ADC define ideologia como “uma concepção do mundo que é implicitamente manifesta na arte, na lei, da atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 84). Em 2003, o autor faz uma distinção neste conceito: ideologia descritiva e ideologia crítica. A primeira é considerada como conjunto de atitudes, crenças etc. A visão crítica entende a ideologia como um espaço para a criação, a manutenção e a mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração (FAIRCLOUGH, 2003; DESOUZA, 2011).

De acordo com Pinheiro (2020, p. 25), assim como Thompson (2011) e Fairclough (2003), Eagleton (1997) “acentua que crenças, ideias, valores ou concepções específicas que circulam em sociedade são ideológicas quando estão relacionadas a aspectos que envolvem o poder ou mesmo o embate conflitivo entre grupos sociais”. Desta forma, ideologia está ligada às crenças e a questões de poder. Para Eagleton (1997), nem toda crença é ideológica, pois só o será se as questões estiverem relacionadas ao poder e aos papéis sociais dos sujeitos.

No entanto, Eagleton (1997) considera como ideologia as ideias, crenças e valores de oposição. Em outras palavras, o que é considerado como resistência e que não está estabelecido como hegemônico – Fairclough (2001) considera como não ideológico ou contra-hegemônico. Desta forma, podemos dizer que, para Eagleton (1997), de acordo com Pinheiro (2020, p. 26), ideologias “são ideias, crenças e valores influenciados socioculturalmente e materializados em alguma forma de linguagem, adotadas para legitimar ou desafiar, corrigir e reconstruir determinadas ordens sociais que se encontram em disputa”.

Esta concepção de ideologia(s) mais ampla(s) de Eagleton (1997) influenciou – assim como Thompson (2011) está para Fairclough (2001) – a abordagem sociocognitiva de van Dijk (1999). Para van Dijk (1999)”, as ideologias “são definidas como as estruturas básicas que organizam as representações sociais nas mentes dos membros do grupo social, ou seja, em função dos objetivos sociais e políticos e interesses de grupos ou instituições”. Desta forma, tal como a abordagem dialético-relacional, a abordagem sociocognitiva de van Dijk (1999) mantém distância da negatividade que acompanha o conceito e sugere uma noção de ideologia mais ampla para os estudos críticos do discurso.

A ABORDAGEM DIALÉTICO-RELACIONAL

O linguista britânico Norman Fairclough propôs um modelo teórico metodológico de análise linguística que se tornou referência em ADC no Brasil. Composto por três diferentes níveis que se relacionam dialeticamente – nível textual, nível da prática discursiva e nível da prática social – o modelo faz parte da sua chamada Teoria Social do Discurso (2001[1992]), em que resgata conceitos valiosos como o de ideologia, que é nosso foco neste capítulo.

Dentro do modelo tridimensional de análise, mais especificamente no nível da prática social, Fairclough atribui destaque especial à concepção de ideologia recorrendo a autores como Althusser (1971) e Thompson (1984, 1990). No que concerne a Althusser (1971), o analista do discurso retoma alguns preceitos que se tornaram basilares para que, posteriormente, seu próprio conceito fosse construído, como destaca Fairclough (2001 [1992], p. 116-117):

[...] primeiro, a asserção de que ela [a ideologia] tem existência material nas práticas das instituições, que abre caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que a ideologia “interpela os sujeitos”, que conduz à concepção de que um dos mais significativos “efeitos ideológicos” que os linguistas ignoram no discurso (segundo ALTHUSSER, 1971, p. 161, n. 16), é a

constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de os “aparelhos ideológicos do estado” (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais da luta de classe [...].

As três asserções acima nos permitem enxergar de que maneira o discurso se relaciona com a ideologia. Primeiro, concebendo o discurso como materialização ideológica; segundo, como efeito e causa da “interpelação ideológica” e terceiro, com a acepção de que os aparelhos que estão a serviço do Estado em sua engrenagem ideológica são também um espaço para que a luta de classe se estabeleça.

Deste modo, é possível compreender a afirmação de Fairclough (2001 [1992]) a respeito de seu próprio conceito de ideologia, como *modos de significações/construções da nossa realidade* que “são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 117), atribuindo um caráter dialético ao conceito.

Sobre a afirmação do autor trazida no parágrafo anterior, é possível notar uma das contribuições que mais divergem dos demais estudiosos sobre o conceito de ideologia: a crença de que esta possui seu papel tanto na produção e reprodução das relações de poder, mas também – e principalmente – na sua transformação, momento no qual Fairclough (2001 [1992]) atribui maior destaque. A isto, ele ainda acrescenta a importância de uma educação linguística que desvele os mecanismos presentes no discurso e que agem em detrimento da manutenção de ideologias dominantes, pois acredita que os produtores do discurso, mesmo sem consciência absoluta da interpelação que sofrem, ainda podem “tornar-se mais conscientes da sua própria prática” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 120) e, com isto, contribuir para a mudança social.

Assim, como o próprio autor menciona, sua concepção de ideologia é semelhante a de Thompson, principalmente devido à atenção dada à capacidade da linguagem de ser investida ideologicamente e, portanto, estar à disposição da manutenção das ideologias hegemônicas. Contudo, Fairclough (2001 [1992]) volta seu olhar novamente para a possibili-

dade da transformação social através da ênfase dada à possibilidade do tensionamento destas relações, afirmando que na luta ideológica há a possibilidade de “uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas [...]” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 117), apontando para a possibilidade da transformação social através da mudança discursiva/ideológica.

Mais adiante, na obra de 1999, Chouliaraki e Fairclough, influenciados sobretudo pelas acepções de Giddens (1991), Habermas (1979) e Harvey (1996), atualizam as proposições da ADC diante da então recente reconfiguração societal conhecida popularmente como “modernidade tardia”¹. Para os analistas de discurso, uma das mais importantes mudanças advindas da reflexividade provocada pelos aspectos deste novo arranjo, é o deslocamento do foco analítico que havia desde o lançamento da chamada Teoria Social do Discurso (2001 [1992]), em que a análise tinha como cerne a investigação do discurso, para um movimento que centraliza a análise da prática social, na qual o discurso é reduzido a apenas um de seus momentos (RESENDE; RAMALHO; 2006).

Neste sentido, a teorização acerca do conceito de ideologia naturalmente sofre alterações. De acordo com os autores, “ideologias são construções discursivas”, (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 26), o que significa afirmar que sua constituição também se realiza através da relação entre os discursos e os outros momentos da prática social. Além disso, acrescenta-se à teorização a visão crítica de que as formas de poder e dominação estão envolvidas nos processos ideológicos, contrariando visões descritivas do conceito (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Posteriormente, Fairclough (2003, p. 9, tradução nossa) revisita o conceito de ideologia e inclui um novo aspecto no âmbito da análise textual no qual os textos são habitados pelas representações ideológicas de uma dada prática discursiva:

Representações ideológicas podem ser identificadas em textos (Thompson 1984 classifica ideologia como “significado a serviço do poder”), mas, ao dizer que ideologias são represen-

¹ Essa noção será melhor e mais explorada no capítulo sobre modernidade tardia.

tações que podem se mostrar para contribuir com as relações sociais de poder e dominação, estou sugerindo que a análise textual precisa ser enquadrada nesse aspecto na análise social que possa considerar corpos de textos em termos de seus efeitos nas relações de poder².

Assim, dentro da construção da análise das práticas sociais, é profícuo trazer para o campo de investigação das relações de poder e dominação uma análise textual que considere o texto em suas implicações nestas relações, sejam no sentido de mantê-las ou de transformá-las.

Outro aspecto indispensável a ser abordado quando se trata de ideologia na abordagem dialética-relacional, é a aceção de que nem todo discurso é ideológico. Segundo o autor, as relações de dominação presentes nas sociedades, como as de classe e de gênero, são responsáveis pelos diferentes níveis de interpelação ideológica e “à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 121), isto é, cada sujeito, a depender de quais relações de dominação o interpelam, é investido, em diferentes níveis, pela ideologia e possui a capacidade de ir além dos limites que esta interpelação impõe.

Neste sentido, com o objetivo de tornar mais práticos os conceitos apresentados até aqui, buscaremos exemplificá-los por meio do gênero discursivo pronunciamento. Para tanto, escolhemos um enxerto de fala produzido pelo atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, transmitido ao vivo em sua página do *Facebook* no dia 23 de janeiro de 2020³.

2 “Ideological representations can be identified in texts (Thompson 1984 glosses ideology as ‘meaning in the service of power’), but in saying that ideologies are representations which can be shown to contribute to social relations of power and domination, I am suggesting that textual analysis needs to be framed in this respect in social analysis which can consider bodies of texts in terms of their effects on power relations” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9).

3 Para a reprodução do discurso supracitado, recorremos ao canal do YouTube “Poder 360”, que divulgou em sua página o vídeo da transmissão.

Figura 1



Fonte: imagem obtida por meio da ferramenta *print screen* durante a reprodução do vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WX7Xrs2Y3QY>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Na ocasião, o presidente conversa com o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, comenta as atribuições do chamado “Conselho da Amazônia” e menciona a experiência desse ministro com o povo indígena por ter trabalhado em Manaus (AM) de 2002 a 2007 e ainda ressalta algumas concepções sobre as características dos índios no mundo contemporâneo. Vejamos o trecho do texto da fala de Bolsonaro:

“[...] O índio mudou, tá evoluindo... cada vez mais é um ser humano igual a nós... então, fazer com que o índio cada vez mais se integre à sociedade e seja realmente dono da sua terra indígena... é isso que nós queremos aqui”.

Em uma análise a partir da abordagem dialética-relacional, é possível identificar, no exemplo supracitado, que o discurso de Bolsonaro é investido por uma ideologia específica que carrega a crença que os povos indígenas possuem uma menor evolução em relação à sociedade ocidental. Tal marca reforça a concepção que Fairclough (2001 [1992]) resgata de Thompson acerca de a linguagem ser investida ideologicamente, além de configurar-se como um exemplo no qual a ideologia é possível de ser analisada através de uma investigação que parta de um olhar para o texto

enquanto evento que está inserido em uma prática social, neste caso, o pronunciamento presidencial.

Assim, diante deste trecho do discurso do presidente, atestamos a conceituação maior que Fairclough (2001 [1992]) faz a respeito de ideologia, como modos de significações/construções da realidade. Nesse caso, é possível considerarmos uma das categorias a qual Fairclough dedicou sua atenção, a *pressuposição* que, para o autor, seriam proposições dadas como preestabelecidas e que podem estar a serviço de uma argumentação não legítima, isto é, uma manipulação. A exemplo disto, o proferimento “Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós...”, carrega a pressuposição de um discurso anterior, não necessariamente em um texto específico, mas na forma de “opinião geral” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 156) de que os índios nem sempre foram vistos de modo igualitário e que a concepção de Bolsonaro acerca de sua realidade é a de estar inserido em um meio privilegiado e mais evoluído em decorrência de sua etnia, atribuindo a si mesmo uma posição de superioridade em relação aos povos indígenas.

Além disso, Bolsonaro infere a estes uma significação que, atrelada a uma tradição colonialista de considerá-los semelhantes a animais selvagens, agora os aproxima do *status* de sujeitos civilizados tal como o próprio presidente considera a si e ao seu grupo étnico que um dia ocuparam o posto de colonizadores, contudo sem integrá-los de fato ao seu meio, pois, anteriormente, evidenciou o tratamento estigmatizado com os povos indígenas.

Ademais, este exemplo nos instiga a refletir sobre a preocupação maior de se teorizar a ideologia segundo Fairclough (2012), que é a compreensão de como interesses e crenças particulares de grupos específicos podem gerar efeitos sociais sobre a vida social das pessoas. Para o autor, “as ideologias são parte da maneira pela qual a dominância de grupos sociais dominantes é alcançada, mantida e renovada”⁴ (FAIRCLOUGH, 2012, p. 100, tradução nossa). Portanto, é necessário pensar como um discurso presidencial que carrega pressupostos colonialistas e desigualitários

4 “Ideologies are part of the way in which the dominance of dominant social groups is achieved, maintained and renewed through particular directions of social change.”

pode criar significações e modos de pensar que culminem em práticas preconceituosas e/ou marginalizadoras em relação aos povos indígenas, já que a ideologia é um dos modos pelos quais a prática social é edificada.

Na seção a seguir, veremos como o conceito de ideologia é refletido pelo prisma de uma abordagem sociocognitiva e quais contribuições esta abordagem traz para os estudos críticos do discurso.

ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA DO DISCURSO

A noção de ideologia na obra de van Dijk (1999, 2005, 2008, 2015) está relacionada à busca desse pesquisador em desenvolver uma teoria multidisciplinar (considerando os aspectos discursivos, cognitivos e sociais) relativa aos fenômenos de polarização ligados, sobretudo, ao racismo discursivo, seu principal tema de investigação nos últimos quarenta anos. Esse pesquisador, tanto quanto outros teóricos que discutiram o conceito no ocidente, ressalta que é precisamente no e através do discurso que as ideologias são adquiridas, expressas, implementadas, propagadas, reproduzidas e/ou desafiadas.

Nessa perspectiva, renomadamente conhecida como Abordagem Sociocognitiva do Discurso, a ideologia inicialmente tem um sentido geral (semelhante ao trabalho de Eagleton [1991]), como sistema de crenças. Compreende-se que sistemas de crenças específicos tanto podem servir para certos grupos legitimarem a dominação (e o abuso de poder), como também servir para outros grupos, por meio de outras ideologias, agirem visando à resistência, ao desafio e à dissidência de dadas relações específicas de poder. Diferente de uma das definições clássicas em que esse conceito é apresentado como ideias falsas, distorcidas ou errôneas sobre a realidade, aqui, a noção é usada com um sentido mais neutro ou descritivo. Em síntese, uma definição de trabalho que aparece em van Dijk (2005, p. 7) diz que “uma ideologia é o fundamento das representações sociais compartilhadas por um grupo social”. Vejamos como se configura essa noção e com quais outros conceitos ela se relaciona.

Na Abordagem Sociocognitiva do Discurso, os aspectos mentais ou cognitivos são importantíssimos, além das relações entre discurso e sociedade (elementos tradicionalmente considerados na história desse conceito). Isso decorre, precisamente, pelo fato de que as ideologias além de fenômenos sociodiscursivos são também fenômenos sociocognitivos. Daí porque a constante menção, nesta abordagem, às relações entre noções como crenças, opiniões, conhecimentos e representações sociais no estudo da ideologia.

Após todo um diálogo epistemológico travado com as ciências da mente, sobretudo, a Psicologia Social (VAN DIJK; KINTSCH, 1983), van Dijk (1999) passa a conceber os produtos e os processos cognitivos como crenças que se estabelecem nas memórias de curto e longo prazo dos falantes (atores sociais). Tais crenças podem, em diferentes graus e matizes, ser subjetivas, objetivas, pessoais (individuais) ou sociais. Geralmente, nossa tradição de pensamento filosófico contrapõe “crenças” a “conhecimentos” e essa oposição tem sim seu sentido, no entanto, o conhecimento, nessa abordagem, seria uma categoria específica de crenças, a saber, “aquelas crenças que ‘nós’ (como grupo, comunidade, cultura ou instituição) consideramos ‘crenças verdadeiras’, de acordo com certos fundamentos ou critérios (de verdade)” (VAN DIJK, 1999, p. 35). Portanto, os conhecimentos são crenças consideradas objetivas e/ou factuais.

Nessa perspectiva, as crenças podem também ser classificadas como representações sociais ou opiniões, essas, categorizadas como crenças individuais e subjetivas (factuais ou não), frequentemente (mas não sempre) de caráter momentâneo; aquelas, entendidas como crenças avaliativas ou axiológicas (e, portanto, subjetivas) socialmente compartilhadas por grupos específicos. As ideologias fazem parte dessa última categoria de crenças.

Van Dijk (2005) faz questão ainda de diferenciar ideologias de emoções. Embora as duas tenham uma dimensão avaliativa (negativa ou positiva), as ideologias são mais duradouras e definem a forma de pensar de segmentos sociais. Uma vez que, por exemplo, as pessoas

podem ter sentimentos e emoções negativas sobre a imigração ou sobre os imigrantes, no entanto, tais pessoas, em absoluto, não estarão sempre zangadas, irritadas ou furiosas com os imigrantes, nem podem compartilhar emoções e sentimentos. Nesse sentido, o que são compartilhados são, precisamente, as ideologias (crenças avaliativas, representações sociais). No caso em questão, ideologias racistas ou de ódio.

Uma análise das ideologias, a partir da Abordagem Sociocognitiva do Discurso, atentar-se-á, principalmente, para como os recursos discursivos utilizados na produção dos textos são influenciados pela interconexão entre aspectos sociais e cognitivos mobilizados pelos atores sociais, nos momentos em que participam de eventos comunicativos. Pensemos no excerto de texto comentado na seção anterior:

Bolsonaro: “[...] O índio mudou, tá evoluindo... cada vez mais é um ser humano igual a nós... então, fazer com que o índio cada vez mais se integre à sociedade e seja realmente dono da sua terra indígena... é isso que nós queremos aqui”.

Uma primeira interpretação possível, através da abordagem sociocognitiva, é que o texto acima é constituído por uma semântica global que nos revela a existência de ideologias socioculturalmente compartilhadas sobre a sociedade indígena. Essas ideologias são evidenciadas por determinados recursos discursivos. Aqui, apontamos dois deles: um mais geral e um mais específico, a saber: (1) as estratégias globais de polarização entre “nós” versus “eles”; (2) os elementos linguísticos que marcam pressuposições no texto. Vejamos cada um deles com um pouco mais de detalhe.

O texto acima está fundamentado em ideologias que embasam uma polarização entre um endogrupo (nosso grupo) versus um exogrupo (grupos deles) que, entre outras coisas, produz uma representação positiva sobre o primeiro, o “nós”, ao passo que constrói uma imagem negativa sobre o segundo, o “eles”. Essa polarização é motivada sociocognitivamente e se concretiza nos sentidos globais realizados pelas escolhas linguístico-textuais feitas pelo falante em questão.

Isso aparece, por exemplo, nas avaliações positivas explicitamente marcadas para tudo que se refere ao “nós” no texto, isto é, nossa sociedade seria evoluída e civilizada a qual os índios (leia-se sociedade indígena), por serem o contrário disso, deveriam se integrar e que “nós” (aqui no sentido de nosso governo) reconhecemos que “eles” têm direito a suas terras, o que indica, inclusive, que “nós” somos solidários (uma solidariedade aparente). E, por outro lado, ao “eles” é reservado um conjunto de estereótipos e lugares comuns, via avaliações negativas, em sua maioria implícitas, que beiram ao racismo étnico. Essas avaliações positivas para “nós” e negativas para “eles” estruturam todo o texto e se manifestam nos pressupostos que guiam esse discurso.

Segundo van Dijk (2008), ocorre pressuposição quando um dizer implica (ou pressupõe) outro(s) dizer(es), que é/são evidenciado/s na superfície textual. Em outras palavras, a pressuposição é uma implicação que decorre da própria forma linguística como os enunciados e os textos foram/estão organizados. Para o autor, quase sempre, as pressuposições contêm argumentos ideológicos, como se observa em van Dijk (2008, p. 240, tradução nossa):

As pressuposições podem ter funções ideológicas relevantes no discurso. Uma vez que transmitem conhecimentos ou crenças que não estão afirmadas, mas simplesmente assumidas como verdades pelo falante, as pressuposições são capazes de “introduzir” proposições ideológicas, cuja verdade não se põe em questão□.

Ao dizer que “o índio mudou, tá evoluindo”, o presidente, intencionalmente ou não, recorre a dois pressupostos: primeiro, que havia um jeito de ser da sociedade e da cultura indígena que não existe mais, porque “mudou” e, segundo, que esse jeito mudou para melhor, porque “evoluiu”, uma vez que está cada vez mais próximo de “nós”, os seres humanos considerados civilizados. Na leitura/interpretação desse excerto textual, percebemos influências da sociocognição ideológica de seu produtor, uma vez que, aqui, os indígenas, são categorizados como “o índio”, isto é, não são pensados como uma sociedade com uma cultura

valiosa, mas como seres inferiores (ou mesmo incivilizados) que só agora começam a ficar parecidos com um suposto “nós” (nós esse que é reivindicado como o modelo a ser seguido), podendo os índios, a partir dessa evolução, serem integrados “à sociedade”, diga-se de passagem, à nossa sociedade, quer dizer, à sociedade compreendida, nesse discurso ideológico, como “civilizada”.

CONCLUSÃO

Como foi visto, discorrer sobre o conceito de ideologia, em quaisquer áreas que sejam, requer um recorte estratégico dado o diverso número de autores que teorizaram acerca deste. Em nosso caso, ao optarmos por estudiosos como Fairclough (2001 [1992]; 1999; 2003) e van Dijk (2005, 2008, 2015), centramos nosso trabalho nas principais vertentes da Análise de Discurso Crítica: a Teoria Social do Discurso e a Abordagem Sociocognitiva do Discurso. Ao fazermos isso, acreditamos ter abrangido as duas teorias centrais, suas origens e desdobramentos que fundamentam a compreensão dos preceitos basilares sobre ideologia que norteiam pesquisadoras e pesquisadores da área.

Deste modo, cumprindo com nosso objetivo, apresentamos, em síntese, a formulação de Fairclough (2001 [1992]), que nos orienta para uma acepção dialógica na relação entre discurso e sociedade e atribui à ideologia o papel de produzir e reproduzir as formas de dominação, no entanto, ressaltando a possibilidade da transformação social por meio da luta e dos tensionamentos ideológicos. Quanto à abordagem sociocognitiva de van Dijk (2005, 2008), esta nos presenteia com a triangulação entre discurso, sociedade e cognição, conceituando ideologia de modo geral, como um sistema de crenças, opiniões e conhecimentos que tanto podem estar a serviço da legitimação dos modos de dominação, quanto podem filiar-se às lutas pela resistência, acrescentando que esta é composta por processos sociodiscursivos e também cognitivos.

Nosso propósito aqui foi demonstrar sucintamente algumas características dos modos de analisar ideologias em textos a partir da Teoria

Social do Discurso e da Abordagem Sociocognitiva do Discurso. Essas são apenas duas leituras/interpretações possíveis, muitas outras a partir das referidas abordagens de estudo poderiam ser feitas, priorizando outras categorias textuais de análise, outros ângulos de visão, outros argumentos de analista etc.

Diante do exposto até aqui, inferimos, por fim, que empreender um estudo localizado dentro da Análise de Discurso Crítica requer que pesquisadoras e pesquisadores se debruçem sobre conceitos-chave para a área, como o escolhido para este capítulo. Compreender seguramente quais as possíveis perspectivas para se estudar o discurso, o poder e a ideologia, por exemplo, torna-se indispensável para a construção de trabalhos coerentes com as, até então, correntes de estudos críticos do discurso, oferecendo pressupostos basilares para dar início a pesquisas que visem desvelar os mecanismos discursivos que operam as relações de dominação e, até mesmo, propor novos caminhos que se alinhem melhor com as atuais práticas da modernidade.



Acesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideology and Ideological State Apparatuses**. *Lenin and Philosophy and other Essays*. p. 121–176, 1971.

CHOULIARAKI, L. FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. *Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DESOUZA, V. F. **Power relations in Padre Cícero's epistolary political discourse: an investigation in the light of Systemic-Functional Grammar and Critical Discourse Analysis**. 173f. Tese (Doutorado em Letras – Inglês e Literatura Correspondente). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

- EAGLETON, T. **Ideology**: an introduction. London: Verso, 1991.
- EAGLETON, T. **Ideologia. Uma Introdução**. São Paulo; Unesp/Boitempo, 1997. pp. 15-40
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. Londres e Nova York: Longman. 1989.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. In: MAGALHÃES, I. (org.). **Discurso e práticas de letramento**: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas: Mercado das Letras, 2012.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HABERMAS, J. **Communication and the Evolution of Society**, Boston, Beacon Press, 1979.
- HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1996.
- PINHEIRO, G. **A (re)produção e a interpretação de ideologias linguísticas no contexto da UNILAB. 2020**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- THOMPSON, J. **Studies in Theory of Ideology**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- THOMPSON, J. **Ideology and modern culture**. Stanford, California: Stanford University Press, 1990.
- THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.
- VAN DIJK, T; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic Press, 1983.
- VAN DIJK, T. **Ideología: una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa editorial, 1999.
- VAN DIJK, T. Política, ideología y discurso. In: **Quórum Académico**, v. 2, n. 2, jul./dic. 2005.
- VAN DIJK, T. **Semántica del discurso e ideología**. *Discurso & Sociedad*, v. 2(1), 201-261, 2008.

VAN DIJK, T. A. **Discourse Studies. A multidisciplinary introduction.** Second (one-volume) Edition. London: Sage. 2011.

VAN DIJK, T. **Ideologia.** *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 50, n. esp. (supl.), 53-61, dez. 2015.

HEGEMONIA

Francisco Daniel Batista da Silva
Kelvy Wanderson de Morais Maia
Rafael Gonzaga Muller

INTRODUÇÃO

As discussões que se seguem sobre poder e ideologia na Análise de Discurso Crítica (ADC) conduzem-nos à necessidade de investigarmos uma noção encapsuladora considerada controversa tanto por sua complexidade, rico conjunto de variáveis, quanto pelas questões sociológicas em constante mudanças que se relacionam durante as lutas de poder: o conceito de Hegemonia.

No presente capítulo, investigamos a construção desse conceito na ADC orientados por três indagações que objetivamos responder ou, ao menos, incentivá-las e problematizá-las ao leitor: a) quais as diferentes situações nas quais se torna relevante a análise hegemônica para o analista crítico do discurso?; b) quais as ferramentas analítico-metodológicas que a ADC dispõe à análise da hegemonia?; c) a análise hegemônica deve ser trabalhada conjuntamente a uma teoria da hegemonia a fim de que o analista possa dar mais sustentação a seus dados analíticos?

A título de contextualização, o presente estudo teórico da hegemonia filia-se à Teoria Crítica, há muito associada genericamente à Escola de Frankfurt no decorrer da segunda metade do século XX. Essa teoria tornou-se muito mais ampla, encaminhando-se para além das propo-

sições iniciais do paradigma. Ela opõe-se visceralmente às matrizes tradicional, cartesiana e racionalista estritas do pensamento ocidental e baseia-se na atitude autocrítica, interpretada como o meio pelo qual a ciência aperfeiçoa-se e se modifica (NOBRE, 2004), assumindo que uma ampla compreensão de determinado contexto em que o objeto do estudo se encontra.

Em nosso caso, a Hegemonia, enquanto objeto de estudo, só pode ser abordada descrevendo-se o problema social posto, as estruturas que a sustentam e impedem a mudança em direção a um ideal e, a partir disso, propondo modos de superação de tais barreiras (FAIRCLOUGH, 2012). Tal abordagem estrutura-se sobre a centralidade dada aos processos através dos quais complexos ideológicos são estruturados, reestruturados, articulados e rearticulados (LACLAU & MOUFFE, 1985; FAIRCLOUGH, 2016). Esse posicionamento epistemológico e político busca: a) combater o poder hegemônico de discursos, inclusive científicos, que objetivam a manutenção do *status quo*; b) promover as bases que oportunizam a pluralização da democracia.

Por referências principais, tomamos o linguista anglo-saxão Norman Fairclough e o filósofo italiano Antonio Gramsci. Este, apresentado inicialmente, viveu de 1891 a 1937 e é considerado o principal teórico da Hegemonia e o mais revisitado na atualidade. Aquele, na sequência, revisita e recontextualiza os textos gramscianos em sua obra *Discurso e Mudança Social* para uma análise da conjuntura, a fim de reforçar as análises na Teoria Social do Discurso. Chamamos ainda a contribuir a esse diálogo teóricos contemporâneos da hegemonia como Laclau e Mouffe e teóricos que discutem hegemonia em sua nuance linguageira, como Žižek e Butler.

HEGEMONIA EM GRAMSCI

Gramsci, amplamente reconhecido como cientista político, também se interessou pela linguística e teve textos relacionando-a à sua Teoria da Hegemonia, poucos desses resgatados – por consequência disso as suas

reverberações no campo da linguagem foram tardiamente exploradas academicamente. A teoria do filósofo marxista pode ser considerada divisora de águas, pois, pela primeira vez, vislumbrava a classe fundante como um grupo de sujeitos que convivem no mesmo contexto histórico. Essa virada da contingência histórica abrange inclusive dimensões discursivas, quando analistas de discurso críticos, ao longo dos últimos anos, as vêm fazendo dialogar com conceitos foucaultianos como formação discursiva e ordem de discurso. Estes e aqueles passaram a se retroalimentar no contexto da ADC. Apesar de um desenvolvimento contínuo em torno da noção do conceito, em seus textos, o conceito de hegemonia não aparece encerrado em si mesmo, sendo a sua construção um processo de constante aproximação e interpelações, conforme será trabalhado neste capítulo. A título didático, dividimos as contribuições do autor em sua principal obra – *Cadernos do Cárcere* (1999; 2001) – em quatro planos nos quais a noção de Hegemonia interpela-se: a) plano epistemológico; b) plano político; c) plano discursivo; d) plano pedagógico.

A primeira interpelação, no plano epistemológico, forma-se ao compreender a hegemonia enquanto discurso estruturante do sistema de filosofia tradicional imperante a cada tempo, capaz de influir sobre as massas populares como força política própria. Funciona, ao mesmo tempo, como elemento de coesão para as classes dirigentes e de subordinação para as massas populares, cerceando-lhes o pensamento original e próprio. Existe, portanto, o importante aspecto de uma ideologia hegemônica conseguir incorporar-se ao pensamento, que é uma categoria tida como das mais individuais e subjetivas. Dessa forma, o conceito de hegemonia em Gramsci nos é apresentado na sua amplitude, como lembra Luciano Gruppi (1978), ou seja, como algo que opera não somente sobre as estruturas econômicas e política da sociedade, mas também sobre o modo de como pensamos, nossas orientações ideológicas e formas de conhecer o mundo.

A reflexão dos sistemas de crenças e sua reprodução no discurso, que é o elemento observável mais próximo do pensamento, podem ser percebidas, inclusive, em termos internacionalistas. Para tanto, o exemplo de que se vale o autor decorre da nomeação de Extremo Oriente para o

Japão como alcunha hegemônica, ainda que mencionada por americanos da Califórnia, que, via Pacífico, encontram-se muito mais próximos do que se poderia sugerir o termo.

Uma segunda interpelação da Hegemonia dá-se nos modos como trabalham os modelos de sistemas políticos considerados mais modernos que os explicitamente autoritários. Enquanto estes, as autocracias, não cedem em nenhum de seus interesses ao tratar de conflitos sociais, utilizando-se da força para a manutenção e obtenção de seus objetivos, os modelos aparentemente mais democráticos na lógica da democracia liberal, ao que Gramsci nomeia “economismo”, hierarquizam seus interesses e necessidades e cedem naqueles de menor valor como forma de convencer o corpo social de que fazem parte de um mesmo grupo que cede contra inimigos invisíveis.

É o que se passou, segundo o mesmo autor, na França anterior a 1914, quando, apesar da multiplicidade de partidos, jornais de opinião e grupos parlamentares, as lutas políticas foram consideradas um sinal de fraqueza nacional e levou a uma radicalização e polarização tais que conformaram apenas dois partidos “a direita, dos nobres, do alto clero e de uma parte dos generais; o centro, constituído por um só grande partido dividido em agrupamentos personalistas ou em grupos políticos fundamentalmente afins” (GRAMSCI, 2001, p. 134). Em ambos os modelos, proposituras mais profundas de democracia são cerceadas, privilegiando a manutenção de poder de determinados e seletos grupos.

Em contrapartida, na teoria da hegemonia de Laclau e Mouffe (1985) as lutas políticas não são mais vistas como uma redução finalística entre dois grupos (*nós versus eles*), caracterizando uma luta antagonística clássica, mas como uma pluralidade de lutas com diferentes demandas e reivindicações que se equivalem entre si frente a um sistema de diferenças no qual tais lutas são subvertidas por uma cadeia de diferenças em um campo de discursividade que universaliza particularidades que se opõem às demais lutas desenvolvendo, assim, uma luta hegemônica entre antagonismos sociais. Dessa maneira, Laclau e Mouffe (1985) propõem o não fechamento de significados

em si, compreendendo as constantes ambiguidades e contradições que cercam o fazer político, consequência da pluralidade sógnica e luta pela universalização de particularidades.

Nessa conformação, restava em posição de centralidade os debates em torno do significado de “liberdade”, que, como qualquer palavra, não se dota de um conceito único e encerrado em si mesmo de modo estático. Esse termo fora utilizado, a partir de adequações superficiais de seu significado total, para fazer com que grandes massas camponesas se tornassem “fiéis da religião da liberdade, mas liberdade significou para elas tão somente a liberdade e o direito de conservar as suas superstições bárbaras, seu primitivismo, transformando-se assim em exército de reserva do partido do Sillabo” (GRAMSCI, 1999, p. 301).

Como se pode perceber, o plano político da segunda interpelação relaciona-se diretamente ao terceiro plano: o discursivo. No estudo das lutas hegemônicas, Gramsci atenta para a existência de dois níveis de estudos diversos que devem ser levados em consideração sob a pena de recair naquilo que chama de “nova racionalidade” ou “automatismo”, que se figura pela associação das premissas hegemônicas de modo ainda mais profundo e acrítico. Como a hegemonia permeia o plano coletivo e o seu poder depende da invasão do plano da consciência, nesse nível existe a percepção da noção de escolha livre e individual, conformando de um clima ético-político homogêneo de liberdade de escolha não condizente com um processo de formação da escolha realmente livre.

Em outras palavras, significa dizer que, em nível potencial, a livre escolha individual se mantém, fazendo com que nem todos atuem politicamente da mesma forma. Entretanto, no nível coletivo, uma grande massa majoritária de indivíduos com vontades singulares semelhantes faz predominar uma lei homogênea, a qual, por tornar-se lei, costume ou norma, passa a ser adotada por outros “livremente” a partir de outras premissas, como a de subordinação às leis para o bom convívio social. O “automatismo”, portanto, é quando o arbítrio se generaliza, deixando de ser individual para, sequer sendo arbítrio propriamente dito, simplesmente reproduzir a opção hegemônica.

Com efeito, sendo estabelecida uma lei que passa a exercer poder sobre o arbítrio individual, ainda que não completamente o impeça, as relações hegemônicas passam a ter um caráter essencialmente pedagógico, chegando-se ao quarto plano interpelado pela Hegemonia, expressando-se nos mais diversos ambientes.

Esse caráter pedagógico se expressa, em especial, através daqueles indivíduos que assumem a posição de intelectuais. “Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2001, p. 20-21). O uso desses prepostos na dominação hegemônica não se dá ao acaso. Ao contrário, como destaca Gramsci (2001, p. 158):

uma grande massa não pode converter-se molecularmente; deve-se, para apressar o processo, conquistar os dirigentes naturais das grandes massas, isto é, os intelectuais, ou formar grupos de intelectuais de novo tipo, motivo da criação de bispos indígenas; por isso, é necessário conhecer exatamente o modo de pensar e a ideologia destes intelectuais para melhor entender sua organização de hegemonia cultural e moral, a fim de destruí-la ou assimilá-la.

Esse uso dos intelectuais, na fase moderna, materializa-se enquanto luta pela hegemonia na educação popular, tornando-se traço característico dessa luta e ao qual todos os outros se subordinam (BUTLER *et al.*, 2000, p. 286-288).

Um elemento essencial da educação popular reside na proposição de Tragtenberg (2012) de que a educação de fato, contrariamente à simples noção de “ensino”, dá-se no bojo social, e não em instituições consolidadas para isso (escolas). Assim, a análise de discursos hegemônicos e contra-hegemônicos através de textos circulantes no ambiente social fornecerá mais indícios a respeito de como essas lutas se estruturam.

Gramsci, discutido na extensão desta seção, tem se mantido atual e forte social e academicamente por não tratar os sujeitos políticos como “classes”, mas como “vontades coletivas” ou, no vocabulário gramsciano,

em blocos históricos. Assim, os elementos ideológicos articulados por um grupo de sujeitos não necessariamente têm pertencimento de classe. Essa posição se destaca ao distanciar-se da perspectiva militarista de Lenin, dando destaque ao aspecto cultural das práticas coletivas. A chamada prática democrática da hegemonia está presente aqui (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 134).

Ao criticar o posicionamento do pensamento gramsciano, Laclau e Mouffe (1985), que creditam o seu desenvolvimento teórico a leituras de caráter desconstrucionistas de Gramsci, revelam que ele (Gramsci) parece estar suspenso quanto ao *status* da classe operária em sua teoria. Por um lado, a centralidade política da classe operária tem seu caráter histórico e contingente: plural, articulado. No entanto, esse papel articulatório é dependente da base econômica. É esse economicismo a fragilidade apontada no pensamento gramsciano por ter em si um caráter essencial.

Os estudos teóricos de hegemonia no presente século foram inaugurados com produtivas discussões entre Judith Butler, Ernesto Laclau e Slavoj Žižek em *Contingency, Hegemony, Universality* (2000) que reúne ensaios dos três temas do título: contingência, hegemonia e universalidade. A diversidade e a pluralidade dos novos movimentos sociais requerem um desenvolvimento aprimorado de conceitos que já pareciam estabelecidos, como o de hegemonia. Butler (2000, p. 164) nos chama atenção para:

O que será importante, então, é *como* o *consenso* pode ser alcançado, e qual, se houver, chegará a ser sua similaridade, de maneira transitória, com o próprio universal. Laclau pode também distinguir entre o processo de universalização que caracteriza essa mesma luta e as versões contingentes da universalidade que estão em luta por domínio conceitual na cena política contemporânea¹.

A preocupação com o *como* a luta hegemônica é debatida em torno da universalização de *consensos* tem sido uma entre distintas

1 Tradução e grifo nosso.

maneiras de analisar estratégias hegemônicas em lutas por terrenos conceituais da política deste século em que ferramentas tecnológicas têm atuado ativamente, conquistando ainda mais espaço nesse complexo processo.

Em torno dos diferentes focos de análise dos cientistas, a hegemonia é envolvida em lutas políticas de gênero, em posições minoritárias/de invisibilidade, violência, relações assimétricas de poder etc. Tais temas são relevantes e devem, tendo como premissa o caráter crítico da ciência, ser discutidos no contexto da ADC.

HEGEMONIA EM FAIRCLOUGH

Ainda que as relações sógnicas entre significante e significado sejam, em última instância, arbitrárias e convencionais, a tendência é que os diversos discursos venham a se conduzir, social e quantitativamente, para a impressão de que essa associação não seja totalmente arbitrária e sequer translucidamente convencionada, fazendo com que determinados significantes sejam automaticamente associados a seus significados, impregnando-se deles. Através dessa estratégia é que discursos hegemônicos funcionam, criando leitores automáticos para suas proposições (FAIRCLOUGH, 2016), ao passo que os discursos contra-hegemônicos, questionando tais associações como construídas histórica, cultural e socialmente, na perspectiva crítica, não estão dados e, ao contrário, servem a interesses específicos na estrutura social, mais notadamente, em nossa época, aos interesses econômicos.

A ADC, portanto, também filiada aos estudos críticos, desconstrói a perspectiva tradicional de arbitrariedade entre palavra e seu significado, propondo que há associações não arbitrárias, mas hegemônicas e, portanto, automáticas. É o que ocorre, por exemplo, com as noções de “liberdade” e “democracia” e seus vários significados possíveis: o padrão hegemônico liberal estabelece como leitura automática a liberdade de exploração e a democracia enquanto igualdade de direitos de exploração, sem tecer maiores comentários sobre outros constructos que entram em

debates contra-hegemônicos, como participação, inclusão, pluralismo, bem-estar, etc. (MORAES; NADAL, 2017).

Nessa esteira, Fairclough toma o elemento discursivo da Teoria da Hegemonia de Gramsci por objeto de estudo e destrincha-o. Uma vez que os discursos hegemônicos se baseiam na formação de sujeitos para os quais diversos conceitos tornam-se automatizados (FAIRCLOUGH, 2016), ao propor uma mudança de perspectiva e uma quebra com esse contrato tácito, o estudo do discurso vincula-se diretamente à prática de transformação social, não podendo ser analisada se não por e mediante a ela.

Esse, provavelmente, é o principal aspecto que coloca o debate sobre Hegemonia, em especial dentro da ADC, como um instrumento teórico-metodológico hábil no combate às próprias estruturas como hoje estão postas, uma vez que se presta a desvelá-las e contribuir com o desenvolvimento contínuo da proposta teórica. É um movimento essencialmente metalinguístico e metacomunicacional, em que novos discursos (contra-hegemônicos) são usados para tratar tanto sobre os discursos hegemônicos imperantes no meio, quanto sobre os próprios discursos contra-hegemônicos que enveredam esse combate, num tipo de autocrítica. Teoria e prática fundem-se a um só processo contínuo, tal qual sugere a Teoria Crítica (NOBRE, 2004).

Fairclough, portanto, traz o conceito de Hegemonia elaborado por Gramsci para dentro da sua Teoria Social do Discurso e defende que este está em completa sintonia com as suas próprias discussões a respeito do Discurso, como fica claro quando abre o tópico do seu livro que discute hegemonia: “harmoniza-se com a concepção de discurso que defendo e fornece um modo de teorização sobre a mudança discursiva” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127). Segundo Resende e Ramalho (2006), o linguista estabelece duas premissas na relação entre hegemonia e discurso. A primeira diz respeito ao fato de que tanto a hegemonia como a luta hegemônica se dão, também, no nível discursivo a partir da relação discurso-sociedade. A segunda premissa defende que o discurso faz parte da esfera hegemônica de modo que “a hegemonia de um grupo é

dependente, em parte, da sua capacidade de gerar práticas discursivas e ordens do discurso que a sustentem” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 44). Assim, práticas discursivas e ordens do discurso possibilitam que a hegemonia à qual estão relacionadas torne-se aceita e naturalizada dentro da sociedade.

Outros aspectos da relação entre hegemonia e discurso aparecem em Fairclough (2003), após discutir as ferramentas de legitimação no contexto discursivo de relações de significado entre sentenças e orações, ele nos traz agora Laclau e Mouffe (1985) para sua discussão para tratar sobre equivalência e diferença. A partir de exemplos genéricos discursivos, Fairclough nos sugere que os processos de construções de cadeias de equivalência e cadeias de diferença são parte do momento discursivo do processo social de classificação. Isso significa que, na interpretação de Fairclough, há uma relação dialética entre universal e particular em que equivalências e diferenças atribuídas a essa relação direcionam-se a um ativo processo de recepção do discurso hegemônico, que tem tido várias e distintas repercussões (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Ele também nos lembra que a hegemonia está ligada à liderança e dominação nos vários níveis da sociedade, ao que a influência hegemônica se torna presente na economia, na política, na cultura e nas ideologias que a compõem. Essa liderança e dominação é exercida, segundo o autor, pelas classes mais estabilizadas economicamente na sociedade e define a hegemonia como o poder dessas classes sobre o todo da sociedade e que desfrutam de um certo prestígio entre as outras classes devido às suas posições no mundo da produção.

Fairclough (2016) ainda nos alerta para o fato de que tais liderança e dominação são obtidas apenas parcial e temporariamente, de modo instável, sempre em conflito e abertas a mudanças. Essa ideia de instabilidade da hegemonia pode ser aplicada também à concepção de estrutura social adotada pela ADC, que defende que as estruturas sociais constroem as ações dos sujeitos, mas também lhes oferecem recursos, inclusive no nível discursivo, para mudar historicamente tais estruturas (RESENDE, 2009). Posteriormente, iremos discutir, de forma sucinta,

como o conceito de ordem do discurso dialoga com o aspecto instável das estruturas sociais e conseqüentemente das hegemonias.

No entanto, julgamos necessário, antes, lembrar aos leitores de uma das palavras-chave quando se esforça a entender o modo como funcionam as relações hegemônicas de poder: o consentimento. O domínio exercido pelas classes dominantes sobre as classes subalternas (para usar o vocabulário gramsciano) não seria tão forte e eficaz se não fosse uma “espontânea” concessão que a segunda classe incorpora no seu corpo social e que faz com que as relações hegemônicas de poder lhes apareçam não como dominação, mas sim como que algo dado e natural. Por esse motivo a Hegemonia pode ser definida também como “a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar o seu consentimento” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127). As pessoas assimilam de tal forma essas relações hegemônicas e as naturalizam tanto, que se torna muito complicada qualquer tentativa de mostrá-las a situação assimétrica de poder à qual estão submetidas.

Apesar dessa complicação, é possível que os sujeitos rompam com essas relações, pois, vale repetir, o poder hegemônico nunca é obtido plenamente por estar envolto em lutas, contradições e disputas pelo poder que não permitem que este se estabilize totalmente. A fim de trabalhar mais esse aspecto, Fairclough (2016) nos explica que os sujeitos são estruturados por um grande número de ideologias e que essas compõem os sujeitos, muitas vezes, de forma contraditória e com informações sobrepostas umas às outras e que por sua vez podem ser articuladas, desarticuladas e rearticuladas nas práticas discursivas dos sujeitos. Tudo isso colabora para uma concepção muito cara para a ADC de que os sujeitos “são também agentes sociais criativos, capazes de criar e mudar coisas” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 78). Em outras palavras, não podemos desconsiderar a capacidade de agência dos sujeitos, isto é, a sua capacidade de agir dentro das suas várias possibilidades, seja para reproduzir uma hegemonia existente ou mesmo para resistir ou confrontá-la.

Conceituar os sujeitos como agentes criativos de suas próprias ações é de suma importância para ADC de Fairclough (2016), que foca as suas pesquisas e análises nas possibilidades de mudanças sociais que podem vir a acontecer através da reflexão dos sujeitos sobre as suas práticas discursivas e sociais e também sobre sua condição de dominados dentro das várias interações de que participam. Isso abre espaço para que estes interpretem as relações sociais como elas são, isto é, atividades humanas que estruturam nossa realidade e não mais como algo naturalizado e tomado como absoluto. Porém, o autor deixa claro: “a eficácia da resistência e da realização de mudança dependem de as pessoas desenvolverem uma consciência crítica sobre a dominação e suas modalidades, ao invés de apenas experimentá-las” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 4)². Portanto, torna-se imprescindível que qualquer pesquisador na área da Análise do Discurso Crítica leve esse ponto em consideração no seu trabalho. É com base nessas discussões a respeito do não assujeitamento dos sujeitos e do equilíbrio instável que caracteriza a hegemonia, permitindo que essa seja articulada, desarticulada e rearticulada nas práticas discursivas que podemos estabelecer uma ligação com as ordens do discurso.

De acordo com Fairclough (2016), as ordens do discurso, assim como as estruturas sociais, constroem e oferecem recursos para atividade humana, mas especificamente no nível discursivo e, portanto, fazem parte dos processos de relativa estabilização e naturalização de hegemonias e podem implicar também em relações assimétricas de poder, já que os recursos discursivos fornecidos pelas ordens do discurso não são distribuídos igualmente na sociedade (RESENDE, 2009). No entanto, esse constrangimento não é totalmente determinante e os recursos discursivos podem servir não só para reproduzir determinadas ordens e estruturas, mas também para contestar e até transformar, ao longo da história, essas duas dimensões que guiam as nossas práticas sociais. Dito isto, fica fácil para o leitor deduzir que tais práticas não são permanentes e, tal como a hegemonia, estão sujeitas à mudança. São um ponto de luta para a manutenção ou deslocamento do polo do poder. Isso significa que a luta hegemônica possui uma dimensão discursiva e que

2 Tradução de nossa autoria.

a articulação e rearticulação das ordens do discurso através do processo da relação dialética entre discurso e sociedade estabelecem a arena onde ocorre essa luta. Vejamos esse assunto nas palavras do próprio Fairclough (2016, p. 129):

Pode se considerar uma ordem do discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e rearticulação de ordens do discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica.

Por outro lado, as nossas práticas discursivas, ou seja, produção, distribuição e consumo de textos, incluindo a interpretação, podem remodelar essas ordens do discurso, o que pode implicar em uma mudança nas hegemonias existentes. Por exemplo, quando um juiz decide trazer para suas audiências um discurso não habitual para aquele tipo de situação e com isso a relação assimétrica de poder entre ele e os outros participantes (advogados, testemunhas, etc.) sofre algum tipo de alteração, podemos dizer que houve uma rearticulação da prática discursiva que poderá, caso outros juízes sejam influenciados e reproduzam essa nova prática, reconfigurar a ordem do discurso que direciona aquela prática discursiva. Em síntese, as práticas discursivas podem contribuir em um grau variado, não só para reprodução ou reconfiguração das ordens do discurso, mas também para mudanças nas relações assimétricas de poder (FAIRCLOUGH, 2016).

É interessante observar que discursos fundamentados em uma hegemonia podem ser constituídos por informações radicalmente contraditórias e que, a princípio, não faria sentido tais informações fazerem parte de um mesmo discurso (FAIRCLOUGH, 2016). Se tomamos como exemplo um pastor que, durante o culto, fala sobre amor e perdão e em seguida defende o armamento dos fiéis e pena de morte para quem cometer certos delitos, temos aí elementos completamente contraditórios entre si. No entanto, esses elementos não aparecerão como contraditórios para aqueles que, na sua interpretação desse discurso, fazem conexões coerentes entre tais elementos. Por isso Fairclough (2016, p. 130) afirma

que “parte do projeto hegemônico é a constituição de sujeitos intérpretes para quem tais conexões são naturais e automáticas”, ou seja, é necessário que haja grupos na sociedade que, ao não perceber a hegemonia como tal, acabam por naturalizá-la e perpetuá-la.

A partir do que foi dito acima, Fairclough (2016) explica que a sustentação da hegemonia se deve muito às instituições particulares (escolas, família, tribunais de justiça, igrejas, etc.), pois a reprodução de práticas discursivas hegemônicas se dá no nível micro da sociedade e é protagonizada por professores e alunos, mulheres, homens, advogados e juizes que, por sua vez, não fazem parte da macroestrutura do poder hegemônico. As práticas discursivas são então orientadas pelas ordens do discurso, e a hegemonia oferece, segundo Fairclough (2016), um modelo e uma matriz para essas práticas. Um modelo, pois os grupos dominantes exercem o seu poder por meio de alianças e integração das classes subordinadas, ganhando assim o seu consentimento e, na sequência, as classes subordinadas seguem um modelo relativamente estabelecido das práticas discursivas. Já para a obtenção da hegemonia em um nível societário, é preciso que se ofereça uma matriz, quer dizer, uma integração entre as instituições locais (nível micro) e as instituições semiautônomas (nível macro), de tal forma que as práticas discursivas que ocorrem no nível micro sejam moldadas pelo nível macro, ao mesmo tempo que moldam este último, em uma relação dialética (FAIRCLOUGH, 2016).

Fairclough (2016) afirma que a sua análise de discurso deve buscar uma explicação sobre a natureza das práticas sociais e a natureza das práticas discursivas (produção, distribuição e consumo) das quais determinado discurso faz parte, levando também em consideração a interpretação dos sujeitos. Assim, o autor argumenta que o conceito de hegemonia pode auxiliar nos estudos sobre discurso, já que oferece uma matriz que nos ajuda a entender se determinada prática social ligada a um certo discurso reproduz, reestrutura ou resiste à hegemonia existente. Ele oferece, ainda, um modelo que podemos usar para analisar se determinadas práticas discursivas reproduzem, reestruturam ou desafiam as ordens do discurso estabelecidas (FAIRCLOUGH, 2016).

É muito importante a observação para a ADC de que a hegemonia existente tem uma dimensão discursiva, pois significa que ela pode manifestar-se textualmente³, ou seja, é possível que encontremos no texto as marcas discursivas que evidenciam relações hegemônicas de poder, assim como também as marcas discursivas que indicam, por exemplo, que aquele texto traz um discurso contra-hegemônico ou não. Todas as pesquisas em ADC devem ser orientadas textualmente, isto é, todos os resultados de suas análises precisam estar impressos nos elementos linguísticos do texto, embora este não seja a única fonte do pesquisador, já que ele deve basear suas análises também na cultura, economia, política, educação, enfim, nas diversas práticas sociais que circundam determinado texto. Fairclough (2016) defende que a ADC deve adotar uma concepção de texto que focalize sua intertextualidade, ou seja, é preciso saber quais são os outros textos presentes e como estes textos estão dialogando entre si, se eles estão de acordo, se estão em conflito ou em contradição. Não pretendemos nos deter longamente no conceito de intertextualidade, porém é importante que o leitor entenda a sua aproximação com o conceito de hegemonia.

O conceito de intertextualidade⁴ faz parte das reflexões de Bakhtin sobre o caráter dialógico dos enunciados, que afirma que todo enunciado, por mais breve que seja, está sempre respondendo a enunciados anteriores e antecipando os enunciados que se seguirão. Por essa razão que Fairclough (2016, p. 141) afirma: “o conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gênero discursivo, discursos) para gerar novos textos”. É preciso só observar que quando Fairclough fala em texto, ele está se referindo ao que Bakhtin chama de enunciado. Essa produtividade dos textos se dá através do diálogo entre eles, isto é, um texto tem potencialmente a capacidade de transformar o ou os textos anteriores a ele, principalmente quando confronta os textos precedentes e assim cria novos textos e novas possibilidades.

3 Ver capítulo: TEXTO.

4 Esse termo foi utilizado primeiramente por Júlia Kristeva na revista *Critique* em 1967.

No entanto, Fairclough (2016) alerta que tal produtividade não é ilimitada para as pessoas que produzem os textos, na verdade, ela é restringida socialmente e condicionada às relações de poder. Sendo assim, o conceito de intertextualidade não é suficiente para explicar essas limitações e é então que as discussões sobre como a hegemonia opera para estruturar as práticas sociais, ao mesmo tempo que é estruturada por essas práticas, podem nos ajudar a compreender como se dá essas limitações. O autor defende que a combinação desses dois conceitos é bastante relevante, pois nos permite compreender quais são as possibilidades e limitações de mudanças no interior do processo de intertextualidade de determinadas hegemonias e, além disso, essa combinação nos permite afirmar que processos de intertextualidade e de reestruturação de ordens do discurso fazem parte, também, da luta hegemônica no nível do discurso (FAIRCLOUGH, 2016).

HEGEMONIA E ADC, UMA ANÁLISE: TIRINHAS

Aspectos teórico-metodológicos

Ainda que usualmente tomada como de fácil interpretação, as tirinhas, enquanto gênero textual, apresentam importante complexidade em decorrência de uma série de fatores. Dentre eles, destacam-se: a) o seu perfil múltiplo, agregando elementos imagéticos e textuais; b) o seu processamento de leitura em vaivém, exigindo uma multiplicidade de leituras sobre um mesmo suporte material; c) a carga sociocultural implicada e exigida para sua interpretação adequada (DIKSON; ROCHA, 2015).

Juntando-se os debates até aqui estruturados em torno da Hegemonia, esse gênero textual permite uma série de operações visando à desconstrução de discursos hegemônicos através de sua releitura não hegemônica. Quando produzidas para tal propósito, normalmente as tirinhas estão compostas por algo em torno de três quadros, os quais guardam funções bem específicas.

A primeira cena desse gênero tem por função instanciar os discursos que serão colocados em debate, correspondendo, preponde-

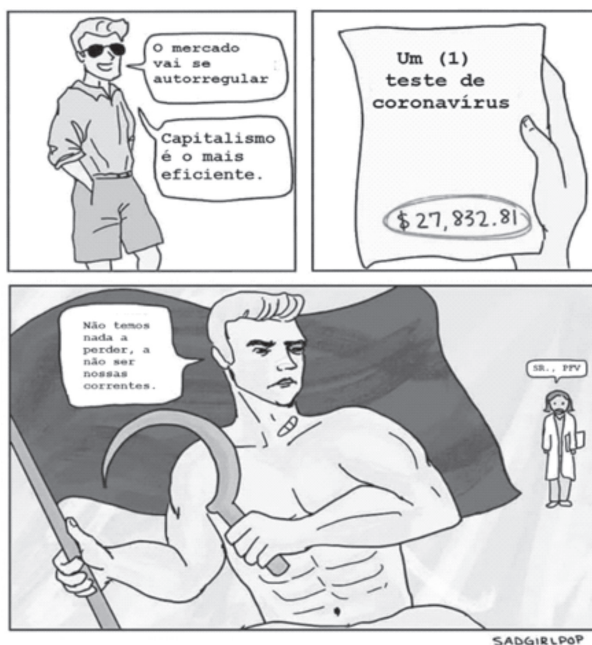
rantemente, aos discursos hegemônicos. Aqui, a carga sociocultural implicada envolve as leituras automáticas propostas pelos discursos majoritários. A segunda cena tem por função apresentar entraves e desafios a um problema social e mostra quais as condições de sua manutenção, normalmente apresentando um evento que não se adequa às proposituras dogmáticas do discurso hegemônico instanciado. Assim, interativamente, inicia uma ruptura com a primeira cena. A terceira e última cena instancia, a partir da contradição imposta, o discurso contra-hegemônico, que também deve estar presente no arcabouço sociocultural do leitor.

Estando em posição de centralidade, o elemento cômico decorre exatamente dessa intertextualidade que é construída a partir de opostos, contraditórios, completando-se apenas ao final do texto, num tipo de amarração geral das ordens do discurso. É quando se processa também a leitura em vaivém, quando o leitor deverá retornar ao quadro inicial para, numa mesma operação, processar a comparação entre discursos majoritário e minoritário, desautomatizando a leitura hegemônica dos discursos sociais e de seu próprio arcabouço sociocultural.

Análise de tirinha: coronavírus

A título de resgate e aplicação das provocações inicialmente estabelecidas (contextos de aplicação, ferramentas e uso integrado das teorias), trazemos um exemplo que trata do contexto econômico e político que permeou a pandemia de coronavírus (COVID-19) de 2020:

Figura 1



Nela, os discursos hegemônicos do liberalismo e do capitalismo são instanciados por sujeito cujas vestimentas apontam participar do grupo social da burguesia. Nesse primeiro ponto, fica clara já a interpelação entre sujeito e discurso: na caracterização do personagem como participante de um grupo social em específico, corroboram elementos discursivos, como prática social, e outras formas de linguagem (vestimentas).

Na sequência, ao personagem é apresentada uma cobrança/nota com valor do teste para identificação da contaminação por coronavírus ao início do processo pandêmico, quando o acesso ao produto ainda era limitado. Tal apresentação demonstra uma das contradições e instabilidades dos discursos hegemônicos instanciados: o preço dá-se pela oferta e procura, moduladas pela disponibilidade de alternativas e essencialidade. Assim, em um contexto de alta procura pelo produto (teste do coronavírus), os elementos de alto grau de essencialidade (dado pelo contexto pandêmico) e baixa disponibilidade (tecnologia em desenvolvimento) contradizem a premissa liberal de que a oferta acompanharia instanta-

neamente a procura e o próprio mercado regularia os preços. Ao apontar um elemento contraditório do discurso hegemônico, o quadrinho se filia aos discursos contra-hegemônicos.

Por fim, o personagem assume novos elementos (bandeira vermelha, foice, novo discurso, mudança de vestimenta) que o vinculam a uma nova proposta política e econômica, de ordem progressistas. Entretanto, o discurso de sua interlocutora (“Senhor, por favor...”) denuncia que tal mudança seria meramente ilusória, trazendo à baila o caráter consensual da hegemonia. O personagem, portanto, cederia em elementos não essenciais (vestimentas, seu discurso social aparente) para manter ou ter acesso aquilo que lhe é mais visceral. O elemento cômico do quadrinho dá-se exatamente nesse deslocamento de sentido, quando a essencialidade é posta em questão: deslocada da defesa do discurso hegemônico (de mercado) para o produto.

CONCLUSÃO

Como pôde ser trabalhado ao longo do capítulo, o conceito de Hegemonia percorre uma série de planos de contextos em que se interpela, tornando as situações que se relacionam direta ou indiretamente com tais planos, importantes campos de aplicação de uma análise da Teoria da Hegemonia como método crítico de abordagem. Essas interpelações dão-se nos planos epistemológico, político, discursivo e pedagógico. Essa perspectiva permite aproximar-se de uma resposta ao nosso primeiro questionamento: a) quais as diferentes situações nas quais se tornam relevante a análise hegemônica para o analista crítico do discurso?

Na sequência, ao questionarmos quais as ferramentas analítico-metodológicas que a ADC dispõe à análise da hegemonia, identificamos em Fairclough (2012; 2016) os aprofundamentos no plano discursivo da Hegemonia necessários enquanto instrumento da ADC. Neles, ganham evidência a percepção de que toda ideologia está materializada no discurso e esse, sendo produzido a partir de intertextos, resgata os rastros de ideologias outras que compõem determinada ordem discursiva. Ao

mesmo tempo, a junção da perspectiva crítica instrumentaliza mais do que mera análise de um *corpus* linguístico de um discurso hegemônico: permite a mudança social a partir de sua problematização e da evidência de discursos contra-hegemônicos.

Por fim, parece latente que a análise hegemônica deve, sim, ser trabalhada conjuntamente a uma teoria da hegemonia a fim de que o analista possa dar mais sustentação a seus dados analíticos. Com vistas a manter coerência com Resende (2009), advertimos que o analista deve desenvolver uma reflexividade ontológica, epistemológica, a fim de que não haja imparidade de termos entre a ADC e a teoria da hegemonia com a qual o pesquisador trabalhará, direcionando-se a uma reflexividade metodológica.

As contribuições são tais e as interpelações teóricas entre as teorias são tamanhas que não fazer uma análise conjunta poderia chegar a caracterizar uma falta metodológica, uma vez que todo o discurso está social e politicamente situado e, portanto, entremeado a uma rede de lutas hegemônicas.

Isso abre precedentes para um dos capítulos desta obra: modernidade tardia. Em um contexto de complexificação das relações, em que a velocidade de formação e desfazimento dos vínculos através dos discursos ganha destaque, opera-se uma série de automatismos nas suas interpretações, exigindo-se o estudo da Hegemonia nos textos que são produzidos e reproduzidos. De fato, a própria noção de modernidade tardia passa a operar como discurso nesse complexo meio, podendo servir para a efervescência de uma série de discursos contra-hegemônicos ou para, sob o simples argumento da velocidade e da provisoriedade, legitimar toda sorte de discursos hegemônicos, automáticos, provisórios e instáveis.



Accesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. *et al.* **Contingency, hegemony, universality**: Contemporary dialogues on the left. Verso, 2000.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh University Press, 1999.
- DIKSON, D.; ROCHA, M. B. **A linguística de texto e processamento textual de tirinhas no Enem**. Revista Linguagem, v. 24, n. 1, 31 dez. 2015.
- FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis**. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/3791325/Critical_discourse_analysis_2012_. Acesso em: 15 dez. 2019.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Trad., ver. téc. e pref.: I. Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: Textual analysis for social research. Psychology Press, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. New York: Longman, 1989.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 1. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy**: Towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985.
- MORAES, L. A.; NADAL, B. G. Educação anarquista: contribuições para a escola e uma educação autêntica. **Revista HISTEDBR** on-line, v. 17, n. 4, p. 1078–1095, 2017.
- NOBRE, M. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RESENDE, V. de M. **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares**. São Paulo: Contexto, 2009.
- TRAGTENBERG, M. **Educação e burocracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

TEXTO

Auristela Rafael Lopes
Hylo Leal Pereira
Joelma Soares da Silva
Marizita Saraiva Rabelo
Tatiana Freitas Ribeiro Alcântara

INTRODUÇÃO

Oriunda da Linguística Sistêmico-Funcional e da Linguística Crítica, a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) despontou, na década de 1980, como “um avanço da descrição à explicação” (MAGALHÃES, 1986, p. 186) constituindo-se contribuição valorosa aos estudos da linguagem e da sociedade, especialmente para a compreensão de alguns dilemas do cotidiano relacionados a variadas questões sociais.

Ainda que não haja consenso sobre essa relação de derivação, os teóricos da ADC concordam no sentido de que, por meio dos seus fundamentos teórico-metodológicos, “a ADC desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea” (MAGALHÃES, 2005, p. 3). Desta forma, os trabalhos dessa área de estudos tendem a investigar criticamente questões relativas à desigualdade social manifestada e legitimada na/pela linguagem.

A linguagem como prática social, por sua vez, materializa-se junto aos falantes por meio de textos que compõem o discurso, intersubjetivamente constituído, sendo o texto a unidade básica de análise no

programa de estudos da ADC. De acordo com Magalhães, Martins e Resende (2017), tais análises normalmente estão centradas nos conceitos de discurso, poder e ideologia, a partir dos quais se desdobram novos conceitos, tais como prática discursiva, prática social, mudança discursiva, mudança social, dentre outros.

Importante ressaltar que, nas diversas perspectivas analíticas que permeiam a ADC, o texto é visto como elemento central, pois, a partir dele, dá-se a materialização do discurso. Nesse sentido, admitindo-se que seja o texto elemento-chave para a maior parte dos estudos contemporâneos na seara da linguagem, e tendo em vista as múltiplas visões teóricas e epistemológicas relativas a esse conceito, ressaltamos que, para a ADC, na visão de Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 42-43),

Por textos, entendemos todos aqueles produzidos nas mais diversas situações sociais, formais ou informais, tanto os escritos como os falados ou visuais (...) [sendo] eles tanto produtos de um processo quanto um processo em si, já que seu surgimento pressupõe uma dinâmica própria de um evento complexo que se relaciona ao tempo, à estrutura social e à ideologia.

Discurso, por sua vez, é concebido para a ADC como “forma de ação e forma de representação, [...] o que significa que agimos discursivamente, bem como representamos discursivamente o mundo social a nossa volta” (MAGALHÃES, 2005, p. 5). Esses conceitos de texto e de discurso mostram-se essenciais ao estatuto teórico que empreendemos na composição desta obra, de modo que, ao longo deste capítulo, aprofundaremos o conceito de texto e seus desdobramentos para o campo de análise da ADC.

É também oportuno esclarecermos a diferenciação entre texto e discurso, ainda que de forma breve. Na perspectiva teórica da ADC, compreendemos o texto como particularização ou individualização de uma instanciamento contextualizada da linguagem; ao passo que o discurso se constitui como modo de representação socialmente compartilhado cuja materialização se dá por meio de textos (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

Dessa forma, a exploração do conceito de texto mostra-se bastante relevante, inclusive por compreendermos que ele, o texto, ao subsidiar materialmente os discursos que permeiam a sociedade, dá vida às ideologias. De acordo com Fairclough (2016), as ideologias são construídas e circulam socialmente por meio dos textos. A partir disso, o autor propõe uma Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) cujo mote constitui-se a compreensão das ideologias como efeito social dos textos.

A ADTO, em suma, “sugere atenção aos textos como elementos de mediação da realidade social com foco específico sobre seus efeitos” (PEIXOTO; FERREIRA, 2018, p. 2876), sendo a própria análise textual, no âmbito da ADC, voltada à percepção dos efeitos sociais dos textos em contexto.

O TEXTO PARA A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E PARA A LINGUÍSTICA CRÍTICA

Inicialmente é importante dizer que a concepção de texto é discutida por inúmeras linhas teóricas e, por essa razão, é caracterizada de diferentes maneiras, de modo amplo na Linguística e na Linguística Aplicada.

Tendo em vista a multiplicidade de conceitos que recobrem os estudos do texto, retomamos sua conceituação destacando que, para a ADC, os textos resultam de uma estruturação social da linguagem, sendo, inclusive, potencialmente transformadores dessa estruturação (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

Essa asserção, em adição à visão de texto como materialização do discurso que, por conseguinte, transmite ou “dá vida” às ideologias, constitui-se consideração importante ao entendimento do direcionamento do conceito de texto ao centro dos estudos da linguagem.

Bem sabemos que, por muito tempo, o texto ocupou um lugar secundário na seara dos estudos linguísticos, basta lembrarmos do estruturalismo saussuriano seguido pelo gerativismo chomskyano, nos quais a língua como estrutura/repositório de formas ocupava lugar central,

ao passo que o texto, visto como mero produto das formas linguísticas, ficou, por considerável espaço de tempo, em segundo plano.

O avanço dos estudos da linguagem trouxe consigo a curiosidade por objetos de pesquisa que não mais estavam circunscritos à estrutura linguística, o que desencadeou o surgimento de várias tendências, tais como a Linguística de Texto, a Análise da Conversação, a Sociolinguística, dentre outras.

Dentre essas novas tendências investigativas que trazem o texto como elemento central de análise, destacamos a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e a Linguística Crítica (LC), cujas contribuições teórico-metodológicas foram centrais para a ascensão do que veio a ser a Análise de Discurso Crítica e que serão abordadas sucintamente nesta seção.

Seguindo uma linha historiográfica, a partir de estudos que ganharam espaço na cena linguística após a década de 1970, numa ascensão pós-gerativismo chomskiano, o funcionalismo concebe que “a linguagem se define, essencialmente, como um instrumento de interação social, empregado por seres humanos com o objetivo primário de transmitir informação entre interlocutores reais” (PEZZATI, 2011, p. 169), de modo que a expressão na linguagem deve estar a serviço da comunicação.

Para o funcionalismo, a língua é vista como instrumento de comunicação e de inserção social, ao passo que é um sistema, portanto composto por elementos distintos, mas interdependentes, que formam um todo organizado. Nesse sentido, os estudos de base funcionalista estão relacionados ao sistema da língua em uso.

Entre os vários empreendimentos teóricos funcionalistas, destaca-se a Gramática Sistêmico-Funcional, criada por Halliday na década de 1980, sendo essa a principal base teórica da chamada Linguística Sistêmico-Funcional.

De acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p. 3, grifo dos autores)¹,

Quando as pessoas falam ou escrevem, elas produzem texto; e texto é o meio pelo qual ouvintes e leitores se envolvem e produzem sentido. O termo “texto” refere-se a qualquer instância da língua, em qualquer meio, que faça sentido para alguém que conhece a língua; podemos caracterizar texto como a língua funcionando em contexto.

Nessa perspectiva, texto seria, então, as múltiplas manifestações linguísticas (co)produzidas pelos interlocutores a partir de uma realização contextualizada carregada de sentido, sendo ele a própria materialização da linguagem em contexto.

Dessa forma, pode-se conceber o texto como um “processo de produção de sentido” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 3) a partir do uso do sistema linguístico pelos falantes de determinada língua. Pode ser compreendido, ainda, como uma perspectiva complexificada das possibilidades de realização de linguagem próprias do sistema linguístico, ou, nos termos de Neves (2016, p. 96) acerca da visão hallidayiana de texto, como “um produto de uma seleção contínua dentro de uma vasta rede de sistemas”.

Partindo do conceito de texto em retorno à perspectiva de língua, Halliday e Matthiessen (2014) apontam-lhe duas funções básicas: produzir sentido a partir da experiência humana e possibilitar nossa relação social. Tais funções seriam a base para o entendimento das metafunções que, por sua vez, compõem o fazer linguístico e “pelas quais se especifica aquilo a que a linguagem serve em seu funcionamento” (NEVES, 2016, p. 97).

Percebemos aqui que a perspectiva textual está fortemente relacionada à organização dos elementos linguísticos que constituem

1 When people speak or write, they produce text; and text is what listeners and readers engage with and interpret. The term ‘text’ refers to any instance of language, in any medium, that makes sense to someone who knows the language; we can characterize text as language functioning in context (Tradução nossa).

a expressão humana, com destaque para a coesão, cujos estudos datam dos idos da década de 1970, a partir da publicação de *Cohesion in English* (HALLIDAY; HASAN, 1976). Ressaltamos que tais investigações são responsáveis por levar o texto à centralidade dos estudos da linguagem, algo ainda incomum à época, como apontado anteriormente.

Acreditamos que também seja válido destacar que, para a Gramática Sistêmico Funcional, o texto não difere da sentença apenas por uma questão de tamanho, mas como algo relacionado à sua composição como unidade de sentido, de modo que “um texto não consiste de frases; mas ele é realizado por elas, ou codificado por meio delas. Sua unidade, enfim, difere em tipo²” (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 2).

Halliday e Matthiessen (2014) acrescentam que os textos podem ser observados a partir de dois ângulos distintos: como um objeto em si; ou como um instrumento para que se descubra algo a partir dele. Acreditamos que essa perspectiva ambivalente e intercomplementar colabore para os estudos da ADC, em uma perspectiva que lida com o texto de forma ampla, que não desconsidera a materialidade, mas que a ela não se reduz, tomando-lhe como plataforma para incursões discursivas densas e coerentes ao seu projeto de análise.

Ainda, com o intuito de operarmos um resgate de conceitos basilares para a ADC, tratamos de trazer à baila algumas considerações sobre a Linguística Crítica (LC) tem como princípio fundamental a relação entre o linguístico e a sociedade, tal princípio está fundamentado numa profícua produção teórica, metodológica e epistemológica que tem como referência uma abordagem funcionalista da linguagem.

Pode-se afirmar que a LC tem seu marco nos anos de 1970 com a publicação dos livros *Language and Control* e *Language as Ideology*, que reúnem, em sua produção, nomes como Fowler, Hodge e Kress, e apresentam uma inovadora relação entre linguagem, poder e ideologia. Outros estudiosos, entre eles Fairclough, na década de 1980, contribu-

2 A text is not something that is like a sentence, only bigger; it is something that differs from a sentence in kind (Tradução nossa).

íram para consolidar essa abordagem a partir de uma análise crítica do discurso (GONÇALVES, 2017; MAGALHÃES, 2005).

Nesse contexto, embora não se possa afirmar que a ADC é uma continuidade da LC, também não se pode negar o intenso diálogo entre seus autores e pressupostos teóricos. A aproximação entre elas se dá na perspectiva e abordagem da linguagem considerando-a sob um novo viés, superando os formalistas, em que a LC e a ACD “podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem” (WODAK, 2010, p. 225).

Tributários do pensamento de Halliday e de sua gramática sistêmico-funcional, os teóricos da LC compreendem a linguagem em sua interação com o contexto, em que o social é parte integrante da linguagem. Sendo assim, a linguagem também é *locus* de disputas de poder, e não apenas um objeto dissociado da realidade que serviria para representar o real, como acreditavam os formalistas. Nessa perspectiva, a linguagem na LC, segundo Gonçalves (2017, p. 83):

[...] é entendida a partir da sua interação com o contexto, a partir de fatores externos à estrutura, afinal, faz parte da nossa sociedade; portanto a Linguística Crítica questiona o estudo imanente da língua para validar o estudo do discurso como prática.

Assim, na LC, todas as modalidades textuais devem ser vistas como “parte de interações comunicativas imersas em complexos processos sociais” e sua estrutura discursiva, além de expressar os propósitos e papéis dos seus interlocutores, é “instrumento de afirmação e legitimação de estruturas sociais e condições materiais” (GONÇALVES, 2017, p. 86).

Tais preocupações inauguram, em certa medida, os pressupostos teóricos que fundamentam a ADC, muito embora Fairclough busque, em sua teoria, lapidar questões não exploradas na LC, como veremos na seção seguinte.

A CONCEPÇÃO DE TEXTO PARA A ABORDAGEM DIALÉTICO-RELACIONAL, DE FAIRCLOUGH

Discorrer sobre o conceito de texto na perspectiva da abordagem dialético-relacional implica compreender a concepção de sociedade para Fairclough e sua intrínseca relação com a linguagem. Desse modo, lançamos um olhar aguçado sobre os textos como produções sociais historicamente situadas que dizem muito a respeito de nossas crenças, práticas, ideologias, atividades, relações interpessoais e identidades (RESENDE; RAMALHO, 2009).

A concepção tridimensional, proposta por Fairclough (2016), apresenta o texto como uma das três dimensões do discurso, a qual se encontra interconectada à prática social (atividade potencial, individual ou coletiva, que se refere à ideologia, à hegemonia) e à prática discursiva (processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo textual). Já no modelo transdisciplinar de Chouliaraki e Fairclough (1999), o texto passa a ser visto como um resultado da relação entre linguagem e sociedade. Segundo Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 202), o caráter interno dessa relação revela que “textos são resultantes da estruturação social da linguagem, mas são também potencialmente transformadores dessa estruturação, do mesmo modo como os eventos sociais são resultado e substrato das estruturas sociais”.

Destaca-se também o seu caráter de interação, representação de mundo e identificação de si mesmo, o que significa que todo texto traz em si as marcas dos atores sociais que dele participam. Por essa razão, para a ADC faircloughiana, o texto é a unidade mínima de análise tendo em vista que elementos menores, como parágrafos e frases, não incorporam as práticas sociais e culturais de um grupo.

Conforme Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 42-43), os textos escritos, falados e visuais são produzidos nas mais diversas situações, formais ou informais, e são tanto produtos de um processo como um processo em si, visto que, a partir de uma dinâmica própria, elementos como ideologia, tempo e estrutura social dão forma ao evento complexo que caracteriza o fazer textual. É significativo salientar a importância

dos textos para o estudo dos processos sociais, pois, de acordo com Fairclough (2003, p. 8):

Os textos como elementos de eventos sociais [...] causam efeitos – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente, os textos causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante [...]. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformações nas relações industriais, e assim por diante.

Em relação à afirmação de Fairclough, ele mesmo explica que, embora não exista uma relação de causalidade, ou seja, de causa e efeito associada com um tipo de texto ou com aspectos do texto, estes produzem efeitos sobre as pessoas, determinados pela relação dialética entre discurso e prática social. Em outras palavras, todo texto é produzido a partir de uma prática social e, desse modo, há uma estreita relação entre texto e sociedade.

Quanto à análise textual, Fairclough (2016) a organiza em quatro itens: vocabulário, que diz respeito à lexicalização e à significação das palavras; gramática, que trata da combinação de palavras em orações e frases; coesão, que se refere à ligação entre orações e frases; estrutura textual, que trata das propriedades organizacionais em larga escala dos textos. Ele distingue ainda três outros elementos que serão usados apenas na análise da prática discursiva, mas que envolvem aspectos formais do texto: a força dos enunciados, isto é, os tipos de fala (promessas, pedidos, ameaças) por eles constituídos, a coerência dos textos e a intertextualidade.

Ao distinguir os três itens usados na análise da prática discursiva, Fairclough (2016) enfatiza a intertextualidade, visto que esta envolve aspectos formais do texto. Significa dizer que para o autor a intertextualidade é “a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por

diante” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 119). Isso significa que não há pureza ou singularidade textual: o que é dito já foi dito ou será dito.

Sobre essa dialogicidade, Resende e Ramalho (2009) enfatizam o pensamento bakhtiniano, pois, mesmo os textos aparentemente monológicos, como os escritos, respondem a outros textos e antecipam respostas, e o discurso é internamente dialógico porque é polifônico, ou seja, todo texto articula diversas vozes.

Ao referenciar-se especialmente nos estudos de Bakhtin e de Kristeva, Fairclough (2016, p. 143) destaca que a intertextualidade “implica uma ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e linhas diversos e frequentemente contraditórios que contribuem para compor um texto.” O autor apresenta, também, em seus estudos, distinções tipológicas entre diferentes modos de relações intertextuais, das quais é interessante frisar a intertextualidade manifesta e a interdiscursividade (intertextualidade constitutiva), ou seja, para Fairclough (2016, p. 158):

A intertextualidade manifesta é o caso em que se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto, enquanto a interdiscursividade é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordem do discurso.

Quanto a essa questão, Fairclough (2016) relaciona intertextualidade e interdiscursividade a mudanças sociais, pois afirma que os intérpretes dos textos, mais que sujeitos dos discursos, são sujeitos sociais que carregam um acúmulo de experiências particulares e com recursos orientados para as múltiplas dimensões da vida social, capazes de afetar os modos como vão interpretar textos particulares. Sendo assim, “é importante levar em consideração as formas pelas quais os intérpretes interpretam os textos, para que se possa avaliar adequadamente sua eficácia política e ideológica” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 180).

A fim de exemplificar o objeto deste capítulo para a concepção dialético-relacional, destacamos o texto

Deus ajuda quem cedo madruga

Tal exemplar do gênero discursivo provérbio – “máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens” (FERREIRA, 1986, p. 1408) – se apresenta como a própria materialização do discurso popular que ganha força, por meio do poder da linguagem e de seus usuários, e resulta de distintas práticas discursivas que envolvem aspectos socialmente institucionalizados.

A CONCEPÇÃO DE TEXTO PARA A ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA, DE VAN DIJK

Ao discutirmos texto na perspectiva de van Dijk, não podemos desconsiderar que sua obra sobre estudos do discurso é fortemente marcada pela abordagem sociocognitiva, que relaciona estruturas do discurso e estruturas sociais por meio de uma interface cognitiva.

As contribuições de van Dijk, para os estudos do discurso, surgem na década de 1970 com suas primeiras reflexões em meio às ideias estruturalistas vigentes à época. A concepção de língua que atravessa seu trabalho se afasta de uma concepção estática, asséptica e imanentista. Em vez disso adota o interacionismo e considera elementos extralinguísticos importantes, como, o contexto sócio-histórico em que os usuários da língua produzem discursos (OLIVEIRA, 2013).

Van Dijk (2008) entende o discurso como o produto verbal oral ou escrito de um ato comunicativo que juntamente com atores sociais e contexto em uma situação específica constituem um evento comunicativo. Segundo o autor, “Em tal caso, abstraímos a dimensão verbal do ato comunicativo oral ou escrito de um evento comunicativo e usualmente nos referimos a essa abstração como conversação ou texto” (VAN DIJK, 2008, p. 247).

Enquanto os estudos linguísticos se debruçaram sobre as estruturas e propriedades do texto, a perspectiva cognitiva lida com os processos

que ocorrem na compreensão e produção de certas formas linguísticas. A gramática descreve um sistema ideal e sistemático de normas da linguagem, já a psicologia (cognitiva) está preocupada em explicar o funcionamento real desse sistema abstrato.

Assim, é descrito como esse sistema linguístico que foi adquirido em termos de certas condições e certos processos cognitivos e, acima de tudo, que regras e estratégias são aplicadas quando um falante produz ou entende um texto. Van Dijk (1992) assevera que para a ciência do texto, é importante obter uma explicação de como somos capazes de ler ou ouvir manifestações linguísticas tão complexas, extrair informações específicas, armazená-las no cérebro (ao menos parcialmente) e reproduzi-las novamente.

Ainda nessa vertente, van Dijk (2016) argumenta que os sujeitos possuem uma dimensão pessoal de modelos mentais pessoais (dos eventos sobre os quais falam ou escrevem e da própria situação comunicativa) e uma dimensão social que envolve crenças, conhecimentos, atitudes e ideologias socialmente compartilhadas – que controlam os modelos mentais e indiretamente todo o discurso. Van Dijk (2016, p. 09) explica essa relação ao afirmar:

Uma teoria sociocognitiva supõe que as estruturas sociais precisam ser interpretadas e representadas cognitivamente e que tais representações mentais afetam os processos envolvidos na produção e interpretação do discurso. O mesmo princípio vale para a relação inversa, a saber, como o discurso é capaz de afetar a estrutura social – especificamente por meio das representações mentais dos usuários da língua como atores sociais.

Observamos que, para o autor, as estruturas discursivas tanto são influenciadas como influenciam as estruturas sociais mediadas pelas representações mentais, já que estas afetam o processo de produção e de interpretação do discurso. Neste sentido, van Dijk (2016) aponta que a estrutura de um texto envolve diferentes estruturas discursivas, desde estruturas gramaticais obrigatórias que não variam por cognição

e contexto, até as estruturas variáveis especificamente controladas por estruturas cognitivas e sociais. Dentre estas, ele destaca: estruturas semânticas (macroestrutura semântica) e coerência local. Sobre esta última, van Dijk (2016, p. 26) esclarece que são

[...] relacionadas a conhecimento, atitudes e ideologias compartilhadas por grupos, comunidades e organizações, e que objetivos sociais e políticos, *status*, influência e poder tanto condicionam quanto decorrem dessas práticas discursivas através da mediação cognitiva.

A macroestrutura semântica refere-se à coerência geral do texto, suas macroproposições que organizam o texto. Trata-se do sentido que norteia o texto, seu assunto geral. A macroestrutura “[...] é um tipo de forma de texto, cujo objeto, o tema, ou seja, a macroestrutura, é o conteúdo do texto. Portanto, o mesmo evento deve ser comunicado em diferentes ‘formas de texto’ de acordo com o contexto comunicativo” (VAN DIJK, 1992, p. 142). Ademais, a macroestrutura assume uma função estratégica no texto, conforme van Dijk (2002, p. 13) explica:

[...] é também uma forte sugestão estratégica para que os leitores a construam como a macroproposição tópica de seu modelo mental sobre o evento a ser representado – ou acrescentem ou modifiquem uma opinião já formada em um modelo anterior sobre esse caso, formada quando eles (os leitores) ouviram sobre isso.

A macroestrutura, segundo exemplifica van Dijk (2002, 2016), pode ser uma manchete ou um título de editorial. Por outro lado, van Dijk (2016) nos chama à atenção que elas nem sempre são explicitamente expressas no texto e que, portanto,

só podem ser definidas em função de estruturas cognitivas subjacentes, tal como a natureza hierárquica dos modelos mentais. Ao mesmo tempo, essas macroestruturas são também aqueles sentidos gerais mais lembrados pelos leitores” (VAN DIJK, 2016, p. 23).

O texto, porém, não é coerente apenas em nível global, mas também local. Neste sentido, van Dijk (2016) engendra a coerência local como necessária à compreensão do sentido do texto. Para tanto, o autor e o leitor precisam ativar conhecimentos e relacioná-los à coerência geral, ou seja, ao sentido geral do texto. O autor destaca que tais conhecimentos são tanto cognitivos como sociais e não podem ser reduzidos a somente uma destas dimensões (VAN DIJK, 2002).

Dessa forma, a coerência local é multiplamente dependente das estruturas de modelos mentais subjacentes e de um conhecimento socio-cultural mais amplo que para Van Dijk (2016, p. 23)

Essa coerência local assume duas formas, uma intencional (sentido) e uma extensional (referencial). Relações intencionais são funcionais e situam-se entre proposições expressas, tais como Generalização, Especificação, Exemplo, Explicação, e assim por diante.

À guisa de exemplo, retomemos o provérbio popular citado na seção anterior: *Deus ajuda quem cedo madruga*. A máxima popular, passada de geração em geração, expressa conhecimentos e faz parte da cultura popular. Mesmo com sua origem desconhecida, é repetida pela população em geral, independente de idade, escolaridade, religião ou classe social.

Ocorre que, o provérbio passou a ser associado a um personagem de grande repercussão entre pessoas de várias idades, surgindo assim uma nova forma do texto ser veiculado, principalmente nas mídias sociais, conforme Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Deus ajuda quem cedo madruga



Fonte: <http://historiaseencantos.blogspot.com/2018/03/origem-do-ditado-deus-ajuda-quem-cedo.html>

Para a abordagem sociocognitiva, esse é um exemplo de texto que, para compreendê-lo, o sujeito aciona a coerência local, ou seja, ele recorre aos conhecimentos que possui do ditado original e do personagem Senhor Madruga para que a nova estrutura assuma algum sentido. Ele depende dos seus modelos mentais subjacentes e de seu conhecimento sociocultural para compreendê-lo.

Da mesma forma, estabeleceu-se entre a população outro modo de citar tal provérbio atrelando-o a situações do seu cotidiano sob uma nova redação, por exemplo:

Quem cedo madruga, fica com sono o dia todo

Percebemos assim que o texto só se completa no leitor por meio de seus modelos mentais. O sujeito necessita recorrer às suas experiências para compreender as novas estruturas que o ditado assume.

Ademais, os textos embutem o que van Dijk (2003) denomina Estruturas Ideológicas do Discurso (EID) – estruturas textuais que revelam manobras de práticas ideológicas mediadas pela linguagem. Tais estruturas envolvem conteúdo e posicionamentos intrínsecos. Dessa forma, tanto o ditado original, como suas variações na sociedade sustentam posicionamentos ideológicos que se manifestam por meio de sua estrutura textual e outras estratégias discursivas.

CONCLUSÃO

Dialogicamente falando, entendemos que a contribuição deste capítulo não se encerra nele mesmo, mas nas possibilidades de discussões no chão teórico-metodológico da ADC. Fundamental nesta empreitada é compreender os caminhos trilhados e dialogados pela ADC para uma compreensão de texto, na perspectiva de linguagem como uma prática social.

Se hoje a ADC “[...] oferece uma valiosa contribuição de linguistas para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à auto-identidade e à identidade de gênero, à exclusão social.”(MAGALHÃES, 2005, p.3) é por sua vocação transdisciplinar pautada teoricamente na concepção funcionalista da linguagem.

A ADC compreende que o texto, enquanto trama discursiva, tem efeitos sociais e causam mudanças na sociedade. Para Fairclough (2016), essa relação não é simples nem direta, mas é uma relação complexa, dialética que tem uma relação ativa com a realidade. Realidade pensada como sistema aberto mediado na/pela linguagem constituída socialmente. Dessa forma, a ADTO, nesse contexto, aponta para uma análise dialético-relacional do texto e se apresenta como uma abordagem imprescindível para ADC.

Portanto, finalizando nossa discussão, por ora, consideramos que mapear a concepção de texto numa posição teórico-metodológica da ADC, é fundamental para compreendermos a contribuição da ADC nos Estudos Críticos da Linguagem em que textos não se encerram em si

mesmos, mas são também elementos constitutivos das relações de poder numa sociedade em que os indivíduos estão situados historicamente intervindo na sociedade na/pela linguagem.



Acesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Edinburgh: University Press, 1999. 176p.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. London/New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

GONÇALVES, L. S. A perspectiva crítica da linguística. **PERcursos Linguísticos**, v. 7, n. 14, p. 82-93, 2017.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar**. London: Routledge, 2014.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. **Cohesion in english**. London: Longman, 1976.

MAGALHÃES, I. MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. **D.E.L.T.A** [online]. 2005, v. 21, n. esp, p. 1-9. ISSN 1678-460X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MAGALHÃES, I. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. **D.E.L.T.A** [online]. 1986. v. 2, n. 2, p. 181-205. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/31247/21729>. Acesso em: 21 fev. 2020.

NEVES, M. H. M. O texto na teoria funcionalista da linguagem. *In*: BATISTA, R. O. (org.). **O texto e seus conceitos**. São Paulo: Parábola editorial, 2016, p. 93-102.

- OLIVEIRA, L. A. Van Dijk. *In*: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013.
- PEIXOTO; M. E. G.; FERREIRA, R. Texto e ideologia: a análise de discurso textualmente orientada. **Fórum linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 2875-2890, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2018v15n1p2875>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística**, v. 3. São Paulo: Cortez, 2011, p. 165-218.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- VAN DIJK, T. A. **La ciência del texto**. 2. ed. Barcelona: Paidós Comunicació, 1992.
- VAN DIJK, T. A. A interface do discurso – conhecimento. *In*: WEISS, G. WODAK, R. **Teoria e interdisciplinaridade em ACD**, 2002.
- VAN DIJK, T. A. **Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona: Ariel, 2003.
- VAN DIJK, T. A. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.
- VAN DIJK, T. A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letrônica**, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, nov. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/23189>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- VIEIRA, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 4, p. 223-243, set. 2010. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297/313. Acesso em: 19 fev. 2020.

MODERNIDADE TARDIA

Eric Silva dos Santos
Lucineide Matos Lopes
Zilda Maria da Silva Dutra

INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do século XXI encontram-se marcadas por intensas mudanças no modo de viver das pessoas, na forma de participar e interagir socialmente, entre outros aspectos. De início, podemos perceber que essas mudanças advêm de uma conjuntura que se configura em meio à expansão do neoliberalismo, do capitalismo, da *internet* e de tecnologias da informação que cada vez mais se desenvolvem. Assim, as transformações sociais e econômicas ocorridas em nível global, nas últimas décadas, acentuam desigualdades sociais, violência e exclusão social.

Para a Análise de Discurso Crítica (ADC), essas condições da vida social podem ser modificadas, para tanto essa perspectiva estabelece uma investigação crítica sobre práticas sociais de dominação, de discriminação e de relações conflituosas de poder que se encontram cristalizadas na vida social. Com esse propósito de contribuir para a mudança desse cenário de opressão, a ADC encontra-se situada em um diálogo entre a Linguística e a Ciência Social Crítica ao investigar o discurso na Modernidade Tardia, conceito que tem sua origem em Anthony Giddens (1991), sociólogo inglês.

Essa abordagem sociológica expande a noção de modernidade para além da já conhecida relação a estilos de vida em um determinado período histórico, para compreendê-la a partir da análise das instituições da modernidade e suas características. Neste início de século XXI, contrário a alguns estudiosos, o sociólogo supracitado não considera que vivemos um momento para além da modernidade, mas uma radicalização dessa modernidade. Portanto, termos como “pós-modernidade” e “sociedade pós-industrial” não são aplicados nesse pensamento, mas sim, Modernidade Tardia.

Assim sendo, Chouliaraki e Fairclough (1999), além de estabelecerem as bases teóricas da ADC no âmbito da Ciência Social Crítica, localizam-na por meio de pesquisas críticas nesse contexto de Modernidade Tardia. Portanto, esse conceito ocupa lugar de destaque para os estudiosos dessa abordagem crítica devido a seu caráter emancipatório por desnaturalizar crenças, construir ações para fortalecer a consciência daqueles que vivem em situação de submissão. Além disso, justifica-se esse caminho de operar esse conceito por sua natureza de buscar diálogos, seu modo transdisciplinar de atravessar e se relacionar a outras teorias sociais, não se prendendo a um único campo disciplinar.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo concentra-se em apresentar e problematizar o conceito de Modernidade Tardia na ADC. De início, abordamos o conceito em sua base, conforme os pressupostos de Giddens (1991). Em seguida, em seus desdobramentos, ao ser instaurado nas pesquisas críticas de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), em *Discourse in late modernity*. E, por último, nas atualizações do pensamento, trazemos para discussão a proposta decolonial a partir de Resende (2019), que vê o conceito de Modernidade Tardia relacionado a uma tradição de estudos acadêmicos importados do Ocidente que possui caráter de colonialidade de saberes. Desse modo, o desafio consiste em desconstruir essa submissão a este conhecimento que se encontra validado de forma universal a fim de buscar a decolonização dos estudos críticos do discurso como passo decisivo para o início de uma longa jornada que se apresenta.

A partir desses pontos elencados, conheçamos as bases do referido conceito.

AS BASES: A VISÃO DE ANTHONY GIDDENS NA SOCIOLOGIA

Com o intuito de compreender o conceito de Modernidade Tardia na abordagem de Giddens (1991), propomo-nos a responder aos seguintes questionamentos que consideramos relevantes por sustentarem o pensamento do estudioso: Como o conceito de Modernidade Tardia é construído na abordagem de Giddens (1991)? Por que as características da modernidade são importantes na constituição do conceito? Qual o papel das instituições modernas na Modernidade Tardia?

Giddens (1991) trata a modernidade a partir de uma análise das instituições sociais modernas, ao considerar a radicalização e a universalização das consequências da modernidade cada vez mais crescentes em relação às culturas tradicionais. Além disso, nessa abordagem, o caráter de descontinuidade dessas instituições precisa ser levado em consideração. Desse modo, a modernidade produz formas de viver que em muito se distanciam da ordem social tradicional, principalmente em relação à conexão globalizante e às mudanças ocorridas no cotidiano das pessoas.

Para identificar as descontinuidades entre as instituições sociais modernas e as ordens sociais tradicionais, o autor apresenta as seguintes características: o ritmo de mudança; o escopo de mudança; e a natureza das instituições modernas. O primeiro refere-se à rapidez da mudança na modernidade, que se apresenta de maneira demasiadamente dinâmica como em nenhum outro sistema pré-moderno. Já o escopo de mudança reporta-se à conexão em todo o globo e às transformações sociais decorrentes dessa conexão. Quanto à natureza das instituições modernas, há continuidades do moderno e do tradicional, como, por exemplo, a cidade, e também formas sociais específicas da modernidade, como, por exemplo, o estado-nação, além do produto e do trabalho assalariado, os quais são transformados em mercadoria, entre outros.

Nessa perspectiva, Giddens (1991) chama a atenção para a compreensão da natureza da modernidade, que se caracteriza pelo dinamismo, pelo escopo globalizante das instituições modernas, pelas descontinuidades em relação às culturas tradicionais e pelas fontes da natureza dinâmica da modernidade. Assim, a questão do caráter dinâmico da modernidade ocorre por meio da separação entre tempo e espaço, do desenvolvimento de mecanismos de desencaixe, além da apropriação reflexiva do conhecimento.

A relação entre tempo e espaço para as sociedades pré-modernas se dava de modo impreciso e naturalmente apreendido, tanto pela relação empírica do sujeito, quanto pela presença temporal e espacial desse mesmo sujeito. O tempo nessas sociedades era medido pelo calendário (invenção esta comparada à invenção da escrita nos tempos antigos). Todas as culturas tinham o seu modo de calcular o tempo, porém esse cálculo estava atrelado à questão espacial, isto é, o lugar definia a “precisão” do tempo, já que “ninguém poderia dizer a hora do dia sem referência a outros marcadores socioespaciais” (GIDDENS, 1991, p. 27). Os eventos e ocorrências naturais influenciavam nessa contagem, por essa questão havia diferenças nos espaços, o que levava também a sociedade a confundir a localidade com as práticas sociais (MONT’ALVÃO; NEUBERT; SOUZA, 2011).

As características do tempo e do espaço foram se modificando ao longo da história. A partir da Revolução Industrial e das mudanças ocorridas com seu advento, o cálculo do tempo passou a ser realizado através do relógio mecânico, que surgiu por volta do século XVIII, permitindo a uniformização da mensuração do tempo, independentemente do lugar. A proliferação do uso do relógio resultou na ideia de tempo “vazio”, não precisaria mais uma correspondência com as atividades sociais desenvolvidas num determinado espaço, o tempo seria agora “preciso e padronizado”, o que corresponderia às expectativas para a formação social que surgiria após o século XVIII (MONT’ALVÃO; NEUBERT; SOUZA, 2011). Em decorrência desses acontecimentos e dos processos progressivos de evolução na modernidade, o espaço e o tempo vão se separar. A isso Giddens (1991) chama de mecanismos de

desencaixe, que, além de outros, contribuíram para um controle maior das relações sociais, da organização da sociedade e do seu dinamismo diante do capitalismo.

Assim, para Giddens (1991), o mecanismo de desencaixe constitui-se em fichas simbólicas e sistemas peritos. O primeiro compreende meios de intercâmbio que circulam sem levar em consideração características comuns de grupos. Para exemplificar esse tipo de desencaixe, citamos o dinheiro que, nessa visão, não é reconhecido como um mecanismo de troca, mas sim como um meio de distanciamento do tempo-espaço, por permitir que se realizem transações separadas no tempo e no espaço. Quanto aos sistemas peritos, compreendem os sistemas especializados que envolvem sistemas de excelência técnica ou competência profissional, portanto apresentam influência no que se faz, de maneira contínua. Vivemos envolvidos nesses sistemas e depositamos confiança neles. Exemplo disso ocorre quando se adquire um livro, ambiente repleto de conhecimento perito, já que envolve a produção dos textos, organização, edição, editoração e muitos outros aspectos. Em geral, as pessoas não apresentam conhecimento sobre como o livro é feito, ou seja, das técnicas de edição, do conselho editorial, da arte usada na capa. Em suma, esses sistemas definem-se como mecanismos de desencaixe, pois “eles removem as relações sociais das imediações do contexto” (GIDDENS, 1991, p. 31).

Além da separação entre tempo e espaço, e o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe, precisamos compreender a apropriação reflexiva do conhecimento como uma das fontes do dinamismo da modernidade. A reflexividade é caracterizada pela “relação dialógica entre conhecimento e sociedade e/ou pesquisadora/pesquisador e objeto” (GIDDENS, 2017, p. 62). De caráter particular, a reflexividade é uma “ação definidora de toda ação humana”, pois os humanos se “mantêm em contato com as bases do que fazem como parte integrante do fazer” (GIDDENS, 1991, p. 38). Na modernidade, a tradição é substituída pela reflexividade, que se torna a base da reprodução do sistema, numa relação de retroalimentação entre prática social e informação e descobertas. Ademais, é preciso destacar o conceito de tradição em Giddens (2012)

como sendo processos ativos de reconstrução e manutenção de práticas sociais. Sendo assim, o fenômeno da reflexividade é necessariamente instável, visto que a prática social é alterada constantemente à velocidade da informação de novas descobertas, num dinamismo que não permite sequer à própria ciência qualquer rigidez.

A modernidade é um amplo conceito de todos os aspectos particulares das sociedades pós-feudais (GIDDENS, 2017). Por questões didáticas, ilustramos aqui com o exemplo de um carro que precisa de uma fonte de energia (gasolina, etanol, eletricidade etc.), mas não dispensa outros mecanismos para seu funcionamento, citamos o volante, o pedal do freio e a alavanca de marcha, que, embora sejam acessórios, são indispensáveis para o funcionamento do carro. Assim é a modernidade, enquanto tempo e espaço, desençaixe e reflexividade servem como fonte do dinamismo na modernidade, as instituições da modernidade são *feixes organizacionais* envolvidos nas instituições da modernidade.

Para Giddens (1991), há quatro dimensões institucionais que caracterizam a modernidade, são elas: o capitalismo, o industrialismo, a vigilância e o poder militar. Para efeitos de compreensão ampla, transcrevemos a definição que o autor dá às instituições da modernidade, *capitalismo*: “sistema econômico originado no Ocidente baseado no intercâmbio comercial e na geração de lucro” (GIDDENS, 2017, p. 113), que “é centrado sobre a relação de propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, formando o eixo principal de um sistema de classes” (GIDDENS, 1991, p. 53). *Industrialismo*: “Uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens, combinado ao papel central da maquinaria no processo de produção” (GIDDENS, 1991, p. 53). O autor faz referência aos estudos de Foucault (1977) ao definir *vigilância* como a “supervisão das atividades da população súdita na esfera política, podendo ser direta por meio dos aparatos de repressão social, ou, mais comumente, indireta através do controle da informação” (GIDDENS, 1991, p. 55). O *poder militar* é o “monopólio dos meios de violência dentro de fronteiras territoriais do estado moderno” (GIDDENS, 1991, p. 55).

O capitalismo e o industrialismo são eixos genuinamente modernos que aceleraram e expandiram as instituições modernas. O poder militar e a vigilância são eixos que, embora possam ser encontrados em outros períodos da história, ganham novos contornos na modernidade. Na modernidade, tanto o poder militar quanto a vigilância estão a serviço do estado-nação para o controle de sua população. É, portanto, a estabilidade e a dimensão destas instituições que fazem com que Giddens (1991) afirme que estamos vivenciando uma modernidade tardia, negando que haja um movimento pós-moderno em termos sociológicos.

De acordo com Giddens (1991, p. 60), “a modernidade é globalizante” e a globalização é uma das forças da modernidade. Assim sendo, ele faz uma análise da globalização como sendo a intensificação das relações em escala mundial, que dinamiza o distanciamento tempo-espço. O autor se remete aos estudos da área das relações internacionais e aos estudos do sistema mundial para discorrer sobre a globalização. Giddens (1991) dimensiona a globalização em quatro esferas: a economia capitalista mundial, o sistema de estados-nação, a ordem militar e a divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, o estado-nação, que tem os seus territórios defendidos pela ordem militar, é o ator que interage com as corporações da economia capitalista, dinamizando a divisão internacional do trabalho de modo global.

Para uma melhor compreensão sobre o conceito de Modernidade Tardia, apresentamos, a seguir, um quadro síntese que leva em consideração as características apontadas por Giddens (1991) na constituição do conceito e o traçado por nós realizado:

Quadro 1 – Quadro síntese das características da Modernidade Tardia

DESCONTINUIDADES	Ritmo da mudança	Escopo da mudança	Natureza das instituições	
FONTES DE DINAMISMOS	Tempo e espaço	Desencaixe	Reflexividade	
DIMENSÕES INSTITUCIONAIS	Capitalismo	Industria- lismo	Vigilância	Poder militar
DIMENSÕES DA GLOBALIZAÇÃO	Economia capitalista mundial	Sistema de estados-nação	Ordem militar	Divisão internacional do trabalho

Fonte: Elaboração nossa

Ao final da apresentação do conceito na visão de Giddens (1991), pudemos observar a análise da modernidade com relação às transformações institucionais modernas. Além disso, por meio dos traços característicos da modernidade, pudemos compreender o impacto globalizante por meio da difusão das instituições ocidentais em todo o mundo. Essa modernidade universalizante possibilita mudanças sociais, algumas poucas constituem-se benéficas, mas muitas outras causam sofrimentos sociais que aumentam o sentimento de desamparo e submissão da maioria das pessoas.

Logo, as pesquisas em ADC visam desvelar essas mudanças sociais que trouxeram problemas sociais decorrentes desse período de modernidade tardia. Assim, abordaremos essa questão a partir de como o discurso encontra-se inserido nesta fase da vida social contemporânea, com foco na proposta de agenda de pesquisa que propõe temas da modernidade tardia para ADC, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999). A seguir, tratamos dos desdobramentos do referido conceito.

OS DESDOBRAMENTOS: A VISÃO DE CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH NA ADC

Chouliaraki e Fairclough (1999), inicialmente, se preocupam em estabelecer as bases teóricas da ADC ao apresentar uma visão de vida social como prática social. Além disso, os autores situam a ADC em pesquisas críticas na sociedade contemporânea, tendo como desafio a superação de problemas sociais concretos dessa nova fase da vida social, denominada “Modernidade Tardia”, com base em Giddens (1991). Sendo assim, com esse trabalho introduzem-se características relevantes do discurso na Modernidade Tardia.

Para os autores, a interação comunicativa é uma prática social de força criativa que, entretanto, é moldada por estruturas sociais que ela reproduz e transforma, sendo uma espécie de atuação primordial inerente à estrutura social. Nesse contexto de modernidade tardia, a linguagem tornou-se a parte mais significativa da vida social, e a análise social é correspondentemente orientada como linguagem em um grau substancial. Iremos nos ater aqui às contribuições que os cientistas dos estudos críticos deram à teorização do discurso como elemento central da vida social na modernidade tardia. Para saber mais detalhadamente sobre o conceito de Discurso na ADC, veja o capítulo Discurso deste livro.

Nesse panorama, Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem uma agenda de pesquisa para a ADC que tem como ponto de partida a discussão sobre os desafios trazidos pela modernidade tardia. Os temas são apresentados a partir de pares de termos em oposição, com o objetivo de “capturar parte do caráter contraditório do discurso na modernidade tardia, assim como as diferentes ênfases de diversas teorias” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 93)¹. São eles:

A. Colonização/apropriação

No contexto da Modernidade Tardia, a dialética colonização/apropriação é proposta por Chouliaraki e Fairclough (1999) como sendo

¹ Do original “[...] to try to capture some of the contradictory character of discourse in late modernity, as well as the different emphases different theories” (Tradução nossa).

caracterizada pelo movimento existente entre discurso e gênero de uma prática social para outra prática social, numa rede de ocorrências. Estes movimentos representam uma cadeia na qual uma prática coloniza a outra, ou apropria-se à medida que a domina. Chouliaraki e Fairclough (1999) ainda destacam que o poder é uma questão central assim como o hibridismo. O poder de uma prática em relação a outra à medida que uma coloniza ou se apropria, e o hibridismo à medida que incorpora e articula novos elementos a recontextualização de um discurso ou de uma prática social para uma nova prática social ou discurso.

B. Globalização/localização

Podendo ser tratada como uma forma específica de colonização/ apropriação a dialética aqui estabelecida é uma nova e importante característica da vida social do discurso, afinal de contas, num contexto de globalização/localização fica cada vez mais complexo analisar sociedades particulares. Essa dialética se dá à medida que a prática discursiva ou social local ganha *status* global, ou à medida que uma prática social ou discursiva de grupos hegemônicos ganha ares locais.

C. Reflexividade/ideologia

A modernidade tardia apresenta como uma de suas características a “reflexividade potencializada” por considerar que as pessoas são mais conscientes de suas práticas e se encontram abertas à transformação baseada no conhecimento. Para exemplificar, os autores esclarecem que há um crescimento de conscientização sobre práticas que incluem discursos sexistas ou racistas. Entretanto, isso não significa que todos compartilhem desse aumento de consciência crítica ou que as pessoas estejam cientes de todas as suas práticas de maneira uniforme. Nessa correlação, a reflexividade potencializada apresenta-se em oposição à ideologia que estabelece uma naturalização do discurso.

D. Identidade/diferença

Nessa perspectiva, com frequência, o conceito de “sujeito” encontra-se relacionado à “sujeição” e ao “posicionamento”, inclusive o posicio-

namento no discurso. Além disso, a questão da alteridade que abrange o outro, neste ponto, compreende não só a representação de determinados grupos sociais, como de mulheres, ou grupos nacionais ou étnicos, mas também como gêneros específicos estabelecem posições específicas de discurso para as pessoas, como, por exemplo, a relação médico e paciente em um exame médico. Assim, o conceito de “identidade” encontra-se relacionado à questão da interação na constituição de pessoas, ao identificar suas próprias identidades individuais ou coletivas no discurso. No entanto, lutar pela identidade é também lutar pela diferença, pois diálogos e ações com outras pessoas que são diferentes são fundamentais na sociedade moderna contemporânea. Portanto, a ADC trata do deslocamento das identidades no movimento contínuo da modernidade tardia, pois esse tema da identidade é um dos mais divulgados nesta fase moderna e um dos pontos que manifesta a reflexividade.

Ressaltamos aqui a importância da postura crítica dos autores Chouliaraki e Fairclough (1999) ao propor uma agenda para ADC, uma vez que assumem que não estão “reivindicando que esta é ‘a’ agenda da ADC: estamos oferecendo-a como uma contribuição para o importante processo de reflexão sobre o que somos e devemos fazer” (p. 93)². Assim sendo, a agenda da ADC não é única e pode ir além da agenda proposta pelos autores europeus e refletir sobre as especificidades da realidade em outros contextos.

Ao finalizarmos a discussão sobre o conceito de Modernidade Tardia na ADC estabelecido por Chouliaraki e Fairclough (1999), pudemos constatar a problemática da colonialidade do saber nos estudos do discurso crítico. Dessa forma, sentimos a necessidade de confrontar o campo da colonização tendo como ponto de partida a perspectiva decolonial, que tem como objetivo superar a colonialidade do poder, do saber e do ser. Portanto, entendemos como relevante apresentar algumas questões que nos guiarão nesse caminho, como, por exemplo: Como os estudos críticos do discurso podem começar a se distanciar da colonialidade de saberes

2 Do original: “[...] We are not claiming that this is not ‘the’ agenda for CDA: we are offering it as a contribution to the important process of reflecting on what we are and should be doing” (Tradução nossa).

do discurso? De que maneira podemos inserir a perspectiva decolonial nos estudos críticos do discurso?

Assim, a seguir, trataremos dessa discussão mais detalhada sobre as atualizações do conceito de Modernidade Tardia na tentativa de buscar respostas para nossos questionamentos.

AS ATUALIZAÇÕES: A VISÃO DECOLONIAL

Para refletirmos sobre o conceito de Modernidade Tardia, em relação à decolonialidade, trazemos do próprio Giddens (1991) um dos elementos principais para pensar numa atualização desse conceito, que em nosso ponto de vista, a priori, seria a globalização, já citada neste trabalho. O autor referido enfatiza que “esta é mais do que uma difusão das instituições ocidentais através do mundo, onde todas as outras são esmagadas” (p. 190). É importante ressaltar que para pensarmos com uma visão decolonial precisamos também refletir sobre as desigualdades sociais e culturais do mundo globalizado, assim como sobre a imposição dessas desigualdades pelo eurocentrismo e americanismo, o que exige de nós uma reflexividade da modernidade para assim criar uma ruptura, principalmente no que diz respeito aos discursos. Ruptura essa tão necessária para os estudos críticos do discurso, uma das discussões levantadas por Resende (2019). A partir daí, podemos falar em um futuro decolonial como um processo de libertação do colonialismo, o qual se mantém ainda presente na modernidade. Para isso, repensamos aqui a colonialidade, que perdura um *status* colonial, e a decolonialidade como um rompimento desse *status*.

Segundo Quijano (2010), o conceito de colonialidade está intrinsecamente ligado às condições da instauração do sistema capitalista como um exemplo de organização e funcionalidade das relações de poder na modernidade. Esse sistema advém desde o imperialismo, quando a matriz colonial construiu seu poder mediante uma gestão econômica calcada em princípios patriarcais, esse quadro se mantém como uma proposta de continuidade do colonialismo, a colonialidade. É relevante entendê-la para então chegarmos ao seu contraponto: a decolonialidade, que se

mostra como uma descontinuidade das relações inseridas nas culturas que se perpetuam como tradicionais na modernidade (GIDDENS, 1991).

Resende (2019, p. 21) utiliza uma explicação de Maldonado Torres (2007, p. 243) para inicialmente definir o que é colonialidade. Segundo a autora (p. 21), Maldonado “explica que a colonialidade refere-se a padrões de poder de longa duração que surgiram como resultado do colonialismo”, e ainda que essa relação de poder interfere na cultura, no trabalho, além das produções de conhecimento. Portanto, a colonialidade se reproduz nos padrões culturais, religiosos, estéticos, morais, no senso comum e, com mais força, nos livros, nas escolas e nas universidades, em suma, na linguagem de um modo geral.

Conforme Resende (2019), isso prova que não somos apenas herdeiros de um sistema colonialista e capitalista, também somos subordinados ao discurso do colonizador com relação às epistemologias acadêmicas. A autora ressalta que a dependência epistemológica é demonstrada, inicialmente, pelos nomes das duas grandes linhas da análise do discurso (francesa e inglesa), que revelam a colonialidade desse campo de pesquisa. Para ela, a questão da decolonização sobre esse campo deveria encaminhar-se “a três caminhos convergentes: decolonizar o saber [...], decolonizar o poder [...], e decolonizar o ser” (p. 20).

Entretanto, para estabelecer que haja atitudes de decolonizar é preciso que saibamos também dos processos de colonialidade desses caminhos aos quais se refere a autora (p. 36), que são: as colonialidades – *do saber*, que corresponde aos discursos para a compreensão da sociedade, “ligados ao classismo, ao racismo, ao sexismo e a sua interseccionalidade” – *do ser*, em que tal colonialidade se refere a esses discursos do saber, fazendo-nos acreditar que existam “padrões de identificação que limitam nossa ação”; e a colonialidade *do poder* – ao nos sentirmos limitados em nossas atitudes, agimos de acordo com “padrões capitalistas, racistas e sexistas”. Então, seguimos passando adiante esses padrões em nossas ações, seja consciente ou inconscientemente (RESENDE, 2019, p. 36).

Portanto, acreditamos que para enfrentar os desafios da modernidade tardia, carregados pela ideia da colonialidade, e vista por alguns como

consequência das marcas do colonialismo, ou ainda como parte constitutiva dessa mesma modernidade, devemos desenvolver um pensamento mais do que descolonial, que é o decolonial. De acordo com Catherine Walsh (2009, p. 243, *apud* RESENDE, 2019, p. 21) não se trata apenas de “desarmar, desfazer ou reverter o colonial”, mas sim de “[...] assinalar e provocar um posicionamento [...]”. Para além disso, significa criar e construir, que são, grosso modo, o objetivo da decolonialidade. Porém, para uma perspectiva epistêmica, Resende (2019) acena que isso não significa um abandono ou rejeição a outras teorias ou contribuições temáticas que não sejam da América Latina ou de países periféricos; muito embora corroboramos que o pensamento decolonial tenha o propósito de questionar a manutenção das estruturas colonizadoras da epistemologia, o que traria como resultado uma “emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação” (REIS; ANDRADE, 2018, p. 3).

De acordo com Sousa Santos e Meneses (2009), considera-se que os paradigmas cultural e epistemológico que se impuseram no Ocidente moderno mostraram o descrédito e a desvalorização das práticas sociais e contribuíram para uma redução do conhecimento nas diversas culturas e epistemologias. Fala-se em epistemicídio, que seria a desvalorização do saber local, a inferiorização de saberes e culturas em detrimento da imposição de conhecimentos epistemológicos do colonizador, esses são alguns dos fatos que reiteram o atraso de uma modernidade que se sustenta num saber polarizado.

Desse modo, acreditamos que o desafio decolonial, além de outras formas de se libertar da opressão do colonizador, é uma proposta para se produzir conhecimento de forma contextualizada e acessível, como também de se buscar uma atitude autoral, e, dessa forma, decolonizar os discursos.

Partindo desse pressuposto, uma das formas de desafiar as imposições desse contexto da modernidade aliado à colonialidade é colocar em pauta as práticas sociais e discursivas do ser. Por isso, demonstramos um exemplo que possa ilustrar um desses desafios na prática, que traz os atores sociais como protagonistas do seu saber. Sobre isso, Sousa Santos e Meneses (2009, p. 39) comentam:

Toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias [...]. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias.

Tomando a citação de Sousa Santos e Meneses (2009) como norte do exemplo trazido, vislumbramos na perspectiva educacional um projeto de prática social como uma das alternativas pedagógicas decoloniais, pois trata-se de um aparato educacional, curricular e, acima de tudo, político, que transpassa todos os artificios sociais, políticos e econômicos de um *status quo* para se fazer um modelo de educação dentro do contexto sociocultural do aluno, além de trazer a discussão das questões do capitalismo agrário. Estamos falando das Escolas Familiares Agrícolas (EFA), que são escolas construídas sob uma perspectiva metodológica da Pedagogia da Alternância (MELO *et al.*, 2018). Em particular, citamos aqui a EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé (Ceará), surgida pelas necessidades das famílias camponesas que procuravam por uma educação contextualizada. E, para ilustrar nosso exemplo, trazemos o gênero textual *folder*, extraído da internet, sobre a divulgação do processo seletivo do ano de 2019 para ingresso na escola.

Figura 1: Divulgação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé



Fonte: <https://www.Efajaguaribana.com.br>

A criação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé partiu dos atores sociais envolvidos na questão da educação, preocupados com a integração dos seus educandos no contexto sociocultural ao qual são pertencentes. Aqui subjaz a ideia de práxis de que Paulo Freire (2001) nos lembra, na qual os sujeitos se reconhecem como protagonistas dos seus destinos, ainda se situando no seu local de ação e modificando a sua realidade. E, assim, os sujeitos envolvidos se situam e são situados num contexto que lhes é próprio e familiar. Aprendem e retornam para a sua origem para partilhar o que aprenderam e vice-versa, num processo de ciclo de formação, no qual seus discursos não serão os mesmos, mas construídos em partilha e pertencimento. Nesse sentido, temos aí uma perspectiva de decolonialismo, numa atitude de decolonizar os saberes, os sujeitos (o ser), colocando-os em seus protagonismos e, ademais, decolonizando o poder, no que diz respeito a ir além do que oferecem as políticas públicas educacionais.

Portanto, podemos arriscar dizer que a desconstrução da colonialidade como constituinte da modernidade seria, grosso modo, a partir do exemplo dado, uma atitude decolonial de lutar por uma práxis diferente, buscando criar alternativas e construir o conhecimento em partilha, tentar sair do modelo tradicional imposto, o qual não oferece escolhas.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, apresentamos o conceito de Modernidade Tardia por ser basilar nos estudos da Análise do Discurso numa perspectiva Crítica. Detalhamos conceitos-chave na teoria de Giddens (1991) como fontes de dinamismo, instituições modernas e as forças que caracterizam a Modernidade Tardia. Por se tratar de um conceito complexo e extenso, sintetizamos as bases conceituais de Giddens (1991) numa análise sistemática daquilo que consideramos como a base deste conceito. Discutimos ainda como a ADC de Fairclough se configura no contexto de modernidade tardia, ao sintetizar aquilo que Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem como agenda de pesquisa para a ADC, sintetizamos as dialéticas colonização/apropriação, globalização/localização, reflexi-

vidade/ideologia e identidade/diferença. Ressaltamos, respaldados em Chouliaraki e Fairclough (1999), que não há uma agenda única para a ADC. Como objetivo central deste capítulo, havíamos proposto apresentar uma problematização do conceito de Modernidade Tardia como base epistemológica da ADC. A partir dos estudos de Resende (2019), que compreendem um redesenho dos estudos do discurso com a descentralização do contexto europeu e com a recontextualização por meio da produção de conhecimento realizada nos contextos da América Latina e dos países periféricos, apontamos como desafio uma ADC que visa desconstruir essa submissão ao conhecimento que se encontra validado de forma universal a fim de buscar a decolonização dos estudos críticos do discurso como passo decisivo para o início de uma longa jornada. Urge, portanto, a necessidade de uma ADC decolonial, que paute urgentemente a superação de problemas no contexto de América Latina e dos países periféricos e que não esteja subalterna aos polos hegemônicos de produção de conhecimento.



Acesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

- CHOUILIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FREIRE, P. **Política e Educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 23).
- GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. Tradução Raul Filker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIDDENS, A. **A vida em uma sociedade pós tradicional** em Modernização Reflexiva – Política, tradição e estética na Ordem Social. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

GIDDENS, A., SUTTON P. W. **Conceitos essenciais da sociologia**. Tradução Cláudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

MELO, S. P.; ROCHA, F. R.; PINTO E. de C. Educação do campo sob a Pedagogia da Alternância: construindo conhecimento com a diferença na EFA Ibiapaba. *In*: COSTA E SILVA, Geranilde (org.). **Experiências em Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade**: caminhos e perspectivas. Fortaleza: Imprece, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B.; MENEZEZ, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

REIS M. de N.; ANDRADE. M. F. de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, mar. 2018.

RESENDE, V. M. Perspectivas Latino-Americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. *In*: RESENDE, V. M. (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019.

SOUSA SANTOS, B.; MENESES. M. P. **Epistemologias do sul**. Edições Almedina. S.A. Coimbra, 2009.

PRÁTICA DISCURSIVA

Alana Lessa do Nascimento Silva
Ana Marcelle Rodrigues Pimentel
Andre Diego Carvalho de Oliveira
Claudênia de Paula Lemos

INTRODUÇÃO

Para dar conta da conceitualização de prática discursiva, é primordial partir da noção de prática na qual a Análise de Discurso Crítica (ADC) se baseia para compor sua ontologia: ela advém do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996), segundo o qual a vida social está organizada em torno de ações habituais da sociedade institucionalizada, que se traduzem em ações materiais constituídas por objetos e sujeitos sociais pré-construídos (FAIRCLOUGH, 2001; MAGALHÃES *et al.*, 2017). Essas práticas possuem múltiplas orientações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas etc.) nas quais a dimensão discursiva da sociedade se constitui, de modo que “não emana de um livre jogo de ideias na cabeça das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 97). Sob essa perspectiva, a ADC concebe a vida social como um conjunto de práticas organizadas por meio de ações históricas e socialmente situadas, as quais tendem a ser realizadas de forma relativamente padronizada e legitimada, de modo que seus elementos constituintes são reconhecíveis e caracterizáveis.

Com base em Harvey (1996), a ADC utiliza a noção de prática social para construir sua definição de discurso como um momento das práticas, as quais são compostas por outros elementos: relações sociais, atividades materiais e sistemas de conhecimento e crença (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) que se articulam dialeticamente para construir o mundo social. Compreender o modo como esses elementos se interligam é uma das tarefas da ADC e, ao empreitar esse objetivo, analistas de discurso têm investigado tais aspectos em profundidade e identificado inúmeras particularidades no que tange à construção de relações sociais textualmente mediadas, uma vez que a linguagem está presente, direta ou indiretamente, na construção dos modos de identificação, representação e ação dos atores sociais nas diversas práticas das quais fazem parte.

A esse conjunto de características capaz de distinguir e padronizar determinados usos do discurso, ousamos, genericamente, chamar de prática discursiva e nos propomos a apresentar o escopo teórico que nos orientou na construção e no desdobramento desse conceito-chave para a compreensão da maneira como o discurso age em diferentes contextos sociais. Tomamos por base as considerações de Michel Foucault (2008), especificamente sobre discurso, enunciado e formação discursiva, que se constituem como uma forte contribuição para a ADC desenvolvida por Fairclough (2001, 2003), abordagem crítica adotada neste capítulo que se desenvolve a seguir.

O QUE SÃO PRÁTICAS DISCURSIVAS?

Os estudos em Análise do Discurso Crítica (ADC), como uma perspectiva teórico-metodológica, têm defendido a centralidade da compreensão do discurso como uma dimensão da prática social, enfatizando uma abordagem social e linguisticamente orientada (FAIRCLOUGH, 2001; MAGALHÃES, 2000; MAGALHÃES *et al.*, 2017). Nesse sentido, a prática discursiva, nessa abordagem de estudo, é um conceito basilar construído a partir do reconhecimento de uma relação mediadora entre o texto e a prática social.

É preciso destacar que o conceito de prática discursiva que tem sido construído a partir das reflexões de Fairclough (2001 [1992]) e Chouliaraki e Fairclough (1999) em ADC teve influência dos estudos de Foucault (2008) sobre o discurso, sobretudo no que tange à conceitualização de discurso como constituinte do social, dos objetos e dos sujeitos sociais, bem como à natureza interdiscursiva e intertextual das práticas discursivas.

Foucault (2008) pontua que há vários elementos que colaboram para a existência do discurso, como o suporte histórico e o institucional, mas, além deles, há um outro fundamental, que é a compreensão de que discurso é uma prática, que tem o seu sentido construído nas relações e nos enunciados em pleno funcionamento. Consoante Foucault (2008, p. 133), essa prática discursiva é conceituada como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

É necessário, portanto, dizer que a compreensão dessas regras é que vai permitir que algo apareça como objeto do discurso e, conseqüentemente, será possível a existência de enunciações variadas para constituí-lo. Todos esses elementos que atuam para a definição dessa regularidade característica de um discurso devem se relacionar para a formação da prática discursiva.

Segundo o pensamento de Foucault, precisamos nos esquecer de analisar os discursos sobre qualquer perspectiva com base no inexistente, no sentido oculto das coisas. Para esse pensador, necessitamos fincar essa análise na existência da palavra, das coisas que são de fato ditas. Será necessário analisá-lo em uma ótica que abandona o discurso como uma porção de signos, que significam algo e fazem parte de uma teia oculta de possibilidades textuais que não são visíveis de imediato. Não há, nessa conjuntura, nada que esteja por trás do enunciado que não se revele no discurso. Como vemos em *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008, p. 55):

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Foucault compreende, desse modo, que o discurso extrapola a linguagem e o signo, visto que ultrapassa o simples ato de definir as coisas e abrange aspectos amplos da estrutura social, tais como a natureza do poder e a natureza da mudança social. Ademais, Foucault (2008) entende o discurso como prática social e considera que a prática discursiva é construída por meio de um sistema de regras anônimas e históricas, evidenciando, assim, as suas características estruturais. Sobre esse foco nas estruturas, Fairclough (2001, p. 87) questiona “se podemos extrapolar da estrutura para a prática sem analisar diretamente suas instâncias concretas, bem como os textos”, alertando-nos para a importância de atrelar às contribuições da análise de discurso de Foucault, a análise de instâncias concretas de discurso, ou seja, de textos reais em três dimensões: “análise do texto, análise dos processos discursivos de produção e interpretação textual [...] e análise social do evento discursivo. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 86)”.

Para que possamos compreender melhor o sentido dessa reflexão, precisamos passar pelas definições de discurso e de enunciado trazidas por Foucault (2008): discurso, entre as diversas definições dadas pelo autor em sua obra *A arqueologia do saber*, pode ser sintetizado como um número restrito de enunciados para os quais é possível definir um conjunto de condições sócio-históricas para que eles existam. Dessa forma, podemos compreender o sentido de enunciado como algo inerente a uma formação discursiva, tal qual uma frase pertencente a um texto e que é algo que não se trata de uma unidade em si, mas possui “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2008, p. 98). Ainda conforme Foucault (2008, p. 43), quando

[...] se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre

os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Assim, as formações discursivas podem ser descritas a partir da regularidade das seguintes condições: dos objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos, das escolhas temáticas, das teorias, das escolhas estratégicas, interessando ao método foucaultiano não o discurso como texto, mas sim o discurso enquanto um conjunto de enunciados que é regido por regularidades. As práticas discursivas ou “coisas ditas” estariam, segundo a perspectiva do autor, diretamente relacionadas a questões sociais, de poder e de saber, em um determinado tempo e espaço (FOUCAULT, 2008, p. 47). Exercer uma prática discursiva significaria, então, pertencer a um contexto de regras preestabelecidas. Quando a mídia aborda a temática da corrupção, esse discurso, por exemplo, se valerá das próprias regras por ela determinadas sobre o que seriam política, dinheiro público e outras diversas possibilidades enunciativas que se relacionam em sentido de Poder com o tempo e o espaço em que esse discurso foi praticado.

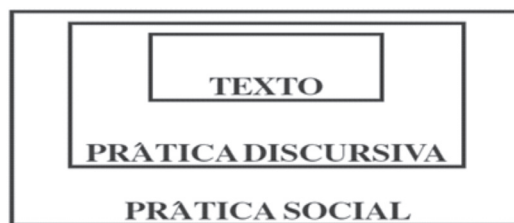
Esse aparato teórico em torno do discurso, desenvolvido por Foucault e aqui sintetizado, é uma contribuição importante para compor as bases ontológicas do viés social da ADC de Fairclough (2001), que, ao articular esse arcabouço teórico com uma proposta de análise textualmente orientada, desenvolve um método de análise linguística que se propõe a dar conta de investigar a linguagem em uso na sociedade.

De modo geral, a ADC utiliza a noção de prática social para construir sua definição de discurso como prática a partir do chamado modelo tridimensional de análise, segundo o qual o discurso pode se manifestar como prática social, como prática discursiva e como texto e, portanto, pode ser investigado sob essas três dimensões que são indissociáveis devido à sua constituição dialética, mas que são apresentadas de modo separado por uma questão metodológica. Conforme Fairclough (2001, p. 22)

[...] Qualquer “evento” discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do “texto” cuida da análise linguística de textos. A dimensão da “prática discursiva”, como “interação”, na concepção “texto e interação” de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – por exemplo, que tipos de discurso (incluindo “discursos” no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de “prática social” cuida de questões de interesse na análise social, como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente.

Em seu modelo tridimensional de análise do discurso, Fairclough (2001) argumenta que a prática discursiva é uma forma particular da prática social, ou melhor, um de seus elementos, uma vez que envolve também elementos não discursivos. O pesquisador situa a prática discursiva entre a prática social e o texto, sendo as primeiras correspondentes à etapa interpretativa de análise e este último correspondente à etapa descritiva de análise, as quais devem ser realizadas de modo inter-relacionado. Vejamos a ilustração de Fairclough (2001) para esse modelo:

Figura 1 – Concepção tridimensional do discurso.



Adaptado de Fairclough (2001, p. 105).

Longe de ser uma definição estanque, o conceito de discurso passa por reflexões mais aprofundadas em relação à prática social e passa a ser entendido como uma de suas dimensões, enfatizando, assim, que a prática social é composta por outros elementos: relações sociais, atividada-

des materiais e sistemas de conhecimentos e crença (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) que se articulam para construir o mundo social.

Esses elementos constituintes das práticas, entre os quais está o discurso, articulam-se definindo maneiras particulares de ação e interação no mundo, de modo a construir modos relativamente padronizados de linguagem (FAIRCLOUGH, 2003). Conforme explica Magalhães *et al.* (2017, p. 139):

Ao longo do tempo, cada instituição foi criando, recriando e consolidando seus próprios gêneros, gerando padrões, tipos e modos de usar a linguagem. Para cada situação, costuma haver gêneros e textos paradigmáticos e toda uma configuração imaginada do contexto: expectativas e procedimentos relacionados.

É imprescindível ressaltar que o papel da linguagem como constituinte das práticas é dialético e irredutível, haja vista não podermos reduzir os elementos que as compõem apenas ao discurso, pois a construção discursiva em si já é motivada por outros componentes sociais, tais como a estrutura, as relações hierárquicas entre atores sociais, os eventos, as ideologias e os textos que a materializam. Tais componentes contribuem para a caracterização relativamente padronizada das práticas ao definir historicamente os papéis que podem ser exercidos por determinados grupos, o que pode ser dito e como pode ser dito. A esse conjunto de ditos e não ditos possíveis e autorizados em determinados contextos, damos o nome de prática discursiva, a qual “envolve uma diversidade de elementos: os textos e seus tipos, os gêneros discursivos, os níveis da linguagem, as escolhas lexicais, as figuras de linguagem etc.” (MAGALHÃES *et al.* 2017, p. 139).

Conforme Fairclough (2001), a prática discursiva manifesta-se linguisticamente, ou seja, materializada textualmente de modo escrito ou oral. Na construção que aqui tecemos acerca desse conceito, adotamos uma noção multissemiótica de texto¹ que compreende os modos escrito, oral e imagético sob os quais suas estruturas genéricas se caracterizam.

1 Conceção de Kress e van Leeuwen (1996) ao propor a Gramática do Design Visual em *Reading images*.

Desse modo, podemos compreender a mediação textual multimodal que caracteriza as práticas sociais contemporâneas situadas tanto em contextos reais quanto virtuais. Tomando como exemplo a prática jornalística que tem se manifestado, discursivamente, nos espaços virtuais de comunicação, como ela tem sido construída? Tem havido mudanças no modo como a linguagem tem sido utilizada? Há adoção de novos gêneros discursivos, de novos estilos de linguagem? Quais aspectos linguísticos têm se mantido ao longo do tempo?

Tais questionamentos podem ser norteadores para a compreensão de como a prática discursiva é construída ao longo do tempo e mesmo modificada. Veremos a seguir que há determinados processos que servem à compreensão de práticas discursivas particulares, tais como as que estão presentes no jornalismo. Um exemplo, atual e complexo que podemos citar para tencionar a compreensão acerca desses processos são as *fake news*, consideradas aqui um tipo de prática discursiva sobre a qual discorreremos especificamente a partir de então.

PROCESSOS FUNDAMENTAIS À COMPREENSÃO DE PRÁTICAS DISCURSIVAS

Produção, distribuição e consumo são processos norteadores da análise de práticas discursivas, que variam de acordo com o contexto em que os discursos se realizam. São processos sociais e, por isso, sua análise deve ser realizada de modo relacionado aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103).

Conforme Magalhães (2000, p. 87), a produção, a distribuição e o consumo textuais são processos que possuem uma natureza sociocognitiva, pois estão baseados em procedimentos interpretativos (estruturas, normas e convenções sociais) determinados pela prática social da qual fazem parte. Para a pesquisadora, os textos são “produtos da prática e da luta social do passado” e refletem o aspecto relativamente estável e padronizado dos gêneros discursivos dos quais advêm, os quais são compreendidos como modos de ação no mundo.

A produção textual possui particularidades a depender de quem produz, quando e com quais propósitos produz. Trata-se de questões relacionadas à autoria, que pode ser individual ou coletiva e é restringida pelos recursos disponíveis aos seus produtores e produtoras, ou seja, envolve a mobilização de recursos variados referentes aos aspectos da estrutura genérica e dos suportes utilizados. Destacamos, nos processos de produção textual contemporâneos, o aspecto multissemiótico de seus elementos composicionais e a predominância das ferramentas digitais utilizadas como suporte, tais como programas de computador e aplicativos de *smartphones*. Tomando como exemplo a produção de *fake news* (DELMAZO; VALENTE, 2018), apontamos aspectos importantes a serem considerados nesse processo: ela é produzida com base em alguma notícia verdadeira a fim de mudar o rumo da reflexão e da ação dos diferentes grupos sociais; tem sua autoria escondida nos aspectos composicionais parecidos com os dos textos originais nos quais se baseia, tais como *layouts*, cores, fontes e imagens; pode ser alterada por diferentes pessoas, uma vez que se situa sempre em domínio público e possui motivação comum a grupos sociais específicos. Para que a produção da *fake news* consiga ser coerente com os propósitos comunicativos que a motivam, é preciso que seus produtores possuam as ferramentas e as habilidades necessárias para criá-la.

A distribuição textual também é realizada mediante objetivos precisos, principalmente se pensarmos nas questões que envolvem controle de acesso à informação pela mídia e pelo governo. Há, no processo de distribuição, um mecanismo de assimetria de poder por parte de grupos sociais que conseguem planejar quais informações podem ser disponibilizadas e até onde podem ser. Acreditamos que fenômenos envolvendo as mídias digitais, tais como programas de computador para postagens automáticas em redes sociais e *fake news*, são campos férteis para a análise de como esse processo de distribuição pertencente à prática discursiva pode contribuir para a sua manutenção e/ou para modificá-la, tanto para fins de dominação quanto para fins de emancipação e, conseqüentemente, atuar no processo de mudança social.

Ressaltamos que a distribuição pode ser simples ou complexa, ou seja, ser direta de uma pessoa para outra ou alcançar grupos amplos de

peças e deve ser pensada a partir dos recursos tecnológicos disponíveis na sociedade, os quais permitem o aumento de alcance espacial e diminuição do tempo gasto durante o processo.

No caso das *fake news*, o seu processo de distribuição é fundamental para a obtenção do objetivo de deturpar e polemizar acontecimentos que estejam repercutindo na mídia, pois, quanto maior a velocidade de distribuição e de público alcançado, maiores são as chances de que o conteúdo delas seja lido como real. Em geral, elas são distribuídas em diferentes redes sociais e isso pode ser feito de modo direcionado a grupos sociais específicos que possam contribuir para que o processo de distribuição consiga ser multiplicado de pessoa para pessoa até chegar a população em grande escala.

O consumo relaciona-se com o contexto de recepção dos textos, ou seja, com as múltiplas possibilidades de interpretação e com os efeitos que eles potencialmente possuem, mais especificamente, com ações que conduzem os seus leitores/consumidores a realizar. Conforme Fairclough (2003, p. 8), os textos possuem efeitos causais, isto é, causam mudanças em nossos conhecimentos, crenças, valores e atitudes:

Os textos como elementos dos eventos sociais têm efeitos causais – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente, os textos causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante² [...].

Esse processo de consumo capaz de conduzir à mudança discursiva e social varia de acordo com os diferentes grupos sociais que vão ter acesso aos textos e é pautado em um processo interpretativo determinado pelos elementos da prática social que vai estar relacionado aos modos de interpretação disponíveis a depender dos recursos que os atores sociais vão ter, ou seja, do conjunto de “regras” e convenções estabelecidas socialmente e que orientam como e com que finalidade determinados textos serão lidos/consumidos. Por exemplo, em geral, textos jornalísti-

2 No original: Texts as elements of social events have causal effects – they bring about changes. Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth.

cos são lidos/consumidos diariamente para fins comunicativos, ao passo que textos literários são lidos/consumidos para fruição por uns e como objeto de trabalho para professores de literatura e pesquisadores da área.

Um aspecto particular do processo de consumo de *fake news*, por exemplo, é que são textos lidos/consumidos como se fossem verdadeiros pelo fato de seus elementos composicionais e conteudísticos se confundirem com as notícias e com os suportes reais. Quanto mais difícil de reconhecer os elementos “falsos” das *fake news*, mais o consumo delas servirá aos objetivos de quem a produz e pode levar a mudanças discursivas por meio da mudança de posicionamento (e mesmo de ações) diante do que é divulgado.

PRÁTICAS DISCURSIVAS E SUA CAPACIDADE DE MODIFICAÇÃO

Partindo da reflexão gerada por Fairclough (2001) sobre o que torna a prática discursiva realmente discursiva, temos o advento da linguagem manifestada por meio dos textos, esse último entendido como linguagem falada e escrita (HALLIDAY, 1978). Em consonância com a produção textual e/ou a interpretação, temos os textos vistos como prática condensada em convenções e dotadas de significações. Significações essas heterogêneas, completas, altamente ambivalentes e abertas a múltiplas interpretações (FAIRCLOUGH, 2001 p. 107).

Na prática discursiva, a força dos enunciados é construída de forma particular e em contextos sociais específicos. Esses elementos fazem parte da escolha realizada pelo usuário da língua no momento da prática, ou seja, “para cada situação um determinado uso da linguagem será mais apropriado e desejado que outro” (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 139). Dessa forma, a organização do pensamento através das práticas sociais tão recorrentes na modernidade nos faz entender que “nossas práticas discursivas envolvem escolhas que têm impactos diferenciados no mundo social e nele interfere de formas variadas” (FABRÍCIO, 2006 p. 49).

Entre os muitos objetos de discurso das *fake news*, optamos por discorrer sobre o “kit gay”, que se trata de um suposto documento

que chegou a ser apresentado em 30 de novembro de 2010, pelo então, à época, deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), na Câmara dos Deputados, como “o maior escândalo visto por ele em 20 anos de congresso”. O discurso foi compartilhado no *YouTube* obtendo 1,4 mil curtidas e 292.396 visualizações e 1.885 comentários³. Sendo que, na realidade, tratava-se de um projeto intitulado “Escola sem Homofobia”, pertencente ao programa “Brasil sem Homofobia”⁴, do Governo Federal, em 2004, direcionado à formação de educadores e sem distribuição nas escolas.

A notícia foi amplamente compartilhada em diversas redes sociais e as discussões em torno desse assunto foram recorrentes no decorrer dos anos que o sucederam. Em 2018, tornou-se assunto na campanha presidencial, evidenciando uma prática discursiva iniciada ao nível do discurso e obtendo danos sociais, já que a notícia foi vista e compartilhada por milhares de pessoas, causando no eleitor uma influência na escolha do voto, na eleição de 2018, favoráveis à candidatura de Bolsonaro, comprovando que “as práticas discursivas não são neutras e envolvem escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, atravessadas por relações de poder que provocam diferentes efeitos no mundo social” (FABRÍCIO, 2006, p. 48), ou seja, as *fake news*, tidas como práticas discursivas, podem modificar os elementos das práticas sociais, como crenças, conhecimentos e posicionamentos/visões de mundo das pessoas.

As práticas da desinformação, manifestadas por meio de notícias falsas, para Delmazo e Valente (2018), encontram, na esfera política, “terreno fértil” para disseminação de *fake news*, elaborada com base na desconfiança dos leitores em relação aos veículos de informações, cuja origem é apontada na polarização política que gera engajamento nas mídias sociais, além de serem originadas com a intenção de impor e consolidar pontos de

3 Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=ONfPCxKdGT4&feature=player_embedded. Acesso em: 14 mai. 2020.

4 O programa “Brasil sem Homofobia” é um conjunto de ações que visa à conscientização e à diminuição da violência contra a população LGBTI. O Brasil, segundo entidades representativas que acompanham e divulgam casos de violência relacionados à população LGBTI, é um dos países com mais casos de assassinatos de homossexuais no mundo. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em: 14 jun. 2020.

vista pessoais e obter vantagens, inclusive comerciais com a finalidade de gerar renda a partir de cliques publicitários. O “kit gay”, como exemplo de *fake news* (re)produzida na esfera política, foi pauta em diversos sites jornalísticos, tanto os que divulgaram como verdade quanto os que expuseram como mentira, o que pode ter sido um agravante no processo de reconhecimento da veracidade dos fatos por parte da população que, até então, toma as informações dos jornais como legítimas. Vejamos um dos sites que desmentiu a suposta veracidade do “kit gay”:

Figura 2 – Notícia do jornal *El País* sobre o “kit gay” ser mentira.



Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html. Acesso em: maio 2020.

Como combate à disseminação de *fake news* e incentivo à checagem de fontes fidedignas de informações, atualmente, há sites especializados em verificação da veracidade dos dados noticiados nas mídias em gerais. Caso haja a confirmação da notícia falsa, é colocado o selo de “falso” sobre a matéria veiculada, como o que ocorreu com o “kit gay”, em que o Tribunal Superior Eleitoral solicitou que houvesse a retirada da notícia apesar de a veiculação danosa já ter sido efetuada, pois a aplicação do selo “FALSO/FAKE” é mínimo em virtude das centenas de milhares de compartilhamentos anteriormente efetuados.

A distribuição de informação falsa, como a do “kit gay”, acaba sendo divulgada em rede e assume proporções imensuráveis, já que transita pelas diversas plataformas existentes e descentraliza a informação, possibilitando que qualquer pessoa, independente da intenção e com acesso à rede, possa criar conteúdo e disponibilizá-lo para uma

infinidade de outras pessoas, as quais também consomem e compartilham informações. De acordo com Barros (2018), essas notícias são de veracidade questionável, uma vez que a produção não é revisada, não requer profissionalização e nem é regulamentada, o que a torna mais danosa por não ter compromisso com a verdade.

Diante da exemplificação feita em torno da constituição de uma *fake news* específica, enfatizamos a relação direta existente entre o discurso e a mudança social por meio da mudança discursiva, visto que o consenso diante da estrutura social reproduzida discursivamente pode ser alterado na medida em que novas concepções de mundo podem ser acessadas e inseridas, problematizando e tencionando mudanças nos modos de ação, representação e identificação na sociedade.

Resende (2009, p. 75) pontua que “aspectos discursivos de práticas sociais, como representações discursivas de eventos e práticas, podem ter efeitos causais na sociedade e podem, por exemplo, legitimar certos modos de ação ou ser utilizadas com base para construções identitárias [...]”. Esses efeitos causais podem ser excludentes e assimétricos quanto a relações de poder, mas também podem ser emancipatórios e legitimadores de mudança social já que o que é construído discursivamente também pode ser desconstruído/reconstruído discursivamente, ou seja, “assim como a linguagem pode ser utilizada como recurso para a manutenção de relações exploratórias baseadas em poder, ela pode também ser um recurso potencial para a mudança social” (RESENDE, 2009, p. 86).

Sobre esse aspecto, Fairclough (2001, p. 113) aponta que os processos de produção e consumo tendem a ser realizados de modo automatizado, fator considerado determinante para a “eficácia ideológica” de determinados discursos, ou seja, se realizados sem a devida reflexividade, podem contribuir para manter relações assimétricas de poder nas práticas sociais. Por outro lado, esses mesmos processos podem diminuir essa “eficácia ideológica” quando os “efeitos causais” dos textos são fruto de reflexões engajadas e comprometidas com a emancipação social.

CONCLUSÃO

Ao discorrer sobre o conceito de prática discursiva, recorreremos à literatura de base dos estudos críticos do discurso, particularmente, a abordagem de ADC proposta por Fairclough (2001, 2003) e descrevemos os processos de produção, distribuição e consumo que a constituem tecendo reflexões contextualizadas sobre o mundo contemporâneo fortemente mediado por textos multissemióticos a fim de evidenciar a capacidade de modificação (seja ela emancipatória ou assimétrica de poder) dos diferentes elementos das práticas sociais por meio do discurso.

Tomando como exemplo uma *fake news* produzida, distribuída e consumida amplamente durante um período extenso de tempo, defendemos a sua constituição como sendo uma prática discursiva que pode ter interferido nas diferentes práticas sociais onde circulou, impactando, assim, na (re)construção de julgamentos de valor relacionados aos conhecimentos de mundo e ao conjunto de crenças de diferentes atores sociais e, portanto, em suas ações e interações sociais.

Neste capítulo, tratamos do conceito e da capacidade de modificação das práticas discursivas e destacamos dois aspectos principais: o caráter relativamente padronizado e estável que define as características específicas de cada prática discursiva consolidada ao longo do tempo – no caso, descrevemos o fenômeno das *fake news* no Brasil – e o caráter flexível que permite que os atores sociais atuem de modo a modificar os diferentes elementos constituintes dessas práticas, criando, assim, novos “padrões” de representação, identificação e ação na/da sociedade.

Por fim, salientamos que aqui nosso objetivo foi teorizar de modo didático um dos conceitos-chave da ADC, além disso enfatizamos a necessidade constante de atrelar a reflexão teórica da ADC às diferentes realidades sociais contemporâneas para que as bases ontológicas emancipatórias dessa vertente de estudos permaneçam guiando os/as pesquisadores/as e demais interessados/as em compreender a sociedade por meio do estudo dos diferentes modos como a linguagem se faz presente nela.



Acesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

- BARROS, L. M. M. **Notícias vs. notícias falsas: a perspectiva da Linguística Cognitiva**. Solange Coelho Vereza, orientadora. Niterói, 2018. 128 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. *Fake news* nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**. Lisboa, v. 18, n. 32, p. 1 55-169, 2018.
- FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-65.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. New York: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. London: Blackwell, 1996.
- MAGALHÃES, I. **Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.
- RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares**. Campinas: Pontes Editores, 2009.

PRÁTICA SOCIAL

Ángel Cañete Gómez
Camila Maria dos Santos Silva
Fábio Paulino de Oliveira
Manoel Ivany dos Santos Vieira Júnior
Márcio José Leite de Araújo
Oton Fábio Xavier Viana
Suêrda Lino Barroso

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre os fatores relacionados aos problemas sociais combatidos em Análise do Discurso Crítica (doravante ADC) atravessa o conceito de prática social. Por isso, é inquestionável a importância de percorremos os caminhos conceituais que nos levam a definir os conceitos de prática social dentro de uma obra que objetiva discutir os principais conceitos dessa vertente linguística tão significativa dentro dos estudos da linguagem. Para melhor avançarmos nos conceitos que são caros à compreensão da ADC, é importante enfatizar a relevância dos discursos como parte/momento da construção da realidade, de toda a prática social, com estruturas sociais, que envolvem os discursos de modo situado e que fazem com que sejam produzidos e utilizados.

Entendemos que, ao discutirmos acerca da prática social, associamos a própria ação social à Linguística, em um contexto sócio-histórico que forma e fomenta nosso diálogo constante com o mundo, que se transforma à medida que diversas ideologias são produzidas e ancoradas em vários níveis da vida social.

Com isso, objetivamos aqui discutir o conceito de prática social e, para isso, inicialmente, recorreremos ao Dicionário Houaiss que descreve a etimologia da palavra prática = gr. *praktikê* (*sc. epistêmé*) como “a ciência prática, não especulativa”, pelo lat. *practice*, *es* “id.”. Tal lexia é apresentada, portanto, como “ação, execução, realização, exercício” (HOUAISS, 2009). Nessa perspectiva, a ADC se aproxima do entendimento de que a linguagem é a própria prática social, que estabelece posturas rotineiras, em espaços e tempos particulares, por meio dos quais as pessoas interagem e executam ações. Dessa forma, não é possível dissociar discurso e sociedade, uma vez que o primeiro, quando produzido, é situado e contextualizado historicamente. Já a sociedade, tomando por base o dicionário Houaiss (2009), é definida como um “grupo de indivíduos que vivem, por escolha, sob preceitos comuns”. Nesse sentido, compreendemos que a união entre os conceitos de discurso e sociedade, com suas crenças e valores, resulta nos momentos da própria prática social com seus instrumentos particulares dialeticamente relacionados.

Para a ADC, práticas sociais estão inseridas na vida social e perpassam âmbitos sociais diversos, como o econômico, o social, o cultural e outros. Nesses campos, entendemos que ações, proferidas dentro de um contexto, perfazem uma lógica reflexiva por meio dos próprios indivíduos que ponderam sobre suas práticas. Desse modo, entendemos que ações e interações não partem de uma construção individual, mas são resultados de demandas sociais com as quais negociamos e pelas quais somos afetados. Sendo assim, práticas sociais, de um modo geral, são orientadas/conduzidas/influenciadas por relações de poder.

Em face do exposto, para atingirmos os objetivos que nos propomos, consideramos fundamental mencionar o conceito filosófico de *práxis* sob a perspectiva de Marx e Engels (2007) que influenciaram Gramsci (2002), que nos ajuda a perceber seu caráter social; e Bourdieu (1989), que confirma isso com o conceito de *habitus*, campo e espaço social. Após esse quadro geral, por meio da Teoria Social do Discurso, de Fairclough (2016), é possível compreender quais fatores estão envolvidos no conceito de prática social e como eles agem para disseminar ou reprimir tais práticas. Dentro desse mesmo raciocínio, agregamos, posteriormente,

a teoria sociocognitiva, de van Dijk (2003, 2016), com intuito de refletir sobre o papel da cognição no conceito de prática social. Entendemos que os autores que embasam nosso percurso nesse texto são os principais referentes em ADC. Logo, esperamos com isso reforçar a importância de pesquisas futuras sobre as práticas sociais.

PERCURSO HISTÓRICO DO CONCEITO DE PRÁTICAS SOCIAIS

Quando o pensador prussiano Friedrich Engels publicou a segunda edição de seu livro intitulado *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* em 1888, incluiu rascunhos escritos 43 anos antes pelo seu amigo e colaborador intelectual, Karl Marx, que à época já iniciara uma nova fase nos estudos acerca da relação entre teoria e prática. As *Teses sobre Feuerbach* trariam incontornável centralidade às ações concretas dos indivíduos em situações reais de interação social. No transcurso das onze teses, Marx propõe que “(...) A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente escolástica”; que “A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que induzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática” e, por fim, que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras, porém o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 537-539). Estavam lançadas as bases da filosofia da práxis.

Essa concepção marxiana de práxis, que pode ser entendida como a indivisibilidade entre teoria e prática transformadora, inspiraria diversos outros pensadores tais como Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu. Coube a Gramsci aprofundar o conceito de práxis enquanto atividade teórico-política e histórico-social de grupos subalternizados. Considerando o contexto em que vivem e os meios concretos que têm à disposição, esses grupos procuram desconstruir e ressignificar uma visão de mundo que lhes foi imposta e, com isso, desenvolverem programas específicos de ação visando à construção de um projeto hegemônico¹ alternativo de sociedade (SEMERARO, 2005).

¹ Ler mais no capítulo sobre Hegemonia.

Além de desenvolver o conceito de práxis, Gramsci (2002) realizou muitas reflexões sobre as relações de poder na sociedade capitalista pela sua principal teoria da hegemonia cultural, na qual ele descreve como o Estado usa, nas sociedades ocidentais, as instituições culturais para a conservação do poder.

Podemos entender que, segundo Gramsci (2002), para a filosofia da práxis, há uma relação inseparável entre a consciência dos indivíduos e o ser social, ou seja, suas experiências no mundo, suas práticas sociais. Essa relação é dialética de modo que o ser social forma a consciência à medida que esta, ao se formar, interfere na transformação do próprio ser social. Há também uma relação dialética entre estrutura e superestrutura. Essas duas últimas relações, Gramsci chamou bloco histórico, que é um complexo contraditório e discordante no qual as ideologias que se encontram entranhadas nas superestruturas não podem ser dissociadas das lutas de classe que ocorrem na estrutura.

Na esteira de Gramsci, o teórico Pierre Bourdieu também fez profundas reflexões sobre as relações de poder no campo político no qual analisou as relações de concorrência que sucedem entre produtores de bens políticos no seu próprio campo e entre os produtores e consumidores desses bens, os cidadãos comuns. Com isso, contribuiu grandemente para a compreensão de enunciados políticos pelos estudiosos desse discurso.

Além de seu legado teórico ter merecido a atenção de autores como Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, Fairclough se apoia em concepções de Bourdieu para tratar das relações de poder e concessões políticas envolvidas nas práticas de polidez que aparecem nos discursos que circulam nas diversas culturas e também para reforçar a crítica ao negligenciamento de fatores extralinguísticos em análises textuais que se limitam ao exame interno dos discursos. As contribuições de Bourdieu podem ser ainda verificadas nos estudos de van Dijk, que fez uso dos conceitos de capital simbólico e poder simbólico para fortalecer sua tese acerca do exercício do controle operado pelas elites simbólicas, em determinadas condições, sobre as relações

discursivas entre os indivíduos em interação nas mais variadas instâncias da vida social (SILVA, 2013).

A teoria social de Pierre Bourdieu é entendida como um conjunto de conceitos e proposições que visam a compreender e a explicar as ações sociais. Essa teoria teve como temas centrais os conceitos de *habitus* e campo. A noção de *habitus*, segundo Bourdieu (1989 *apud* SILVA, 2013), são as estruturas que funcionam como estruturas estruturantes, ou seja, ao mesmo tempo em que geram e determinam os objetivos a serem alcançados, os caminhos trilhados, isto é, feitos de maneiras inconscientes sem a necessidade de um agente coordenando essas ações, a noção de campo está ligada a noção de espaço social no qual ele afirmava ser um espaço multidimensional, que, no seu interior, havia uma diversidade de campos com suas relativas autonomias.

Tributária de diversos subsídios teóricos, essas primeiras concepções sobre a ação concreta dos indivíduos que propiciam e geram os diversos modos de organização e funcionamento da vida social adquiriram, mais tarde, destaque crescente também nos estudos da linguagem. Passamos a seguir uma breve exposição acerca de como os dois principais expoentes da ADC desenvolveram suas pesquisas em torno do que se convencionou chamar de práticas sociais.

PRÁTICA SOCIAL PARA NORMAN FAIRCLOUGH

A Teoria Social do Discurso proposta por Norman Fairclough (2016) busca a ultrapassagem da análise do papel da linguagem apenas na reprodução de práticas sociais e ideologias, abordando o discurso também por meio de seu potencial para a transformação social (MAGALHÃES, 2016). Ora, se a linguagem constitui a estrutura social e esta molda e restringe aquela, logo, ao fazê-los, molda e restringe também parte de si própria, alterando-se. Acrescenta-se a isso a percepção do próprio Fairclough sobre a linguagem enquanto constituidora de todas as dimensões da estrutura social, tais como normas, convenções, relações, identidades, além das próprias ins-

tuições que as alicerçam (FAIRCLOUGH, 2016). A partir desse enfoque, a dimensão da prática social, com o foco em seu potencial para a transformação social, cresce em relevo em sua teoria.

Em um primeiro momento, Fairclough considera o discurso como constituindo uma prática social específica, posição revista posteriormente ao situá-lo como um momento dessa prática que se junta a outras dimensões não discursivas para compô-la (CHOU-LIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). No entanto, as três dimensões do discurso (prática social, prática discursiva e texto) se mantêm de modo que todo evento discursivo, ou seja, todo e qualquer exemplo de discurso, deve ser concebido simultaneamente como texto, como prática discursiva e, também, como a dimensão discursiva de uma prática social. Mantém-se também seu caráter dialético e multifuncional, uma vez que os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, mas também constroem e constituem essas relações. Em outras palavras, os textos retratam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidade ao mesmo tempo (FAIRCLOUGH, 2016).

A dimensão da prática social suscita fundamental interesse para a ADC, por isso é importante distingui-la como um conjunto de práticas que tecem um entrecruzar de crenças, valores, desejos e relações sociais, manifestadas no discurso que, “ao ser produzido e interpretado, constitui uma ação social em um contexto situacional, ideologicamente marcado” (FERNANDES, 2007, p. 52-53).

A prática social envolve diversos elementos, como a ação social, a ação linguística, um contexto sócio-histórico situado e os sujeitos que estão inseridos nesse contexto (MAGALHÃES, 2000). Dessa maneira, os eventos sociais são realizados por sujeitos que constituem uma prática social. Esses eventos, embora particulares em cada contexto, têm traços comuns quando realizados, apresentando recorrências de discursos semelhantes ideologicamente pontuados. Diante do conceito de prática social, Fairclough (2003) afirma que eventos sociais não são de forma simples ou direta efeitos de estruturas sociais abstratas, pois cabe, nas práticas

sociais, à função mediadora entre ambas. Dessa maneira, tais práticas são instâncias que assumem o papel de intermediação entre os eventos e as estruturas sociais, como os pronunciamentos oficiais de chefes de Estado, que organizam a interferência entre estruturas sociais da política estatal e o evento social específico no qual determinados textos são comunicados à população.

Conforme Fairclough (2003), a intervenção realizada pelas práticas sociais opera um controle seletivo de certas possibilidades estruturais, excluindo algumas delas e selecionando outras com o intuito de naturalizá-las dentro de determinadas áreas da vida social. Se aplicadas à dimensão da linguagem, as práticas corresponderiam às ordens do discurso, operando a intermediação entre os textos produzidos pelos atores (elementos que compõe os eventos) e as possibilidades disponíveis pela linguagem (estrutura). Por exemplo, durante a pandemia de COVID-19, a prática social do Pronunciamento Oficial da Presidência da República no Brasil foi utilizada em alguns eventos sociais específicos para uma maior difusão da ideia de ineficácia do isolamento social da população.

Diante disso, o contexto social implica diretamente a prática social, pois nele já se visualiza a questão de poder, que não é inerente a um contexto social, mas às esferas que atingem qualquer contexto. É relevante, para entendermos de modo explanado o conceito de prática social, retomarmos dois conceitos-chave: hegemonia² e ideologia³. O primeiro diz respeito à compreensão dos movimentos sociais, entendido, principalmente, pelo consenso, que representa, consoante Magalhães (2000, p. 92), “a forma mais efetiva de obtenção do poder e da dominação”. O segundo faz referência às mobilizações de sentidos (...) delatadas pela linguagem, isto é, manifestadas, de acordo com a ADC, pelo discurso. Assim, em eventos situados da prática social dos pronunciamentos presidenciais mencionados, os textos procuram naturalizar a ideia de retorno da população às suas atividades cotidianas. Dessa forma, esse discurso pode estar operando funções ideológicas que favorecem determinadas

2 Ler mais no capítulo sobre hegemonia.

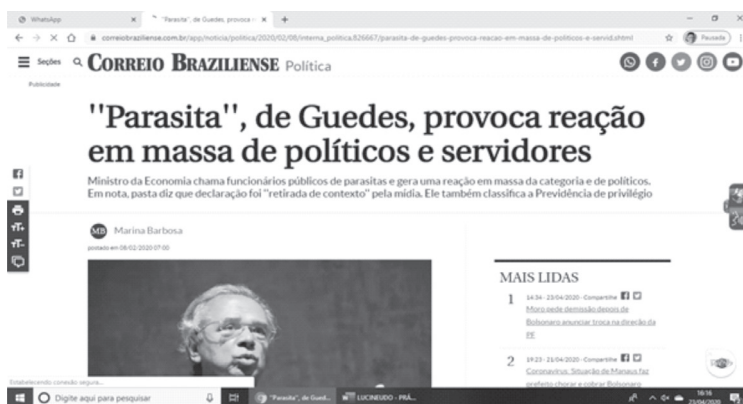
3 Ler mais no capítulo sobre ideologia.

estruturas sociais tais como a estrutura política que, por sua vez, inter-relaciona-se a outras estruturas como a econômica, por exemplo.

Fairclough (2016) entende, portanto, que a manifestação do discurso não ocorre de uma forma gratuita, mas que faz parte de uma emaranhada rede de ligações em que o produto final dessa prática não pode ser entendido como uma simples fala sem intenção aparente. Assim, quando sucessivos eventos discursivos de atores políticos, detentores de acesso facilitado ou controle dos aparelhos ideológicos de (re)produção do Estado, enunciaram ataques sucessivos ao funcionalismo público no Brasil, no ano de 2020, uma pesquisa em ADC, ao tratar da dimensão da prática social, poderá destacar questões de interesse da análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo.

Como exemplo, citamos a notícia do *Correio Braziliense* intitulada “‘Parasita’, de Guedes, provoca reação em massa de políticos e servidores”:

Figura 1: Notícia do jornal *Correio Braziliense*



Fonte: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/08/interna_politica826667/parasita-de-guedes-provoca-reacao-em-massa-de-politicos-e-servid.shtml.
Acesso em: fev. 2020.

Nesta notícia, é possível perceber que esse evento discursivo está desempenhando funções ideológicas de constituição ou alimentação de representações e identidades sociais com vias à formação ou ao fortalecimento de um consenso hegemônico hostilizante que, por sua vez, poderá

facilitar a execução de práticas sociais tais como a aprovação de projetos de reforma administrativa considerada por entidades trabalhistas como um “desmonte do atendimento à população” (CUT – Central Única Dos Trabalhadores, 2020).

Apesar de os produtores do discurso, muitas vezes, não perceberem que dentro de seus textos existem fortes ecos de uma construção anterior, ao reproduzirem e naturalizarem suas falas, é possível que eles transmitam discursos ideológicos em suas interações. Fairclough (2016, p. 97) alerta mais uma vez que “[...] a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas”.

Assim, ao manifestar-se, o ator social executa uma série de orientações complexas que, dentro do mundo social, estão ligadas de uma maneira que, muitas vezes, não se percebe sua profundidade e a reverberação ao enunciar-se: “a prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica – e o discurso pode estar implicado em todas elas sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98). Em outro momento, o autor complementa essa posição ao nos trazer as ideias de que:

Ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos (FAIRCLOUGH, 2016, p. 104-105).

Entende-se que essa quantidade de orientações implícitas dentro da manifestação textual é um indicador das lutas discursivas presentes no enunciar-se e que fazem parte de um jogo de manipulação: “a prática dos membros tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas, dos quais outra vez eles geralmente não têm consciência” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 105).

Na esteira de Fairclough (2016), podemos concluir que jogos de poder são construídos por meio da relação entre eventos e estruturas sociais, mediadas por variadas práticas sociais mais ou menos estáveis. Em vista disso, são presenciadas violações de fronteiras e inserção de interferências, restrições, seleções, naturalizações, operadas pela intermediação das práticas sociais na relação dialética entre eventos e estruturas. Essa relação pode produzir, por um lado, determinados discursos que materializam a (re)produção de desigualdades sociais; por outro lado, pode ocasionar a produção de outros discursos que favoreçam a desarticulação das estruturas de dominação.

PRÁTICA SOCIAL PARA TEUN A. VAN DIJK

Embora a maioria das pesquisas atuais em ADC se apoie no quadro teórico de Fairclough, pensando nas práticas sociais, junto ao quadro tridimensional, assim como exposto na seção anterior, Teun A. van Dijknos traz uma nova visão para enriquecer as análises baseada em uma perspectiva sociocognitiva que considera fatores de ordem pessoal e social, incluindo conceitos relacionados ao discurso, ao poder, à memória socialmente construída que favorecem o exercício e a manutenção do poder.

O fato de que a cognição permeia o elo discurso-sociedade é a tese principal com que o sociocognitivismo vandijkiano subsidia à ADC. O discurso, para van Dijk (2003), é entendido como uma prática social de comunicação, eminentemente ideológica, pois está construído sobre crenças de grupos sociais e de seus membros, produzido em processos de ordem cognitiva. Consequentemente, na presente seção, buscamos relacionar essa mediação cognitiva que caracteriza a ADC de van Dijk com o conceito de prática social, uma vez que a linguagem manifesta-se como instrumento das mais diversas ideologias existentes no profundo de nosso inconsciente e que podem se manifestar por meio de marcas deixadas pelos sujeitos em seus discursos (VAN DIJK, 2003). No que concerne à teoria sociocognitiva, van Dijk (2016, p. 9) supõe que

as estruturas sociais precisam ser interpretadas e representadas cognitivamente e que tais representações mentais afetam os processos envolvidos na produção e interpretação do discurso. O mesmo princípio vale para a relação inversa, a saber, como o discurso é capaz de afetar a estrutura social – especificamente por meio das representações mentais dos usuários da língua como atores sociais.

Segundo van Dijk (2003), a teoria multidisciplinar deve ser a base para os ECD⁴, de tal modo que associe as estruturas discursivas às sociais e também às mentais, a fim de descrever e explicar como são apresentadas e reproduzidas discursivamente as estruturas e os abusos de poder.

Nesse cenário, cabe ressaltarmos que disciplinas como a Sociolinguística e a Antropologia Linguística apresentam teorias contemporâneas aos ECD, que supõem uma associação direta entre discurso e sociedade. Nas ditas teorias, comumente, conjecturam que variáveis sociais (classe social, poder, gênero, etnicidade ou idade) provocam ou controlam a variação linguística e as estruturas do discurso. A mesma problemática é aqui proposta, em que tais vínculos, entre discurso-sociedade-cognição, trata cognição como algo dado *a priori*, sem nenhum tipo de explicação e, nesse sentido, van Dijk introduz os conceitos de “cognição pessoal” e “cognição social”.

Assim, a cognição pessoal para van Dijk (2016, p. 2) são “as maneiras como os usuários individuais da linguagem, como membros de comunidades linguísticas, epistêmicas e sociais, produzem e compreendem o discurso”. Poderia parecer que essas observações seriam insignificantes, mas isso implica assumir uma carga cognitiva nas práticas sociais. Por esse motivo, entre as estruturas do discurso e as estruturas do ambiente comunicativo e social, devemos colocar a cognição como núcleo de conexão das práticas sociais.

Especificamente, elas (estruturas do discurso e estruturas do ambiente comunicativo e social) definem a natureza subjetiva, pessoal e do momento contextual de todo uso da língua e

4 Estudos Críticos do Discurso.

do discurso. Contudo, os usuários da língua não são apenas indivíduos, mas também atores sociais, membros de grupos linguísticos, epistêmicos e comunidades sociais e grupos sociais, instituições e organizações (VAN DIJK, 2016, p. 14).

Nesse ínterim, consoante van Dijk (2016), abordagens que tomam a relação entre texto e contexto sem mediação cognitiva cometem alguns erros, pois, se fosse possível essa relação direta, numa determinada circunstância, todas as pessoas fariam da mesma maneira. Para tal compreensão, deve-se precisar que a estrutura da situação social com seus elementos constituintes (participantes, ações e cenário) são determinantes nas estruturas do discurso.

Quando as pessoas observam ou participam de um evento, elas constroem uma representação mental (uma interpretação) dessa experiência na parte da memória de longo prazo, que grava todas as nossas experiências interpretadas. Essa representação mental é chamada de modelo mental, que é pessoal, subjetivo e avalia as crenças e, às vezes, emoções. Os atores sociais só são capazes de construir modelos mentais de ação e discurso caso possuam e utilizem um conhecimento de mundo socialmente partilhado e genérico (VAN DIJK, 2016).

Enquanto os modelos mentais são subjetivos e pessoais, o conhecimento genérico socioculturalmente compartilhado é uma forma de cognição social. Da mesma forma como se ativa e se utiliza o conhecimento na construção de modelos mentais de ação social, também se pode ativar e empregar atitudes. As atitudes geralmente são baseadas em formas mais fundamentais de cognição social: as ideologias que apresentam as normas e os valores básicos partilhados pelo grupo. Logo, as atitudes podem ser ordenadas por estruturas ideológicas.

Van Dijk (2016) salienta a relevância das estruturas ideológicas no exercício e na manutenção do poder social que atravessa as práticas sociais. Na concepção sociocognitiva, o poder é manifestado por meio das relações assimétricas, as quais, em conjunto com as práticas sociais, formam uma rede em que a estabilidade dos sentidos é tecida por discursos naturalizados.

Assim, o histórico de práticas sociais exercidas e alicerçadas nas redes de articulações, por sua vez, marcadas por vários conflitos, resulta no poder social, constituinte da identidade de campos sociais. Nessa perspectiva, percebemos a prática social como parte integrante de outros elementos sociais e também motivada por estes. Interessada, portanto, nas linhas de investigação do discurso, a ADC se preocupa com os modos da linguagem na representação, na reprodução ou no combate aos abusos de poder, à dominação, por conseguinte, às desigualdades (VAN DIJK, 2003).

Logo, essa também é uma inquietação do autor, por isso, para exemplificar melhor suas reflexões, podemos pensar em práticas sociais racistas abraçadas por ideologias. Assim, dentro dos preceitos sociocognitivistas, cada ator social constrói uma cognição pessoal a respeito dessa problemática social que nada mais é do que sua interpretação, baseada em discursos, ideologias, vivências, culturas que fazem parte da cognição social, ou seja, esta é coletiva, mas o acesso a ela é individual, logo cada ator social aciona determinados saberes para compreender e posicionar-se, como racista ou não.

Para ilustrar de maneira mais palpável como isso acontece em sociedade, podemos recorrer a um episódio no qual o jornalista Rodrigo Bocardi, âncora do telejornal “Bom dia São Paulo” da empresa Rede Globo, em uma reportagem sobre a lotação nos metrô, pergunta para um jovem negro, durante uma entrevista, se ele iria “pegar bolinhas” (se seria gandula) no Pinheiros (famoso clube paulista de classe alta). É possível perceber que, na prática social descrita, o sujeito, ou ator social Rodrigo Bocardi, deixa marcas ideológicas que nos conduzem a interpretá-la como uma prática racista. Dentro de uma visão sociocognitiva, para questionar o rapaz, o jornalista, em sua cognição pessoal, acionou variáveis sociais relativas à etnia, à idade, à classe social e a relacionou à cognição social, ativando em sua memória, socialmente construída, um estereótipo que conduz à compreensão de que um jovem negro, ao pegar o metrô, só poderia ir a um clube da alta sociedade para trabalhar como gandula.

Depois da polêmica gerada nas redes sociais, Bocardi afirmou não ser preconceituoso, disse que arriscou a pergunta baseado em outros

fatores e que o preconceito residia no olhar de cada um. No entanto, o que concluímos é que, na verdade, assim como reflete van Dijk (2016), o racismo reside nas práticas sociocognitivamente construídas e reproduzidas que ajudam na conservação do poder social e que, quando não combatidas ou ignoradas, essas práticas favorecem sua manutenção.

Em resumo, definimos práticas sociais, conforme van Dijk (2016), evidenciando a existência de uma memória cultural coletiva (senso comum) acondicionada em uma rede cognitiva manifestada através de marcas ideológicas deixadas pelo sujeito em seu discurso nas práticas sociais. Concluímos que, no que tange ao tratamento dos aspectos linguísticos-textuais, nos estudos críticos da linguagem, o estudo do discurso deve ser multidisciplinar e o uso da linguagem e o discurso devem ser vistos ao mesmo tempo como atos linguísticos, cognitivos, socioculturais e políticos. Logo, cientes das relações de poder intrínsecas a essas práticas sociais que permeiam a linguagem, possamos modificar estruturas sociais que veiculam discursos opressores, crenças que desrespeitam minorias e modelos mentais comuns ao exercício e à manutenção do poder.

CONCLUSÃO

Para compreendermos o papel do discurso nas práticas sociais dos indivíduos, parece razoável entendermos a concepção de prática social adotada por alguns dos principais teóricos em ADC. Em outras palavras, o caminho utilizado para entendermos como e por que a concepção de discurso enquanto prática social (ou uma de suas dimensões) passou a constituir uma das bases fundamentais das pesquisas em ADC implicou revisitarmos o que teóricos, como Norman Fairclough e Teun van Dijk, por exemplo, compreendiam sobre o conceito de prática social. Por sua vez, implicou revisitarmos também algumas de suas principais referências teóricas.

Assim, percorremos uma breve trilha histórica apontando para contribuições que alicerçam a relação entre o pensar e o agir em sociedade. Iniciamos pelo materialismo histórico dialético marxiano que fundou

um deslocamento no eixo das análises sociais do pensar metafísico para o agir histórico; transitamos em seguida até o seu desdobramento com a filosofia da práxis gramsciana, enquanto atividade teórico-política e histórico-social que buscou contribuir para que grupos dominados resignificassem a dominação hegemônica que lhes fora imposta. Por fim, ainda com o propósito de depreendermos algumas motivações para a ação dos indivíduos em suas interações cotidianas, chegamos aos conceitos de *habitus* e campo em Pierre Bourdieu.

Essa retomada historiográfica de bases teóricas da ideia de prática social buscou facilitar o entendimento desse conceito fundamental para a ADC na perspectiva de Fairclough e van Dijk. Ambos buscaram desenvolver teorias e abordagens que relacionassem a produção discursiva dos indivíduos às suas demais ações em situações concretas de interação social. Assim a prática social ganha contornos de instância mediadora entre as estruturas sociais e os eventos sociais para Fairclough. Em decorrência dessa relação entre ações discursivas e não-discursivas, o discurso é concebido por ele como influenciador e influenciado de/por determinações de ordem social, política, econômica e cultural. Já para a orientação sociocognitivista de van Dijk, a prática dos indivíduos influencia e é influenciada pelas suas representações mentais (pessoal e social).

Portanto, em ambas as concepções, o discurso entendido enquanto uma forma ou uma dimensão da prática social pode promover significações produtoras, reprodutoras ou transformadoras das relações de dominação entre grupos sociais, trazendo à cena a inescapável emergência do foco no social, no sujeito, no identitário e no emancipatório.



Acesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London and New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.
- FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: O risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0**.
- JORNAL CORREIO BRASILIENSE. “**Parasita**”, de Guedes, provoca reação em massa de políticos e servidores. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/08/interna_politica826667/parasita-de-guedes-provoca-reacao-em-massa-de-politicos-e-servid.shtml. Acesso em: fev. 2020.
- MAGALHÃES, I. Prefácio. In: FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.
- MAGALHÃES, I. **Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SILVA, J. A. Bourdieu. In: OLIVEIRA, L. A. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 154-181.
- SEMERARO, G. Filosofia da práxis e (neo)pragmatismo. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 28-39, ago. 2005.
- VAN DIJK, T. A. **Ideología y discurso: una introducción multidisciplinar**. Barcelona: Ariel, 2003.
- VAN DIJK, T. A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Revista Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, n. esp., p. s8-s29, nov. 2016.

MUDANÇA DISCURSIVA E MUDANÇA SOCIAL

Antônio Heleno Ribeiro Santiago

Ingrid Xavier dos Santos

Maria Eduarda Gonçalves Peixoto

Waldênia Márcia da Silva Barbosa

INTRODUÇÃO

Em *Discurso e Mudança Social*, Fairclough (2001) percorre um caminho teórico a fim de mostrar aos seus leitores como os mecanismos linguísticos podem fomentar uma mudança discursiva e, por conseguinte, uma mudança social. Todavia, pensar em como nós, linguistas e linguistas aplicados, ou interessados nos estudos da linguagem, podemos promover uma mudança social via questões discursivas não é uma tarefa fácil, uma vez que precisamos trazer à superfície uma série de problemas sociais tão bem sedimentados em nossas consciências, que se não tivermos os nossos argumentos alicerçados em um estudo transdisciplinar, que ratifique cientificamente os nossos dizeres, cairemos na falácia do senso comum.

Essa perspectiva transdisciplinar é iniciada pelos analistas do discurso através de um estudo da tessitura social, em que, preliminarmente, busca-se compreender em que medida a modernidade tardia, conforme Giddens (1991), impulsiona o capitalismo, o desencaixe das relações sociais e o processo de formação de identidades do sujeito.

E é buscando rastrear esses aspectos que formam a modernidade tardia, que Fairclough embasa os seus argumentos em prol de uma mu-

dança social. Desse modo, as diretrizes que o analista do discurso deve seguir em seu trajeto, a favor de um estudo que vise uma mudança social por vias discursivas, é primeiro reconhecer os três aspectos elementares (reestruturação do capitalismo, separação entre tempo e espaço e a reflexividade) para a compreensão da modernidade tardia, tais aspectos são as bases que engendram o pensamento faircloughiano para uma mudança discursiva e, conseqüentemente, uma mudança social.

Por conseguinte, é preciso traçar um panorama a fim de deslindar como a produção de novas ordens de discurso (FOUCAULT, 1996), através de mecanismos linguísticos, criam aparatos de luta social a fim de desarticular ou, então, amortecer as ordens sociais hegemônicas, estimulando, assim, a criação de novas práticas sociais e conseqüentemente mudanças sociais. Por fim, a última diretriz, sendo essa a mais importante da pesquisa em Análise do Discurso Crítica: é necessário apreender os aspectos da ordem de discurso contemporânea que engendram as mudanças sociais.

Salientamos que este capítulo foi construído sob a égide do pensamento faircloughiano pautado em uma abordagem dialético-relacional. Isso posto, na próxima seção, trataremos dos antecedentes que instigaram Fairclough (1996; 2001) a construir as bases de seu pensamento sobre mudança discursiva e mudança social.

MUDANÇA DISCURSIVA E MUDANÇA SOCIAL: ANTECEDENTES

Há um número razoável de definições que tentam identificar e caracterizar a vida social contemporânea a partir do conjunto de mudanças particulares que a distingue de outros tempos na história da humanidade. Assim, podemos encontrar expressões como “globalização”, “pós-modernidade”, “hipermodernidade”, “sociedade da informação”, “sociedade líquida”, “economia de conhecimento” e “cultura do consumo”, entre outras denominações.

Nesse cenário, a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) empreende uma percepção das formas de vida na contemporaneidade em

termos de uma modernidade tardia (GIDDENS, 1991). Em vista disso, ao se situar no interior da ciência social crítica, conforme defendem Chouliaraki e Fairclough (1999), a ADC deve ser encarada como uma contribuição para o campo da pesquisa crítica sobre a mudança social na modernidade tardia.

O primeiro aspecto elementar para a compreensão da modernidade tardia é o fato de que o capitalismo, constituinte das sociedades modernas, vem sofrendo reestruturações periódicas e radicais para manter a sua continuidade, especialmente a partir da crise do sistema gerada após a Segunda Guerra Mundial. Essa nova figuração, cujas evidências são apontadas já nos anos 70, como adverte Harvey (1989), em que o modelo fordista foi substituído pela produção flexível e em rede, não aponta para a superação ou a exaustão do capitalismo moderno, mas para a sua radicalização (JESSOP, 2003; GIDDENS, 2002).

O novo capitalismo não reestrutura somente a esfera econômica das sociedades, mas outros inúmeros domínios, como ocorre na política, na saúde e na ciência. Por exemplo, no Brasil, há um rápido e amplo processo de financeirização da educação, marcado por sua desnacionalização, com o predomínio de capital estrangeiro e por sua comercialização, com grandes grupos educacionais com ações nas bolsas de valores.

É certo observar que, com a reestruturação do novo capitalismo, criam-se formas perversas de exploração, dominação e exclusão na sociedade. À maneira do que se tem visto em muitos países democráticos periféricos, no Brasil há também um desenfreado avanço da pauta econômica ultraliberal nos últimos anos, com a implementação de uma série de medidas austeras e antipopulares como reforma previdenciária, reforma trabalhista e privatização.

O segundo aspecto da modernidade tardia refere-se às extensões indefinidas de tempo e de espaço que envolvem o desencaixe ou o deslocamento das relações sociais de contextos e práticas locais de interação, graças aos movimentos de reescala permitidos pelas tecnologias de globalização e sua velocidade. Estamos falando de distanciamentos e compressões espaço-temporais, do global para o local e vice-versa.

Por um lado (do global para o local), podemos modificar hábitos muito específicos de nossa vida particular a partir, por exemplo, do acesso a uma reportagem transmitida por um canal de tevê internacional; tomamos decisões sobre o que comer ou deixar de comer ou sobre comprar ou não um produto menos agressivo ao ecossistema.

Por outro lado (do local para o global), temos recursos de mobilidade virtual e de agência¹ que permitem a expansão em larga escala de atividades locais ou particulares. Podemos, por exemplo, participar de debates transmitidos ao vivo, intervir em matérias jornalísticas através de comentários e *posts* ou denunciar ações ilícitas como desmatamento ilegal ou abuso de autoridade, por meio da visibilidade em larga escala nas redes sociais. Cabe pensar, a propósito das reescalas e dos deslocamentos, sobre o problema atual da desterritorialização (HAESBAERT, 1995). Temos visto, de fato, uma elite transnacional apropriando-se de territórios ao redor do mundo, muitos dos quais são demarcações indígenas e ecológicas e provocando novas ondas de migração e de etnocídio.

O terceiro aspecto da modernidade tardia, intimamente relacionado aos anteriores, é o elevado grau de reflexividade e seu efeito sobre os processos de identificação e de subjetivação. De acordo com Beck (1997), as sociedades reflexivas são caracterizadas pela redescoberta e pela dissolução da tradição da vida moderna.

Com a globalização, o avanço das tecnologias e o processo de individualização, as pessoas são levadas a refletir sobre si mesmas continuamente, uma vez que tomam ciência dos perigos e riscos do viver,

1 Foucault (1972), ao descrever os processos que caracterizam as formações discursivas, assevera que as diversas modalidades (*descrições, formações de hipóteses, ensino [...]*, FAIRCLOUGH, 2001) que compõem essas formações discursivas corroboram para o processo de fragmentação do sujeito e, por conseguinte, o seu descentramento. Todavia, Fairclough (2001), retomando essa visão de Foucault, vai além desse pensamento, uma vez que segundo Fairclough, a visão de Foucault não abrange a agência social. Em Fairclough, a questão da agência é discutida a partir de uma visada dialética em que “[...] considera os sujeitos sociais moldados pelas práticas discursivas, mas também capazes de remodelar e reestruturar essas práticas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 70). Ademais, Resende e Ramalho (2006, p. 79) afirmam que “em sua experiência no mundo, as pessoas são posicionadas involuntariamente como agentes primários pelo modo como nascem e sobre o qual são impossibilitadas, inicialmente, de operar escolhas – isso inclui as noções de gênero e classe social. A capacidade de agentes sociais transformarem sua condição nesse posicionamento primário depende de sua reflexividade para se transformarem em agentes incorporados, capazes de agir coletivamente e de atuar na mudança social”.

bem como das questões de segurança e de confiança, pois não há mais o referencial protetor da comunidade, do estado acolhedor e das instituições sociais que as livrariam dos riscos.

Assim, a identificação e a subjetivação são atravessadas pelo dinamismo da modernidade tardia, pois os modos de vida não se restringem mais à tradição, ao parentesco ou ao grupo familiar a que os indivíduos pertencem e à sua localidade. A nova dinâmica de constituição dos sujeitos e de suas identidades envolve a separação entre tempo e espaço, o desenvolvimento de mecanismos de deslocamento e a apropriação reflexiva de conhecimentos e informações, uma vez que a produção sistemática de conhecimento sobre a vida social torna-se integrante da reprodução do novo capitalismo.

Muito em razão disso, a ADC, diferentemente de outras abordagens do discurso, promove um enfoque especial sobre questões relacionadas à função identitária da linguagem, porque os modos de (re)construção-semiótica que as identidades refletem vinculam-se às relações de poder às mudanças sociais.

Com base nesses aspectos, vê-se a evidência que justifica a situacionalidade epistemológica da ADC no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia: a contribuição dos estudos críticos e textualmente orientados sobre como os discursos são operacionalizados como parte de práticas sociais no novo capitalismo, uma vez que a linguagem protagoniza o centro do seu modo de produção, ao atuar na sua reestruturação e na sua reorganização em nova escala.

Ante essas nossas reflexões preliminares, poderemos discutir, agora, com mais ênfase, o *modus operandi*, que Fairclough (1996; 2001) utiliza ao longo de suas obras sobre as relações entre mudança discursiva e mudança social, como veremos nas seções subsequentes.

MUDANÇA DISCURSIVA

Para Fairclough (1996, p. 30), o poder inclui a capacidade de controle das ordens do discurso, que são um aspecto do controle ideológico.

A ADC praticada e defendida por ele baseia-se num modelo teórico que busca explicar como as convenções sociais existentes são resultantes de relações de poder organizadas por lutas, pela manutenção da hegemonia; uma luta que acontece, em parte, no discurso.

A proposta de Fairclough tem um caráter emancipatório fundamentado na compreensão de que o discurso é uma das maneiras pelas quais as pessoas podem agir e interagir no curso de eventos sociais. As questões de desigualdade e ideologia são constituintes dessa abordagem. Por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, a ADC busca desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, em prol de suas desarticulações.

Essa proposta emancipatória ancora-se na visão de que o poder é temporário, baseado em relações hegemônicas assimétricas, conquistadas principalmente pelo uso de ordens discursivas que operam no sentido de instaurar, reforçar e sustentar, através da ideologia, discursos particulares, transformando-os em consensos. No entanto, essa concepção considera o caráter individual dos sujeitos e sua capacidade de percepção sobre as operações ideológicas no processo de construção dos discursos, o que faz com que as formas hegemônicas de dominação sejam passíveis de mudança e superação.

O caráter crítico da abordagem de Fairclough tem forte relação com o Realismo Crítico desenvolvido por Bhaskar (1989; 1998). Como nos explicam Ramalho e Resende (2011, p. 32), vem dessa teoria a compreensão de que o mundo é um sistema aberto, em constante mudança e constituído por diferentes domínios e estratos. O semiótico é um dos estratos, ao lado do físico, do biológico e do social. Eles podem se situar nos domínios potencial, realizado ou empírico. As autoras afirmam que “os estratos possuem estruturas distintivas e mecanismos gerativos que se situam no domínio do potencial, ou seja, do que pode ou não ser ativado. Quando são ativados simultaneamente, causam efeitos imprevisíveis nos demais domínios” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 32).

Assim, para Fairclough (2003), a estrutura, a prática social e os agentes sociais são interdependentes. A presença desses fatores (agentes

sociais e estruturas/práticas sociais) mostram a relação entre o sujeito e sua inscrição social, afetada em grande parte pela ideologia na construção do discurso. Ele ressalta que os “agentes sociais não são ‘livres’, [mas] são socialmente restritos, [pois] suas ações não são na totalidade socialmente determinadas”² (FAIRCLOUGH, 2003, p. 22, tradução nossa). Tal inferência resulta da concepção de que há uma relação de interdependência entre estrutura e agência, de forma que seres humanos não criam estruturas sociais, mas as (re)produzem à medida em que as utilizam como condições para suas atividades, de acordo com Resende e Ramalho (2011, p. 38):

A sociedade existe em virtude da agência humana, mas não é redutível a ela, e vice-versa. Como Sayer (2000, p. 19) exemplifica, ações sempre pressupõem recursos preexistentes e meios; “falar pressupõe uma língua; uma língua, uma comunidade e recursos materiais como cordas vocais ou outros meios de se efetuar sons inteligíveis”. Tal postura implica que sociedades e indivíduos, ou estruturas e agência humana não são redutíveis a um, mas, sim, causalmente interdependentes. [...] a relação entre estrutura e agência tem caráter dual: estrutura é condição sincrônica, causa material, mas também é resultado diacrônico da atividade humana, a qual, por sua vez, reproduz e transforma essa causa material.

O discurso é visto aqui como um modo de ação historicamente situado, o que implica dizer que, se por um lado a produção discursiva é organizada por estruturas estabelecidas, por outro, cada enunciado novo é também uma forma de ação individual sobre essas estruturas. Logo, o processo discursivo tanto pode operar de forma a manter quanto a transformar as estruturas que o orientam. Esse espaço de ação é entendido pela abordagem dialético-relacional como um espaço para mudanças de práticas discursivas e, conseqüentemente, mudanças sociais.

É nesse espaço que ocorre a atuação do sujeito, permitindo que ele perceba e questione a estrutura subjacente às práticas sociais. Embora

2 Texto na fonte: “Social agents are not ‘free’ agents, they are socially constrained, but nor are their actions totally socially determined” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 22).

haja limitações no processo de tessitura dos textos (como as convenções de gênero e a própria gramática), os agentes têm seus próprios “poderes causais” que não são redutíveis aos poderes causais das estruturas e práticas sociais.

Para Fairclough (2001, p. 126), a mudança discursiva é decorrente da problematização das convenções. É diante dos dilemas sociais que as pessoas buscam modos criativos e inovadores de adaptar as convenções existentes contribuindo para a mudança discursiva. O autor afirma que “a mudança envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente as proíbem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 126).

Tomemos como exemplo o uso do “x” ou do “@” para designar o gênero dos destinatários de um e-mail enviado para estudantes de um curso de graduação em uma dada universidade. A opção por um novo marcador (ou a ausência de um marcador definido) reflete uma problematização sobre as diferentes condições de tratamento social dado a homens e mulheres, além de indicar a existência de outras designações de gênero que não se restringem ao masculino e feminino. Obviamente, essa mudança não chega a todos os textos de forma homogênea, mas contribui para a quebra de uma hegemonia discursiva em um dado evento discursivo-social (o e-mail para os alunos).

Na abordagem de Fairclough, os eventos discursivos têm efeitos cumulativos sobre as contradições sociais e sobre as lutas desenvolvidas para propor mudanças significativas nas estruturas. A repetição de uma ocorrência particular de mudança discursiva pode ajudar a solidificar uma nova convenção. As mudanças podem dizer respeito a novas formas de organização sintática, marcadores de autoridade e familiaridade, estilos mais formais ou informais, vocabulários etc. Esse processo pode gerar mudanças estruturais nas ordens do discurso, desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemonias discursivas.

Sendo assim, ao se produzir novas ordens de discurso, estamos criando mecanismos linguísticos que desarticulam as ordens discursivas hegemônicas, ademais, estamos, também, lapidando uma nova seara para que novas ordens sociais anti-hegemônicas sejam postas em circulação na sociedade. Ao abirmos essa seara discursiva, composta por discursos que outrora eram subjugados na sociedade, estamos, através da linguagem, buscando promover uma mudança discursiva. E, cada vez que esse discurso anti-hegemônico circular nas diversas esferas sociais, ele pleiteará uma insurreição em prol de mudanças sociais. Discorreremos mais acerca da mudança social no tópico a seguir.

MUDANÇA SOCIAL

Fairclough (2001) comenta a respeito de três tendências da ordem de discurso contemporânea, as quais são: democratização, comodificação e tecnologização. A primeira delas, a democratização do discurso, é uma das três tendências apontadas por Fairclough (2001) em seu livro *Discurso e mudança social*. Em suas palavras, a democratização é “a retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e lingüístico [sic] dos grupos de pessoas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 248).

Dessa forma, advogamos a ideia de que existem desigualdades e assimetrias no discurso, pois podemos perceber tais nuances quando lidamos, por exemplo, com situações em que ocorrem a presença de marcas linguísticas que denotam prestígio, como é o caso do uso de termos masculinos para designar pessoas do sexo feminino (médicos, professores, advogados etc.). É o caso de “Sejam bem-vindos, professores!”.

Assim como nesse exemplo, a marcação do gênero masculino é recorrente também para outros grupos de pessoas, ainda que a maioria do grupo não pertença a esse gênero. Daí, podemos entender que essa marca de domínio acarreta um discurso desigual por não se adequar a quem se refere. Para reverter tal assimetria, algumas mudanças têm ocorrido na sociedade contemporânea, como é o caso da inclusão do termo feminino

junto ao masculino (professoras/professores), assim como também o uso de letras para se referir a outros grupos que não compartilham desse binarismo (caso da letra x, em língua portuguesa).

Figura 1 – Manual do Calouro da USP



Fonte: Jornal da USP³.

Dessa forma, a democratização discursiva pode ser percebida, por exemplo, no discurso educacional, que visa desarticular discursos históricos naturalizados. O termo “mestra” é, como titulação acadêmica, outro grande exemplo de mudança nas ordens de discurso, haja vista que as mulheres nem sempre tinham acesso às universidades, daí o surgimento de novos termos que deem conta das novas possibilidades.

A segunda tendência apontada por Fairclough (2001, p. 225) é a comodificação. Para o autor, trata-se do:

[...] processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias.

3 Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/manual-do-calouro-ajuda-alunos-a-dar-seus-primeiros-passos-na-usp/> (2017). Acesso em: 20 fev. 2020.

Ou seja, a comodificação está ligada às questões mercadológicas no que diz respeito a tornar algo em caráter comercializável. O discurso educacional, novamente, nos dá exemplos disso. A escola, como instituição formadora de cidadãos, tem sofrido mudanças decorrentes das transformações nas ordens de discurso. Fairclough (2001) aponta que há uma tendência para que certas instâncias virem mercadológicas devido à criação de “consumidores” em diversos âmbitos culturais. Exemplo de mudança no discurso educacional é a publicidade que se faz em detrimento do que a escola tem a oferecer. Os “estudantes” escolhem o que querem estudar, tal qual um cliente escolhe sua alimentação em um menu no restaurante.

Por fim, a última tendência relativa à ordem de discurso contemporânea refere-se à tecnologia do discurso. Para Fairclough (2001, p. 264):

Ao denominá-las tecnologias do discurso, quero sugerir que na sociedade moderna, elas têm assumido e estão assumindo o caráter de técnicas transcontextuais que são consideradas como recursos ou conjunto de instrumentos que podem ser usados para perseguir uma variedade ampla de estratégias em muitos e diversos contextos.

Assim, o termo está atrelado ao controle que se exerce nas sociedades contemporâneas através de (dentre outras), publicidade, ensino e entrevistas. Nesta última, podemos sentir, segundo Fairclough (2001), uma simulação de informalidade e de simetria de poder por parte do entrevistador. Um exemplo é a entrevista médica “alternativa”, que tem se tornado domínio público através da tendência do uso da conversação – gênero central da esfera privada.

Como podemos ver, essas três tendências demonstram, segundo o autor, aspectos da natureza discursiva, o que pode conter indícios de transformações que resultem em uma mudança social. Assim, podemos constatar uma forte ligação entre a mudança discursiva e a mudança social, pois, dialeticamente relacionadas, uma influencia a outra. Tendo

em vista as reflexões feitas durante esta escrita, a seguir, finalizamos nosso capítulo com as nossas conclusões, abordando os desdobramentos do que viemos falando até o momento.

CONCLUSÃO

Ao apresentarmos, neste capítulo, a natureza transdisciplinar da ADC e sua inscrição dentro das ciências sociais críticas, podemos perceber que ela se preocupa especialmente com as figuras discursivas dentro dos processos de mudança da contemporaneidade e com as mudanças na relação entre discurso (semioses) e outros elementos sociais das redes de práticas.

Reside aí o caráter crítico e emancipatório da ADC, que requer do analista um comprometimento não apenas com a pesquisa, mas com a sociedade. Fairclough (2012) deixa isso claro ao apresentar os passos que supõe necessários para uma pesquisa em ADC. Para ele, a primeira coisa a se fazer no processo analítico é dar ênfase a um problema social que tenha um aspecto semiótico e, em seguida, identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido pela análise. Uma vez identificados os obstáculos, ele explica que é preciso considerar se a ordem social (a rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não, o que leva ao passo seguinte, que nos pede para identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos que impedem a solução do problema social. Por fim, ele nos orienta a refletir criticamente sobre a análise, fazendo-nos avaliar a relevância e os resultados do trabalho executado.

Observamos, assim, um claro compromisso social do analista de discurso que trabalha com ADC, pois este tem como objeto de estudo um problema social que é o centro de suas preocupações científicas e, por conseguinte, busca tensionar práticas discursivas e sociais enrijecidas. Não é difícil inferir, também, que tensionar um problema social, dentro desta perspectiva, envolve a mudança da sociedade – a mudança social – e que para ocorrer é necessário realizar a mudança discursiva. Uma vez que o discurso e as práticas sociais estão dialeticamente inter-relacionadas,

as estruturas que operam para manutenção de desigualdades sociais podem ser desestabilizadas quando trazemos à luz aspectos semióticos e discursivos que contribuem para o seu fortalecimento. Contribuir para o processo de reorganização social, abrindo espaços para o desenvolvimento de novas formas discursivas que operem em sentido contrário à ordem hegemônica é papel do analista em ADC.

Ademais, é profícuo ressaltar que o analista de discurso, em específico o crítico, é um cientista social. Seus estudos tomam como base os enunciados oriundos de textos, em que tramas sociais, políticas e ideológicas são tecidas e materializadas linguisticamente, porém essas tramas nada mais são que reflexos das estruturas existentes na sociedade. Na perspectiva da ADC, tanto linguagem, como ideologia e poder estão inexoravelmente sedimentados em discursos e, por conseguinte, nas relações sociais. Deste modo, nossas vozes devem estar em consonância com práticas que visem romper estruturas sociais enrijecidas, a fim de que nós, através do nosso objeto de estudo, que é a linguagem, possamos corroborar para uma mudança social.

Por fim, ao encerrarmos este capítulo, na tentativa de desenrolar os fios que cosem a trama social, entendemos que a relação entre mudança discursiva e mudança social (conforme supracitado em nossa última seção) é também dialética. Elas estão de tal maneira imbricadas e tão bem dispostas que é impossível uma ocorrer sem a outra.



Acesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

BECK, U. *A Reinvenção da Política: Rumo a uma Teoria da Modernização Reflexiva*. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BHASKAR, R. Philosophy and scientific realism. *In*: ARCHER, M.; BHASKAR, R; COLLIER, A.; LAWSON, T. & NORRIE, A. (ed.). **Critical realism**: essential readings. London; New York: Routledge, 1998, p. 16-47.

BHASKAR, R. **The possibility of Naturalism**: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London: Longman, 1996.

FAIRCLOUGH, N. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. Versão para o português: Iran Ferreira de Mel. **Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 307-329, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/51460>. Acesso em: 13 fev. 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HAESBAERT, R. V. A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, I. E. *et al.*, **Geografia**: Conceitos e temas. 5. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

HARVEY, D. **The condition of post modernity**. Blackwell Publishers: Cambridge, 1989.

JESSOP, B. The crisis of the national spatio-temporal fix and the tendential ecological dominance of globalizing capitalism. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 24, jun. 2003. p. 232-360. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2427.00251>. Acesso em: 13 fev. 2020.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica**. Editora Contexto, 2006.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica**: O texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2011.

DIALÉTICA DISCURSO-SOCIEDADE

Bruno Eduardo Santos da Silva

Paula Trajano de Araújo Alves

Suze do Amaral Oliveira

Vanessa Vanda Batista Teixeira

INTRODUÇÃO

Um marco significativo na evolução do paradigma filosófico das Ciências Humanas no século XX foi, certamente, a percepção da linguagem enquanto ponto de partida para a investigação do conhecimento e da verdade. Várias foram as abordagens científicas, desde o surgimento da Filosofia Analítica, da Linguística e da Antropologia, que renunciaram o terreno da investigação do simbólico e do linguístico a fim de depreender sua importância na determinação das relações sociais e da subjetividade. Na esteira desse legado, as teorias discursivas que surgiram desde o final dos anos 60 buscaram aprofundar a superação, já anunciada por Ludwig Wittgenstein¹, de que a linguagem não é somente uma forma de representação do mundo e de seus fatos, instituindo em seu lugar o paradigma epistemológico

1 Referência ao segundo momento da investigação filosófica de Wittgenstein sobre a linguagem. No primeiro momento de sua obra, o filósofo, em *Tractatus logico-philosophicus*, influenciado pela filosofia analítica de Frege e Russell, desenvolve uma investigação lógica preocupada centralmente com a formulação de uma linguagem capaz de acessar e representar a forma real e objetiva do mundo, compreendido como uma estrutura exterior à linguagem. Após este trabalho, Wittgenstein, na obra *Investigações Filosóficas*, apresenta uma ruptura decisiva com essa perspectiva, dissolvendo por completo a matriz lógica de sua teoria, em favor dos jogos de linguagem, conceituação que caracteriza a linguagem como algo vivo, dinâmico, que somente pode ser entendida no interior das formas de vida, com suas regras e usos específicos (MARCONDES, 2001).

que a determina enquanto uma forma de ação sobre a realidade na maneira como a concebemos.

O influente trabalho de Michel Foucault é um desses marcos teóricos responsáveis por sedimentar o *status* do discurso em sua atuação constitutiva do social, principalmente no que se refere a sua dimensão de poder. Em suas teorizações, Foucault (2014) chamou atenção para o funcionamento da ordem do discurso, não apenas no que elas representam enquanto dimensão de reprodução de um poder coercitivo institucional, mas no seu potencial efeito constitutivo da sociedade e da subjetividade enquanto tais. Essa abertura para a percepção do discurso em seus efeitos de poder é, como já se sabe, central para qualquer uma das abordagens críticas da linguagem, que buscam evidenciar o caráter emancipatório da linguagem nas lutas sociais.

Para a abordagem dialético-relacional, entretanto, em seu ímpeto de compreender o funcionamento ideológico e hegemônico da linguagem, essa constitutividade do discurso, visionada por Foucault, ancora-se em uma visão específica de sociedade e de discurso no interior das sociedades contemporâneas, sendo necessário, portanto, a analistas do discurso na vertente crítica compreenderem quais fundamentos sociais específicos são esses que alicerçam e justificam a agenda investigativa que os trabalhos em Análise de Discurso Crítica, em especial aqueles ancorados pela abordagem dialético-relacional, utilizam para sedimentar a relevância das pesquisas críticas no âmbito da linguagem.

Por isso a importância e a necessidade de se refletir, por um lado, sobre as relações constitutivas entre o discurso e a sociedade, e, por outro, sobre os limites dessa relação quando nos situamos em uma investigação crítica da linguagem, preocupada não somente com o poder coercitivo do discurso, mas com sua potencialidade transformacional sobre essas relações. Como intencionamos apresentar neste capítulo, o fator dialético está embasado em uma visão de sociedade enquanto um sistema aberto, advinda de uma filiação ontológica com o realismo crítico, o qual fornece fundamento para a potencialidade de mudança social, articulada à conceituação de discurso originada na teorização crítica de David Harvey

(1996), compreendido como um elemento de práticas sociais dialeticamente interconectado com outros elementos da vida social. Estas duas teorizações da Ciência Social Crítica permitem investigar a dimensão discursiva de uma determinada realidade social como componente ativo na potencialidade de mudança em estruturas sociais hegemônicas.

Em seu importante diálogo com essas duas epistemes sociais, Norman Fairclough direciona sua teorização discursiva rumo a uma contestação da ênfase foucaultiana sobre os efeitos constitutivos do discurso², assim como o escopo de abordagens que surgem dentro do marco teórico pós-modernista ou pós-estruturalista, percebidas pelo autor como epistemologias críticas problemáticas ao reduzirem o social ao discursivo (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). A abordagem dialética, por essa via, fornece um “equilíbrio” a essa visão ao buscar enfatizar, imbuindo-se das perspectivas materialistas do realismo crítico e do materialismo histórico-geográfico, que o discurso atua no social a partir de uma relação dialética com elementos não discursivos, ou seja, processos materiais da realidade social que existem independentemente dos discursos que atuam sobre eles. Daí a necessidade de que analistas críticos do discurso se empenhem também no estudo das dimensões materiais que compõem parte dos problemas discursivos explorados a fim de desenvolverem suas críticas explanatórias.

Feitas essas considerações sobre a importância de se ater aos mecanismos dialéticos que atuam na relação entre discurso/sociedade, damos prosseguimento nos tópicos seguintes à explanação mais detida dessas relações, conceituando dialética, discurso e sociedade. Para isso, começamos, primeiramente, a conceituar dialética e o que esta noção significa

2 Embora a ADC tenha nos conceitos de poder e discurso de Foucault uma excipiente base epistemológica, Fairclough não deixa de fazer ressalvas ao realce que as teorias pós-estruturalistas direcionam ao elemento discursivo na vida social. A partir da obra *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis* (1999), escrito em parceria com Lilie Chouliaraki, os autores dissecam a importante atuação da dimensão semiótica nas sociedades da modernidade recente, defendendo que este é um legado crucial do conjunto de teorias que configuram o pós-estruturalismo para os estudos discursivos. Porém, enfatizam que os processos da atividade social não são apenas de ordem discursiva, mas também de ordem material, sendo importante não reduzir o social ao seu momento semiótico. É, por esse viés, que Fairclough traz para a ADC algumas ressalvas ao pensamento de Foucault no que se liga a uma ênfase não dialética na compreensão sobre os efeitos do discurso.

para os estudos críticos do discurso. No segundo item, buscamos definir tal funcionamento dialético do discurso no interior da visão de sociedade que alicerça o projeto crítico da abordagem dialético-relacional de Fairclough, para que, dessa forma, possamos compreender de que maneira seu funcionamento atua sobre as relações entre discurso e sociedade. Por último, objetivamos, a partir de um exame ilustrativo do programa governamental Future-se, expressar de que forma se realiza a dialética entre estrutura, práticas sociais e eventos quanto à produção de efeitos sobre representações, identidades e relações na instituição de projetos de poder sobre a realidade social.

CONCEITUANDO A DIALÉTICA

Em sentido clássico, a partir da visão Aristotélica, a dialética é entendida como um modo de diálogo entre interlocutores. É a arte de discutir e argumentar com base em preceitos racionais, imunes a autocontradição. Por essa dialética clássica, a linguagem em sua relação com o mundo é disposta como forma lógica de argumentação, instrumentalizada para se conquistar o conhecimento, sendo sua função primária discernir as falsas persuasões e dogmas que se reverberam por meio de princípios falaciosos e do senso comum, a qual Aristóteles denominava “*endoxa*”.

Na tradição filosófica da Grécia antiga, utilizava-se comumente a noção de “*doxa*” para designar opiniões, conhecimentos, estereótipos ou clichês comumente partilhados. Aristóteles contribui para uma definição canônica desse termo definindo-o como *endoxa*, tratado como um tipo especial de opinião suficientemente aceita e compartilhada por ser um saber autorizado por aqueles que estavam no poder³ (AMOSSY, 2002). Para solapar o funcionamento dessas opiniões nocivas à construção do saber, a dialética aristotélica firmou-se como um método de análise relacional de proposições linguísticas, que buscava demonstrar, por bases lógicas, a falibilidade desses conhecimentos comumente partilhados. A dialética,

3 As noções contemporâneas de ideologia e hegemonia, popularizadas, respectivamente, pelo pensamento de Marx e Gramsci, correspondem ao conceito de *endoxa* (FAIRCLOUGH; GRAHAM, 2002, p. 54).

nesse momento, evidenciava um *continuum* entre linguagem, conhecimento e mundo, percebendo a dimensão linguística como uma via abstrata por meio da qual uma realidade, sempre anterior, poderia ser acessada.

Diferindo-se dessa conceituação, que emerge no período clássico, a dialética sobre a qual nos amparamos epistemologicamente neste capítulo, a fim de traçar as relações entre discurso e sociedade, advém do quadro de teorizações marxistas. Para a ADC, assim como para a análise social crítica de maneira geral, filiando-se à dialética de orientação marxista, o discurso está direcionado a uma verdade do mundo em um sentido prático, isto é, o discurso é criticamente analisado como forma de se projetar uma linha de ação concreta sobre um estado de coisas no mundo. Assim como no método crítico proposto por Marx (FAIRCLOUGH; GRAHAM, 2002), a ADC busca promover uma crítica do discurso com vistas a uma crítica da realidade social, identificando as contradições sociais sistêmicas que necessitam ser transformadas de maneira emancipatória.

Um traço importante dessa dialética, em seu objetivo de explicação e transformação social, é a oposição que faz ao caráter estritamente abstrato promovida pela dialética clássica. Assim como Aristóteles, Marx também objetivava desmistificar ideias comumente partilhadas uma compreensão esclarecida sobre a realidade, as quais ele entendia por ideologia. Para ele, entretanto, a importância de se proceder à linguagem na busca por uma fundamentação crítica do social é o fato de ela estar inserida continuamente nas práticas sociais concretas, devendo ser entendida, pois, como uma forma de consciência prática, sem a qual nenhuma realidade social consegue ser reproduzida e legitimada. Norteados por essa tese fundamental é que compreendemos e defendemos, nos estudos críticos do discurso, a centralidade de uma abordagem materialista sobre o tratamento científico da linguagem.

No caso da abordagem de Fairclough, a defesa dessa dialética torna-se ainda mais específica ao situar o discurso enquanto elemento de práticas sociais, dialeticamente interconectado a outros elementos da vida social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22). Essa visão promove uma reflexão sobre o discurso a partir da atuação de seus me-

canismos próprios de ação, contestando uma visão sobre linguagem que determine ora as estruturas sociais de um lado e ora os eventos concretos por outro, estabelecendo as práticas sociais como elos atuantes entre estrutura e ação. É esse foco na dialética do discurso com as práticas sociais e as estruturas que possibilita as diversas abordagens da ADC situarem-se no escopo de pesquisas da Ciência Social Crítica, tendo como objeto a análise do funcionamento do discurso e constituição da sociedade e de suas relações, e, principalmente, de estruturas de dominação, uma vez que estas são fruto de questões sociais de natureza, a um só tempo, material e discursiva.

O princípio dialético originado no marxismo orienta, como vimos, o projeto emancipatório da Ciência Social Crítica ao situar a linguagem no interior das atividades sociais humanas, compreendidas enquanto processos de produção e reprodução materiais das relações e estruturas sociais. É por meio dessa percepção dialética que a ADC, enquanto parte da análise social crítica (FAIRCLOUGH, 2012), fundamenta sua crítica da linguagem, buscando, ao focar as realidades sociais enquanto sistemas de dominação, implementar reflexões críticas que sejam ao mesmo normativas e explanatórias.

Isto significa dizer que para a ADC não é suficiente formular um tipo de crítica estritamente normativa, que, embasada por determinadas concepções de bem-estar humano, enseja denúncias sobre as dinâmicas de poder parcialmente sustentadas pelo momento discursivo da rede de práticas sociais. É necessário que se articule a essa crítica normativa uma crítica explanatória apta em descrever como e por que a realidade social se estrutura e se reproduz na forma em que a vivenciamos. Sob essa teorização de base marxista, a transformação e emancipação da sociedade dependem dessa crítica explicativa sobre o mundo social, sendo, por esse motivo, importante que analistas críticos do discurso se debruçam também sobre as facetas materiais da sociedade como forma de elucidar a ação discursiva em seu potencial reprodutivo e transformacional das relações sociais.

É nesse sentido que a ADC, resgatando uma longa tradição dentro da Ciência Social Crítica que percebe a realidade social como incluindo

ideias e discursos, ou seja, possuindo um caráter reflexivo, situa-se como uma forma de raciocínio dialético (FAIRCLOUGH, 2019, p. 14). A vida social existe, por um lado, enquanto entidades sociais, pessoas, práticas e instituições, e, por outro, enquanto crenças, ideias e representações. É crucial, desse modo, aos estudiosos orientados pelas abordagens da análise social crítica debruçarem-se, não somente sobre os processos sociais materiais, mas também sobre seus processos semióticos, atentando-se à relação dialética entre essas duas dimensões que atuam, simultaneamente, na reprodução e constituição do social.

A ênfase sobre as relações dialéticas entre os elementos materiais e discursivos, herdada da consciência realista marxista, é continuada e ampliada pela ADC a partir de uma compreensão particular de sociedade por uma visão específica de sociedade, que permite identificar com maior clareza o funcionamento discursivo nas dinâmicas sociais, culturais e econômicas que passam a emergir no período compreendido como modernidade tardia ou novo capitalismo⁴ (FAIRCLOUGH, 2002), repercutindo em uma reflexão explanatória situada sobre a mudança social e a produção de práticas emancipatórias nas condições materiais e semióticas próprias a esse contexto.

A primeira importante teorização social que sustenta o raciocínio dialético da ADC se trata da compreensão de sociedade repercutida pelo pensamento geográfico, em perspectiva histórico-dialética, proposto por David Harvey, que sustenta o mundo social como um sistema, que a compreende enquanto um sistema aberto constituído por uma rede de práticas articuladas e mutuamente influenciadas (RESENDE, 2017). Nessa rede de práticas, o discurso está localizado – não de forma estanque – enquanto um elemento que se difere dos outros momentos sociais, porém, que não existe de maneira totalmente separada, mantendo uma relação de interiorização com os outros elementos não semióticos das práticas. Sob essa conceituação, a ADC compreende e defende a ativa permanência do aparato semiótico no mundo social como forma de ação dialeticamente relacionada aos outros momentos da vida social.

4 Ver capítulo sobre Modernidade Tardia.

A segunda visão de sociedade que a ADC articula juntamente a essa teorização do discurso enquanto elemento de práticas sociais se liga aos fundamentos da ontologia social proposta pelo realismo crítico de Roy Bhaskar. A partir da filiação crítico-realista, a ADC notabiliza que a ação situada do discurso nas práticas sociais é dotada e constrangida por estruturas sociais prévias, colocando um “freio” sobre uma visão estritamente relacional e dialética do discurso nas práticas sociais, aderindo, dessa forma, a uma abordagem transformacional no tratamento da relação entre estruturas e ações. Compreendemos, com base nisso, que, se por um lado os atores sociais são dotados de uma potencial liberdade nos eventos que realizam empiricamente suas atividades sociais, essa atuação, entretanto, deve ser entendida como forma de (inter)ação com relativa liberdade, uma vez que as ações potencialmente transformadoras dependem não apenas de mecanismos situados, mas do quadro de relações historicamente estruturadas.

O raciocínio dialético proposto pela ADC, sob as bases do realismo crítico, busca explicar as predisposições para ações localizadas em nossas práticas sociais cotidianas conjuntamente à abertura dos mecanismos e constrangimentos que são condicionados pelas estruturas sociais específicas de cada realidade social. A observação dessas duas dimensões embasa, assim, uma visão discursivo-materialista, que reconhece a importância social do discurso sem reduzir a vida social ao discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 6). É por esse caminho que, como buscamos enfatizar neste capítulo, torna-se essencial acurar o que significa em termos analíticos a apreensão dessa dialética entre discurso e sociedade para ADC e seus pesquisadores.

Uma relevante implicação da análise dessas relações entre as facetas materiais e discursivas para a fundamentação de uma crítica emancipatória da realidade é a necessidade de adoção de teorias e metodologias inter/transdisciplinares que possam se conjugar às teorias e metodologias linguísticas a fim de interpretar a especificidade dos mecanismos acionais e estruturantes que se imbricam nas dimensões materiais e discursivas da vida social (FAIRCLOUGH, 2012). É preciso aos pesquisadores críticos do discurso o esforço em conjugar diversas epistemologias oriundas das

Ciências Sociais e Humanas a fim de lançar luz sobre a complexa relação que se intervém entre discurso e sociedade, tendo em mente que é por meio de uma problematização adequada dessa dialética que se pode transpor a um potencial movimento emancipatório na abordagem dos objetos e questões investigados.

Mesmo que a existência dessas relações dialéticas entre o material e o semiótico tenham certamente continuidades gerais ao longo do espaço e do tempo, principalmente no que se refere ao contexto social capitalista, é preciso admitir as variações e mudanças em sua natureza relacional a depender dos recursos e constrangimentos que estejam disponíveis nas sociedades em que se situam. Sendo, por isso, necessário que a ADC mantenha seus temas, objetos e questões centrais em constante revisão, não abrindo mão de contestar as pesquisas e métodos tradicionalmente adotados como forma de ampliar as lentes epistemológicas nos estudos críticos do discurso.

Como forma de ilustrar o que foi até aqui discutido, dedicamos o próximo tópico a ilustração do funcionamento dialético entre discurso e sociedade, abordando os mecanismos estruturais e situacionais de ação que constituem as relações entre estruturas, práticas e eventos, por meio do discurso do Programa Future-se, lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2019.

A DIALÉTICA NA RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURAS, PRÁTICAS E EVENTOS

A relevância de se teorizar as formas de dominação contemporâneas no contexto do novo capitalismo (FAIRCLOUGH, 2003) por uma ótica discursiva está no fato de que essas grandes reestruturações do sistema capitalista não foram apenas transformações em nível produtivo e institucional, foram também mudanças significativas nas formas de conhecimento, uma vez que essa nova fase do sistema capitalista, ainda em curso, baseia-se fortemente em uma economia da informação e de tecnologização – prova disso é o poderio cada vez mais decisivo da mídia e da internet nos rumos das sociedades ocidentais. Podemos compreender, com isso, que os mecanismos de reestruturação dos processos capitalistas

se configuram enquanto relações simultâneas entre discurso e outros momentos da vida social.

Assim, quando referenciamos, por exemplo, a precarização do trabalho enquanto um dilema social de notável expansão na sociedade global, o qual é necessário à reprodução do lucro implementada pelas políticas neoliberais, devemos compreendê-lo também como um processo dialeticamente moldado por formas específicas de representar discursivamente o mundo do trabalho e as identidades dos trabalhadores. Exemplo disso são os discursos que circulam socialmente sobre as supostas vantagens que trabalhadores informais teriam ao poder ter mais liberdade para gerenciar suas jornadas de trabalho, sem a rigidez de horários típica dos setores trabalhistas tradicionais, naturalizando identidades independentes, produtivas e empreendedoras nas novas relações entre as empresas e os trabalhadores do mundo contemporâneo. Tal processo exemplifica, então, de que forma estruturas sociais de poder formulam determinados discursos, enquanto maneiras específicas de representar, identificar e agir nas práticas sociais cotidianas, com o objetivo de validar seus projetos de hegemonia.

No entanto, essa relação não deve ser pensada em uma via de mão única. O raciocínio dialético busca compreender, por outro lado, quais as possibilidades acionais que emanam não somente dessas estruturas mais amplas, mas das ações situadas dos atores sociais no interior das práticas e eventos. Ou seja, de que forma trabalhadores, nesse contexto de precarização, não apenas são discursivamente interpelados pelas ideologias neoliberais, mas de que maneira atuam discursivamente para representar o mundo do trabalho e suas identidades, podendo reforçar – na maioria das vezes de forma inconsciente – essas estruturas ou contestá-las com a finalidade de modificar essas relações.

Buscando realizar um exercício prático sobre essa questão, objetivamos neste tópico ilustrar melhor, por meio de uma sucinta exemplificação, a maneira pela qual, no contexto dessas grandes transformações provocadas pelos processos reestruturantes do novo capitalismo, o programa Future-se, lançado pelo Governo Federal em 2019, visou modificar a

forma como as universidades públicas gerenciam seus recursos. Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2019), o programa foi lançado para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo, sendo sua adesão voluntária.

Como exemplo, vamos utilizar trechos de pronunciamentos, provenientes de textos jornalísticos, de dois representantes de universidades públicas federais, a Universidade Federal do Ceará (UFC), que teve o posicionamento favorável de seu reitor à proposta, contrariando o posicionamento oficial da instituição, e a Universidade de Brasília (UnB), que teve posicionamento institucional contrário, como forma de ilustrar a dialética que se interpõe nas representações discursivas produzidas pelos reitores das duas instituições federais a respeito do programa.

De início, a nota emitida pela reitora da UnB revela pontos de desacordo com a proposta emitida pelo governo, afirmando que esta não se harmoniza com a política educacional da universidade: “Em 7 de agosto, respondi ao MEC que aquela proposta não atendia às nossas necessidades e que a UnB se colocava à disposição para outras propostas de financiamento”⁵, relatou a reitora da universidade, Márcia Abrahão. Sobre o posicionamento da reitora, destaca-se sua ênfase à denúncia da natureza lucrativa que está por trás do programa governamental, sugerindo que ele não se enquadra aos propósitos de uma política pública que preconiza a educação como um direito de interesse coletivo. “A partir das nossas discussões, vimos que o programa, primeiro, fala que vai aumentar a autonomia, mas é o oposto. Ele reduz a autonomia ao retirar da universidade a gestão administrativa, a gestão dos recursos financeiros, passando isso para uma OS (Organização Social)”.

Em paralelo a esse pronunciamento da UnB trazemos o posicionamento do reitor da UFC, que se mostra oposto ao da UnB, partindo para um ponto onde a aceitação ao programa Future-se é vista com total positividade e como promessa de melhoria à estrutura educacional da

5 https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2019/09/13/interna-ensinosuperior-2019,782300/em-nota-oficial-consuni-da-unb-rejeita-o-programa-future-se.shtm

universidade. Além disso, embora a UFC, por meio do Conselho Universitário (CONSUNI), tenha rejeitado o Future-se, o reitor da instituição, Cândido Albuquerque, ressaltou para o financiamento das universidades do país –, o reitor da instituição, Cândido Albuquerque ressaltou que o programa está “em concepção e não é possível alguém ser contra ou a favor [...]. Hoje, o que se vê é uma disputa ideológica e isso é ruim. A universidade tem que ser plural. Nós temos que conviver com as ideias de esquerda, de centro e de direita. É um absurdo que, por exemplo, agora, por razões ideológicas, as pessoas não queiram aceitar. Isso não existe! Nós precisamos é repensar o processo”⁶.

Ao trazermos os depoimentos desses reitores sobre o programa governamental, almejamos demonstrar, primeiramente, com foco em um raciocínio dialético, que o projeto Future-se mostrou-se, a época, como uma tentativa política de reestruturação das universidades e institutos federais de forma a atender a um conjunto de discursos, práticas e dispositivos próprios à racionalidade neoliberal. Em sua campanha oficial⁷, o projeto reproduz enunciados, como “Muitas das maiores empresas do mundo nasceram em Universidades” e léxicos, tais como “agronegócio”, “capital humano”, “empreendedorismo” e “gestão” como tentativa de colonizar o campo educacional com representações típicas do setor mercadológico. Com base nisso, podemos inferir que os efeitos das estruturas sociais capitalistas e de suas ideologias neoliberais tencionam determinadas práticas sociais produzindo amplamente discursos que constituam os mecanismos sociais e reprodutivos de que necessitam para continuar a se legitimar enquanto estrutura social de poder.

Em segundo lugar, a observação da realidade material e semiótica que atuam na implementação do projeto nas universidades federais demonstra que determinados atores sociais, situados nas práticas sociais educacionais, no caso os reitores, tencionaram de formas distintas os discursos projetados no programa Future-se. No plano geral, a baixa adesão ao projeto do MEC⁸ mostrou que a configuração discursiva das formas

6 <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/reitor-acolhe-future-se-programa-rejeitado-por-representantes-da-ufc-1.2142271>

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KrQhIq2G81c>

8 Fonte: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/em-disputa-com-mec-federais-tem-baixa->

típicas de reprodução das representações do mundo e das identidades do setor econômico e empresarial foram massivamente constrangidas pelas ações de atores sociais, como alunos, servidores, professores e reitores da maioria das universidades do país, os quais, por meio de eventos, como atos e notas de repúdio, projetaram outras formas de representar as práticas educacionais.

O impacto da atuação desses sujeitos em nível local foi certamente um efeito decisivo nos rumos do programa e do projeto político proposto pelo Governo Federal. No entanto, estruturalmente, considerando as dimensões materiais do contexto em que vivemos, o sucesso desses mecanismos de resistência ao projeto no interior das universidades pode ser, em algum momento e a longo prazo, constrangidos pelos efeitos de outras práticas sociais, como, por exemplo, a jurídica, a política, etc. Essas práticas podem vir a ser legitimadas por outros atores e outras ordens do discurso sobre a realidade, fazendo com que posicionamentos contrários, como o apresentado pelo reitor da UFC, possam ser reverberados e tenham, assim, efeitos mais decisivos sobre os rumos das universidades brasileiras.

Disso advém a necessidade de elucidação dos mecanismos dialéticos entre os processos materiais e semióticos que possam explorar de que maneira determinados efeitos que transcorrem entre estruturas sociais, práticas e eventos se realizam em âmbito local e global e se efetivam ao longo do tempo.

CONCLUSÃO

Objetivamos neste capítulo esclarecer a natureza relacional existente entre discurso e sociedade preconizada pela abordagem dialético-relacional, destacando que a importância desse horizonte dialético está, na medida em que é por seu intermédio que se traduz centralmente o ímpeto de toda Ciência Social Crítica, em desenvolver uma explanação crítica simultaneamente materialista e linguística das sociedades como

forma de acessar seu potencial transformacional, principalmente no que pese a contextos sociais de dominação.

A existência de um *continuum* entre linguagem, sociedade e prática, antecipada pelo materialismo dialético de Marx, é contextualizada pela ADC no interior dos processos estruturantes da sociedade globalizada fruto das transformações mais recentes do sistema capitalista. Tais dinâmicas específicas, seja em contextos locais ou globais, constituem, enquanto estruturas abstratas prévias, o funcionamento dos processos materiais e semióticos da era contemporânea, sendo, dessa maneira, imprescindível a analistas críticos do discurso uma maior conscientização sobre as fontes ontológicas e epistemológicas que nos permitem localizar os objetos discursivos que almejamos conhecer nessa seara complexa e multifacetada a que chamamos mundo social.

Como enfatizamos, orientados por uma visão específica de sociedade, o discurso é elemento ativo de práticas sociais, as quais são tanto efeito das estruturas econômicas, políticas e culturais da sociedade capitalista, como produto do conjunto de ações realizadas em práticas sociais e materializadas em eventos. Reside nessa compreensão, de natureza ontológica, a base epistemológica que teoriza a dialética entre discurso e sociedade na ADC, a qual busca evidenciar os efeitos constitutivos da materialidade social sobre a linguagem, principalmente no que se liga à manutenção de situações de injustiça social, e o potencial da faceta semiótica na reprodução ou contestação dessas situações.

É nesse sentido que buscamos em nossa discussão alertar sobre a devida ênfase que deve ser dada a essa relação entre as facetas semióticas e materiais da sociedade, com o propósito de problematizar de maneira consciente os efeitos estruturantes que se conjugam às ações situadas em práticas sociais e eventos, na qual os textos são uma dimensão importante de acesso às ideologias que significam e compartilham determinadas percepções da vida social. É apenas por intermédio de um raciocínio dialético entre essas suas dimensões que analistas críticos podem promover pesquisas comprometidas com a mudança social, e, por consequência, contribuir, ao longo das (des)continuidades que se interpõem entre a

teoria e a prática, para a construção reflexiva e contínua de saberes e práticas com potencialidade emancipatória que levem a linguagem a sério no direcionamento das lutas entoadas no percurso das transformações sociais de nosso tempo..



Acesse o podcast deste capítulo

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. Introduction to the study of doxa. **Poetics Today**. n. 3, v. 23, p. 369-394, 2002.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh University Press, Edinburgh, UK, 1999.

FAIRCLOUGH, N. Language in New Capitalism. **Discourse & Society**, mar., v. 13, 2002, p. 163-166.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis. *In*: (org.). GEE, J. P; HANDFORD, M. **The Routledge Handbook of Discourse Analysis**. New York: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH, N. CDA as dialectical reasoning: critique, explanation and action. *Policramias*, v. 4, n. 2, p. 13-31, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/29968/18004>. Acesso em: 26 jun. 2020.

FAIRCLOUGH, N; GRAHAM, P. Marx as critical discourse analyst: the genesis of a critical method and its relevance to the critique of global capital. **Sociolinguistic Studies**, vol. 3, n. 1, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/41016725_Marx_as_a_Critical_Discourse_Analyst_The_genesis_of_a_critical_method_and_its_relevance_to_the_critique_of_global_capital. Acesso em: 20 ago. 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, D. **Justice, nature & the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a wittgenstein. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MEC, <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/17/future-se-leia-a-integrada-proposta-do-mec-sobre-mudancas-na-gestao-das-universidades-federais.ghtml>.

RESENDE, V. M.; Análise de Discurso Crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: (org.). RESENDE, V. M.; REGIS, J. F. S. **Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

POSFÁCIO
ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO, DECOLONIALIDADE E
OUTRAS HISTÓRIAS

Viviane de Melo Resende

O amoroso convite que recebi para a escrita deste posfácio sugeria um texto sobre o futuro da análise de discurso crítica no Brasil, com foco nas abordagens decoloniais sobre as quais venho escrevendo nos anos mais recentes. Senti-me honrada por ser vista como alguém que poderia pensar e expressar possibilidades de futuro para essa área de estudos em nosso país, mas o que dizer sobre o futuro num presente como este?

Sequer sabemos quando poderemos voltar às salas de aula, ou quando nossa frágil democracia verá novamente a luz do dia. Estamos enredadas num presente que desafia o passado – põe em dúvida nossa capacidade de retorno às práticas que há tão pouco tempo vinham configurando nossa existência, nossa rotina de trabalho e nossas relações – e torna (mais) incerto o que podemos esperar do futuro. Para falar de futuro, mais do que poder imaginativo e boa capacidade de elucubração, é preciso levar a sério o presente e suas relações contínuas com o passado.

Permitam-me, então, uma pequena digressão.

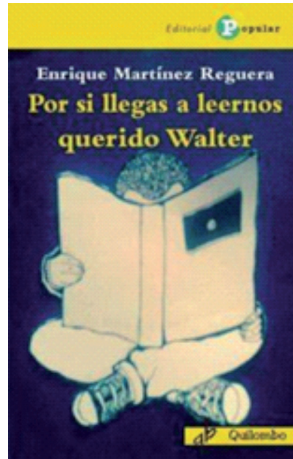
DIGRESSÃO

No esforço de me organizar para este texto, recordei a impactante exposição “*Esta tierra jamás será fértil por haber parido colonos*”. Logo antes de a loucura da pandemia se abater irremediada, estava em missão

de trabalho e tive a oportunidade de visitar essa mostra da Daniela Ortiz, jovem *artista* peruana nascida em Cuzco e radicada na Espanha. Primeira revisão antológica do trabalho da artista, a exposição reuniu uma seleção de seus projetos realizados na última década, em instalações de artes plásticas de variadas técnicas e mídias, ordenadas em salas temáticas, sempre registrando os fluxos entre o passado colonial e as injustiças que grassam o presente. A conexão que traça entre o presente e o passado colonial deixa uma inescapável reflexão de como isso nos aponta futuros.

Havia uma sala que expunha dolorosamente como o peso insuportável das estruturas de colonialidade, racismo, classismo impactaram a existência de uma família camaronesa que sofreu a injustiça de perder um filho na Espanha. O menino, Walter, brincando em um parque público, quebrou a perna. A pediatria do hospital que buscaram pôs em marcha o serviço de assistência social, pressupondo tratar-se de violência doméstica. A política de assistência social espanhola concluiu, também baseada na racista presunção de culpa que criminaliza as pessoas pretas e migrantes, que aquela família deveria ser violenta, que aquela criança deveria ter sido espancada, que precisaria então ser “salva” de sua família africana. O “sistema” chegou a essa conclusão à revelia de qualquer testemunho, de qualquer argumento, e disponibilizou Walter para adoção por uma família cuja identidade é protegida em sigilo. Depois disso, a família de Walter provou ter sido vítima de erro do “sistema”, mas apesar do reconhecimento de sua verdade nunca pôde reaver o filho. Família marcada pela colonialidade, despedaçada pela “justiça” colonial do presente. Um livro, intitulado *Por si llegas a leernos querido Walter*, foi escrito (por Enrique Martínez Reguera) na esperança de que algum dia o menino possa conhecer sua verdadeira história, que possa reconhecer-se nas páginas daquela narrativa, já que sua família nunca teve a chance de voltar a vê-lo, de explicar-lhe o que se passou. A esta família a “justiça” branca roubou o filho e também o direito de narrar a própria história.

Figura 1: Capa do livro *Por si llegas a leernos querido Walter*



Fonte: <https://www.traficantes.net/libros/por-si-llegas-leernos-querido-walter>

A história atroz de Walter e sua família era contada naquela sala pelos rastros discursivos dos documentos da assistência social e da disputa judicial, impressos em tamanho grande e pregados na parede, e do livro, que podia ser manuseado pelas visitantes da exposição (tempos pré-pandêmicos). No canto da sala, uma instalação rememorava o balanço de onde Walter havia caído.

Figura 2: Exposição “*Esta tierra jamás será fértil por haber parido colonos*” – instalação



Fonte: <https://ajuntament.barcelona.cat/lavirreina/es/exposicions/tierra-jamas-fertil-colonos-daniela-ortiz/366>

O que os documentos dispostos na sala mostram, na injustiça terrível que encerram, é o poder das instituições e de sua linguagem, sua função mediadora das estruturas racistas e classistas, na Europa contemporânea, acionadas contra uma família migrante africana, que mesmo tendo a seu lado a verdade, foi subjugada pela lei e pela burocracia estatal racista. Isso foi possível porque discursos de presunção de culpa e de violência dirigiram a ação de pessoas em nome de instituições; pessoas movimentando-se nos espaços discursivos que dominam por força das instituições que representam.

Já impactada seguiu para a próxima sala, que explorava o trabalho doméstico como reprodução no presente das relações coloniais escravocratas. A artista dispôs, em uma parede, desenhos e plantas baixas de projetos arquitetônicos de afamados arquitetos peruanos do período modernista; mansões para famílias abastadas, que incluíam “dependência de empregada”, o quatinho que reproduz no presente a lógica da casa grande/senzala. Ao lado das plantas dos arquitetos, Daniela Ortiz montou comparativos dos espaços dos quartos principais, bem como dos demais quartos da casa e do “quarto de empregada”. Em um dos vídeos que compunha as instalações naquela sala, a artista argumentava que a discrepância não se devia a escassez de recursos para as obras, ou de espaço nos terrenos – tratava-se de mansões de alto luxo, assinadas por arquitetos de alta patente –, mas à colonialidade interiorizada e subjativada pelas elites e pelos arquitetos.

Na parede oposta, estavam dispostas fotografias, retiradas de redes sociais, em que se apontava a presença-ausência de trabalhadoras domésticas racializadas nas rotinas de família brancas da elite peruana: fotografias em contextos do dia a dia das famílias, em que se viam mulheres uniformizadas ao fundo; de tardes no clube, em que as babás de branco eram apenas braços cortados, corpos mutilados na sequência de fotografias.

Figura 3: Exposição “*Esta tierra jamás será fértil por haber parido colonos*” – instalação



Fonte: <https://ajuntament.barcelona.cat/lavirreina/es/exposicions/tierra-jamas-fertil-colonos-daniela-ortiz/366>

Ainda nesta mesma sala era exibido um videodocumentário, dos anos 1970, em que uma mulher branca recebia em sua casa, para o primeiro dia de “trabalho”, uma adolescente indígena de 12 anos de idade. A patroa explicava o trabalho e mostrava a casa, os espaços de trabalhar e os espaços de viver. O documentário acompanhava a rotina da adolescente até o dia da festa de aniversário de uma das filhas da patroa, da mesma idade da garota indígena, mas totalmente distinta em seu direito à infância e às brincadeiras. O vídeo terminava mostrando o desconforto da garota explorada no serviço doméstico ao servir refrigerantes a outras crianças de sua mesma idade e ser ignorada – como as elites aprendem desde a infância a ignorar as pessoas subalternizadas, a não as reconhecer plenamente humanas, dignas de respeito e afeto.

O que Daniela Ortiz nos expunha, nesta sala, era a inescapável relação entre a condição das mulheres negras escravizadas do período colonial e as mulheres racializadas que desempenham hoje serviços domésticos. Assalariadas, ocupando posições subalternizadas, mulheres a que se reserva um lugar de “presença-ausente”: estão na rotina diária e nos momentos de lazer, com seu uniforme como marcador social que delimita sua exclusão da família, em que pese o papel afetivo que seguramente têm na formação das crianças das elites brancas latino-americanas. E o

próprio conceito de infância, que mais além do corte etário carrega os traços interseccionais da classe e da raça – o que é ser criança depende radicalmente desses marcadores, que operam tanto no nível das estruturas que sustentam a sociedade quando nas subjetividades engendradas socialmente, nas quais construímos nossa compreensão do mundo. Outra vez, a centralidade da linguagem.

Segue a visitante, já com os olhos cheios de dor e reconhecimento, para a próxima sala: políticas de migração. Aqui uma performance gravada em vídeo, em que Daniela Ortiz, estando grávida, submete-se a uma transfusão para receber sangue de um homem espanhol. Enquanto recebe o sangue, a artista discute o “*derecho de sangre*”, um critério jurídico utilizado na Espanha para concessão de nacionalidade. Segundo a lei, o filho de Daniela Ortiz, mesmo se nascesse na Espanha, como nasceria, não teria qualquer direito de cidadania europeia, pois herdaria de sua mãe a condição de ilegal, de “*sin papeles*”, já que os direitos da cidadania espanhola só poderiam ser adquiridos pelo sangue. A performance daquela transfusão, agora mediada no vídeo, problematizava as políticas de cidadania na Europa, e o fato de as crianças herdarem o *status* de clandestinidade de suas famílias. Na mesma sala, outro vídeo, de outra época: desta vez a artista recebe o coquetel de remédios que a lei de imigração estadunidense permite ser injetado nas pessoas em vias de extradição do país. À medida em que se submetia à recepção dessas drogas, a artista lia o texto do tratado de livre comércio entre o Peru e os Estados Unidos, e conforme as drogas percorriam sua corrente sanguínea, sua voz se tornava cada vez mais embargada no vídeo. Trata-se de uma combinação de drogas tranquilizantes que tornam a pessoa incapaz de resistir à extradição, de revoltar-se, de dificultar o trabalho das instituições, enfim.

Nessa sala, é o discurso legal e seu poder de realização no mundo, de normalização e regulamentação de injustiças – assim como no caso de Walter também – que atrai o pensamento da analista de discurso que expõe sua sensibilidade à exposição.

Figura 4: Exposição “*Esta tierra jamás será fértil por haber parido colonos*” – instalação



Fonte: <https://ajuntament.barcelona.cat/lavirreina/es/exposicions/tierra-jamas-fertil-colonos-daniela-ortiz/366>

Não acabou ainda, a sala é grande. Outra parede organiza um abecedário no estilo das cartilhas de alfabetização, o *ABC de la Europa racista*. Como em letras pedagógicas para crianças, Daniela Ortiz articula conceitos antirracistas e anticoloniais, num esforço de desconstrução. E já de saída, a artista explora a iconografia dos vitrais de catedrais europeias, os magníficos vitrais coloridos que filtram a luz e transformam o interior imenso das igrejas medievais. Na versão da artista, estão as personagens da invasão espanhola na América Latina; queimam os colonizadores em fogos terríveis, e também se apresentam as figuras emblemáticas da resistência nativa.

Nos dois casos, do abecedário e dos vitrais, Daniela Ortiz emula estilos, das letras ilustrativas de conteúdos e das figuras vitrais, para subverter o sentido ao reproduzir a forma. Um olhar desatento poderia, ao observar aquela obra de arte, enxergar apenas as semelhanças estéticas. Mas não, é na diferença que o sentido se expressa por oposição.

Figura 5: Exposição “*Esta tierra jamás será fértil por haber parido colonos*” – instalação



Fonte: <http://angelsbarcelona.com/en/events/daniela-ortiz-solo-show-esta-tierra-jamas-sera-fertil-por-haber-parido-colonos-la-virreina-centre-de-la-imatge-barcelona-23-11-19-16-02-20/384>

Ao explorar diversas relações entre passado e presente, a exposição capta, na sensibilidade da arte, a linguagem por trás da iniquidade. Uma dor me brilhou os olhos; doída de me saber descendente dos colonos a que se referia a artista no título de sua exposição. Filha branca da colônia, corpo que carrega o privilégio da branquidade quando se move nesses espaços coloniais. Corpo que carrega a história das migrações eugenistas no Brasil do início do século passado. Calou em meu peito a tristeza do privilégio consciente. O privilégio é acobertado todos os dias nas mídias de massa, nos discursos políticos, nos livros didáticos, pois a ignorância do privilégio conduz à ilusão do mérito. O privilégio consciente é tapa na cara; mesmo quando já nos havíamos dado conta dele, torna sempre a doer.

ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO: FUTURO DO PRETÉRITO, FUTURO DO PRESENTE

Na exposição de Daniela Ortiz, a artista tocou pontos sensíveis da relação linguagem e sociedade, apontando como diferentes domínios discursivos – da lei, do cotidiano, da mídia – servem de contenção, muitas

vezes, violenta aos desejos de vida. Por outro lado, a mostra serve-se da linguagem para operar sua resistência, como fazemos, nos estudos críticos do discurso, com outras ferramentas e em outras direções. Saí muito impactada da experiência, e tive aquele dia retornando ao pensamento no período inicial de isolamento pandêmico, já de volta a Brasília. O privilégio do isolamento; o isolamento como privilégio.

Quem pode isolar-se? Poderia a família de Walter? Podem as trabalhadoras domésticas? Podem as imigrantes? Como ficam as ambulantes, as informais? Tome-se o caso da primeira vítima fatal da COVID-19 no Brasil, uma trabalhadora doméstica que contraiu o vírus da patroa recém-chegada da Itália. Tome-se o caso de Belém e outras cidades brasileiras em que o serviço doméstico foi classificado entre os essenciais, decisão política hedionda para garantir à elite um isolamento mais cômodo, em que pesem os riscos para as trabalhadoras ou a necessidade de passarem a viver no trabalho – no quartinho –, isolando-se da própria família, mais uma vez em nome de outro cuidado. E quanto às coberturas midiáticas românticas da quarentena para a parcela da população que pode fazer *home office*, a linda oportunidade de estar mais presente, de estar com a família, de descobrir novos talentos e prazeres. As vulnerações e os privilégios que nos contornam, tudo isso tem a nos dizer, a nós analistas de discurso latino-americanas, sobre nossos pretéritos, presentes e futuros.

Ao pensar sobre os estudos críticos do discurso no Brasil, e traçar as relações temporais pertinentes a esses estudos, é claro que me reporto às experiências restritas que me é dado viver, aos tempos, espaços e grupos em que circulo. O que vejo é a busca sensível da história, a necessidade de reconhecimento das características próprias de nosso contexto, a imposição da colonialidade como o pó que cobre tudo. Isto é o que nos trouxe viradas capazes de identificar a singularidade de nosso trabalho e é, também, o que pode nos apontar futuros singulares.

Reportando-me a essa experiência local, dos grupos de pesquisa de meu convívio – não é demais repetir que não generalizo coisa alguma –, o que vejo é que a análise de discurso crítica no Brasil movimentou-se da adesão ao projeto formulado inicialmente por Norman Fairclough ao

distanciamento rumo a perspectivas mais autorais, mais contextuais, e até na direção contrária (se tomamos os textos mais recentes do autor). Para mim, trata-se de um movimento tectônico: muda tudo.

Não posso falar senão de minha própria história, de meus próprios movimentos. O afastamento dos modelos anteriores deu-se, nesse caso, primeiro pela contextualização radical, influência da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) via Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza (REDLAD), na zona de influência da pesquisadora argentina Laura Pardo, pensadora radicalmente engajada. Mais tarde, importantíssima foi também a influência de minhas alunas de doutorado, que me foram provocando ao movimento, instigando-me a abandonar o conforto das certezas teóricas. Por exemplo, me recordo exatamente do dia em que, numa sala de Tópicos de AD, Jacqueline Fiuza, agora doutora, desafiou o conceito de ideologia e abalou minhas certezas no conceito de Thompson, que lemos e escrevemos tantas vezes pelo viés do Fairclough.

Já se vão dez anos e ainda não resolvi o dilema teórico em torno da ideologia, mas já não subscrevo às certezas de antes. Como Jacqueline me apontou aquela tarde de Tópicos de Análise de Discurso, concordo que o conceito de ideologia faz mais sentido no embate em torno dos significados em disputa, na disputa entre os sentidos. Esse esforço de superação da simplificação do conceito, para incluir em seu escopo também o contraideológico, é, claro, teórico, mas sobretudo epistemológico. Daí seu maior desafio, pois obriga ao abandono da operacionalidade mais simples (modos de operação claramente postos) da definição mais estrita. Estar aberta ao debate teórico do conceito e seu alcance não significa, de nenhuma maneira, afrouxar o compromisso do posicionamento explícito dos estudos de discurso nessa vertente. Ao contrário, esse compromisso vejo cada vez mais como a fortaleza do campo, e ao mesmo tempo seu objetivo inalcançável, gerador das maiores angústias das alunas que encontrei nesse caminho. Adotar postura clara no debate ideológico não desqualifica nosso propósito e nos impõe profundas reflexões éticas. A ciência como ativismo é para mim cada vez mais uma necessidade.

Quanto ao papel da análise linguística e principalmente da terminologia linguística nos estudos críticos do discurso, outro movimento que me afasta do princípio desse meu caminho é a desconfiança nas categorias da linguística sistêmica. Percebo-as pouco operativas das mudanças que pretendemos realizar pelo instrumento da pesquisa científica. É claro que ninguém é ingênua de acreditar numa superação direta de problemas sociais complexos por meio de trabalhos acadêmicos. Esses problemas não se deixam mover tão facilmente. Tampouco estou dizendo que não acredito no potencial transformador do conhecimento que engendramos, isso não faria o menor sentido. O que estou dizendo, então, é que acredito no potencial transformador de nossos trabalhos, mas não de forma direta. É preciso construir as pontes, garantir os fluxos entre aquilo que fazemos na universidade e o tipo de ação que pode operar mudanças significativas no mundo – esse posicionamento também aponta a necessidade de olhar seriamente para a cognição, como sustenta Teun van Dijk, mas isso é assunto para outro ensaio.

As categorias analíticas são nossas ferramentas para gerar conhecimento sobre os textos, mas são tão difíceis os movimentos que precisamos fazer depois para conceber, a partir desse conhecimento categorial, algo que faça sentido no mundo, que faça sentido nas esferas de ação em que mudanças significativas podem ser realmente operadas! Se o conhecimento que geramos com essas categorias é tão difícil de fazer sentido (fazer sentir) nas esferas dos movimentos sociais, das políticas públicas, das redes, das mídias, não haverá um problema com as categorias? Não podem ser melhoradas no sentido da simplificação que as torne mais comunicáveis? Não podemos simplificar os procedimentos? Ou estamos encantadas pelo exercício retórico ao ponto de não conseguirmos desenredar o conhecimento em outra linguagem?

Nesses dois aspectos – o engajamento radical e a relativização da linguística inescapável – é inspirador o exemplo da escola alemã de análise de discurso crítica, no trabalho desenvolvido no DISS, o centro de estudos do discurso de Duisburg, a que cheguei também ao lado da Jacqueline, e onde vim a conhecer Siegfried e Margarete Jäger. Nesse centro, o que encontramos em nossa visita, em 2014, foi uma pequena

equipe muito comprometida com populações vulneradas naquele contexto, especialmente migrantes e povos ciganos. Seu trabalho realiza-se à base de muitos dados, especialmente de mídia, analisados como *corpus* de discursos em que se podem encontrar regularidades significativas, das quais é possível extrair conhecimentos e ferramentas para a luta social. A influência desse modo de trabalhar – pequena equipe, muitos dados, foco na mídia, busca de regularidades, engajamento social – é evidente nos projetos que coordeno, desde então, com a contribuição notável das queridas Carolina Araújo, Ingrid Ramalho, Daniele Mendonça e outras companheiras, e o apoio necessário das agências de fomento.

No grupo mais amplo das relações acadêmicas nos estudos do discurso na Universidade de Brasília (extrapolando os projetos específicos), é ao contexto do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, que atribuo a mais forte influência nos movimentos que me trouxeram aos estudos decoloniais, a seara de pensamento crítico (e de crítica ao pensamento crítico) que mais deslocamentos me provocou. No ano de 2017, o núcleo em questão promoveu o “Ciclo de Estudos Sentipensar a Decolonialidade (Feminista)” e logo depois o “Colóquio Decolonialidade em Abordagens Interdisciplinares”, ambos bem pequenos, mas importantes ao fomentar acesso a textos e pensamentos que ainda não havíamos articulado à crítica discursiva em nosso grupo, incluídas/os estudantes e colegas, como Pilar Acosta, Gersiney Santos, Sinara Bertholdo, Nair Rabelo e tantas outras, de então e de depois. A virada decolonial nos impôs novas necessidades de crítica e outros olhares para o trabalho que já vínhamos realizando, além de nos pôr frente a frente com nosso espaço subalterno na política do conhecimento e nossos privilégios, como discuti naquele mesmo ano na conferência que escrevi para o congresso da ALED.

Sei que ironicamente, apesar de todo esse movimento que aqui me esforcei em resumir, permanecem mais visíveis no campo dos estudos discursivos os textos que escrevemos ainda sob forte influência do pensamento de Fairclough, ou ao menos é o que sugerem os números de acessos e citações que as ferramentas acadêmicas digitais me têm mostrado. Mas há também os textos de maior viés autoral, que se aproximam muito

mais do trabalho mais recentemente realizado em nossas salas de aula, nos laboratórios de análise e nos grupos de pesquisa. São esses os que considero contribuições mais relevantes, ou pelo menos mais originais; é onde me percebo intelectualmente inscrita de forma mais potente.

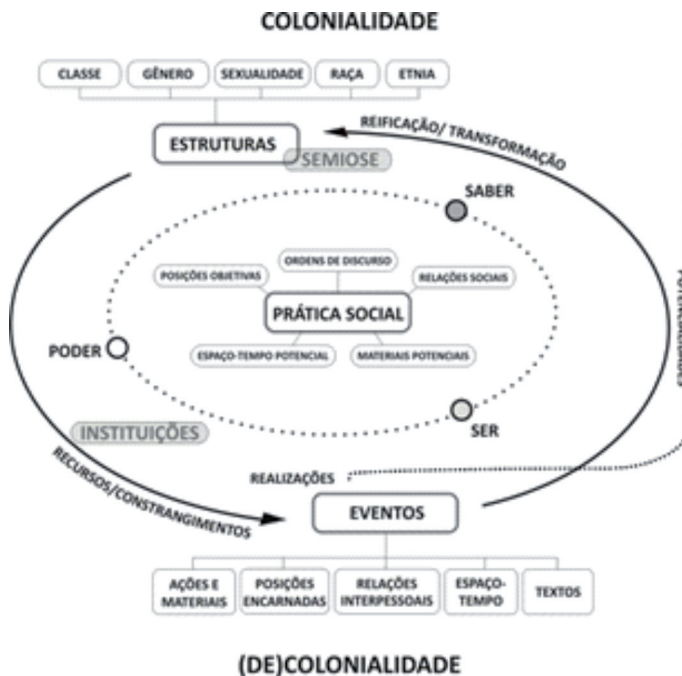
Em minha produção mais recente, esse movimento deu-se em dois caminhos: na proposta epistemológica que vim trabalhando depois do encerramento de meus estudos doutorais e principalmente desde que comecei o trabalho de orientação de dissertações e teses, nos grupos de discussão com estudantes e enfrentando as dificuldades que apresentavam; e na virada decolonial a partir de 2017, graças às reflexões no NELiS e também pelo estímulo de estudantes, como acabo de contar.

O primeiro movimento diz respeito a um esforço direcionado à reflexão sobre as práticas de produção de conhecimento em análise de discurso, o que ficou plasmado no livro *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. A apresentação desse livro já sinaliza um desejo de distanciamento daquele cânone. Em meu capítulo nessa obra, parto de um compromisso epistemológico que numa autoironia defini como “reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas”. Parto de referenciais teóricos acerca do funcionamento da sociedade (reportando-me a Bhaskar e Harvey, principalmente), do funcionamento da linguagem (conforme Halliday) e do funcionamento da linguagem na sociedade (em Fairclough), e, sem pretender negá-los, busco traçar um delineamento do funcionamento social da linguagem como o compreendo, num mapa ontológico que creio mais complexo e mais claro. Meu objetivo principal, nesse movimento, é compreender por que, em análise de discurso crítica, temos razão ao sustentar que, partindo de dados de linguagem, podemos chegar a discutir em profundidade problemas sociais. Depois, nesse mesmo texto, esforço-me em traçar um mapa epistemológico para críticas discursivas, partindo nesse caso da experiência de ensino dessas práticas, das dificuldades recorrentes das estudantes com quem trabalhei.

O segundo movimento, mais recente e mais diretamente ligado aos estudos decoloniais, foi fermentado em conferências que escrevi entre 2017 e 2019, e que conduziram à publicação do livro *Decolonizar os*

estudos críticos do discurso. Várias de minhas produções recentes em palestras e artigos científicos são caudatárias desse movimento, incluindo os monográficos para revistas que organizei mais recentemente. Graças a essa virada, pude questionar meu estar no mundo nesse campo de estudos de uma maneira mais radical, e direcionar um olhar mais apurado aos dados que pesquiso, com a centralidade crescente do aspecto territorial e interseccional em minhas análises. Em termos teóricos, o principal impacto em minha compreensão da sociedade é uma complexificação dos modelos de funcionamento da linguagem na sociedade a cuja reflexão tenho me dedicado ao longo dos anos e que já sinalizava naquele movimento anterior. No livro de 2019, propus a seguinte figura para ilustrar o movimento:

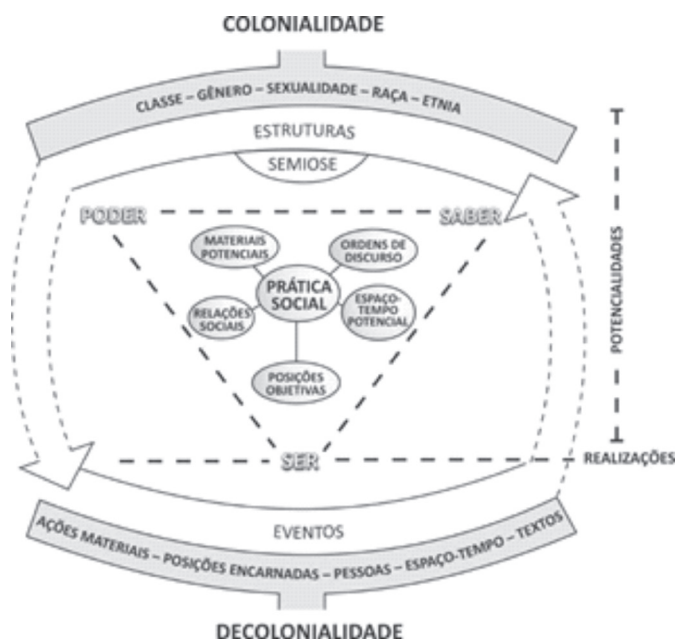
Figura 6: Mapa ontológico do funcionamento social da linguagem em diálogo com o giro decolonial



Fonte: elaboração própria com apoio técnico de André Sampaio

Na ocasião, também considerei a figura a seguir, que permaneceu inédita ao ser substituída pela anterior:

Figura 7: Mapa ontológico do funcionamento social da linguagem em diálogo com o giro decolonial (versão anterior, de semelhante teor)



Fonte: elaboração própria com apoio técnico de André Sampaio

As duas figuras representam as mesmas categorias onto-epistemológicas, à exceção do destaque às instituições, que foi acrescentado na figura, por fim, publicada. Nelas, a posição superior das estruturas sociais de classe, gênero, sexualidade, raça e etnia sinaliza sua atuação pervasiva sobre as instituições ordenadoras de práticas sociais e semiose, e, por extensão, sobre eventos. Enquanto a noção de prática social, central nas duas figuras, diz respeito a potencialidades situadas em esferas de atividade, as estruturas transcendem as práticas situadas, exercendo influência nas instituições e modalidades semióticas a que recorrem. A contribuição original das figuras é sobretudo focalizar com mais clareza as realizações em eventos, também compreendidos na inter-relação de seus elementos constituintes – elementos que realizam a potência prevista na prática.

Cada um dos processos abordados por Daniela Ortiz, na exposição a que me referi antes, pode ser tomado para ilustrar essas relações – pense, por exemplo, no caso de Walter, dos documentos e práticas da política de assistência social que realizaram o racismo institucional nos eventos, resultando o terrível desfecho. Na crítica discursiva, a porosidade entre conceitos e categorias apela à necessidade de reflexão profunda sobre as condições de possibilidade em relações de emergência, condições que sofrem o impacto estruturante de raça, etnia, classe, gênero, sexualidade, e daí ser fundamental reconhecer os encadeamentos dos lugares de privilégio e de opressão, institucionalmente estruturados, e as possibilidades de resistência. É onde reside, creio, o principal interesse dos estudos críticos do discurso e suas mais caras promessas de futuro.

DE VOLTA AO INÍCIO: PERGUNTAS

Tal como a artista Daniela Ortiz articula arte e ativismo, podemos articular ciência e ativismo de uma forma mais eficiente? Podemos realizar um trabalho que seja academicamente sério, socialmente engajado e humanamente belo? Na posição de analistas de discurso, como podemos trabalhar entre a crítica do discurso e a crítica dos próprios privilégios? Será isso o que finalmente nos permitirá fazer a diferença que tanto creditamos a nosso trabalho? Quando permitiremos à sensibilidade penetrar a dureza categorial da análise? Faremos uma ciência sensível, capaz de comunicar, como a arte, o lugar da linguagem, a ação da linguagem, nos erros sociais que queremos penetrar?

Creio que para isso dois focos de atenção são inescapáveis. Primeiro, a relevância da atenção aos temas de investigação radicalmente locais e de interesse para além dos exercícios retóricos do campo – nada de agendas importadas, muita atenção às estratégias locais de ação e resistência, mas sem perder de vista o estudo das formas de opressão (é necessário). Depois, a preocupação da clareza: apenas a linguística necessária aos empreendimentos analíticos situados, nenhuma terminologia além da necessária, nenhum malabarismo intelectual de vitrine.

É claro que os desafios desse futuro, calcado num presente aterrador, no caso brasileiro, são muito maiores que as vias dos movimentos que me permiti explorar nesse texto para pensar os estudos do discurso em suas potências que me parecem mais visíveis, mais brilhantes. Como poderiam os desafios do futuro não ser terríveis, diante do autoritarismo presente? No momento em que nos vemos, preocupa a criminalização de nossos campos de estudo, de nossas profissões, de nossas instituições. Preocupa poder seguir sendo, pensando, sentindo.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Adriana dos Santos Pereira: doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: adrika.pereira13@gmail.com

Alana Lessa do Nascimento Silva: discente do Curso de Especialização no Ensino de Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da rede pública estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: alana.lessas@gmail.com

Alexssandro da Silva Pereira: especialização em andamento em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas Estrangeiras pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de espanhol de curso livre. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: alexssandrobr@gmail.com

Ametista de Pinho Nogueira Silva: doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Professora da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: ametistapedrita@gmail.com

Ana Lorena dos Santos Santana: doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da rede municipal de ensino na cidade de Fortaleza/CE. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: alorena.santana@gmail.com

Ana Marcelle Rodrigues Pimentel: mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN. Professora das redes particular e estadual de ensino. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: marcellepimentel@hotmail.com

André Diego Carvalho de Oliveira: graduando em Letras – Espanhol pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: diegodeoliveirarelacionamentos@gmail.com

Ángel Cañete Gómez: mestrando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: angelcaneteidiomas@gmail.com

Antônio Heleno Ribeiro Santiago: mestrando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Discursos e Digitalidades (DIGITAL/UFC) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: helenosantiago@hotmail.com

Antonio Soares da Silva Júnior: mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE). Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos da Universidade Estadual do Ceará (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: silva_jnior@yahoo.com

Auristela Rafael Lopes: doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da rede estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: auriarafa@gmail.com

Bruno Eduardo Santos da Silva: bacharel em Enfermagem pelo Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão UniFacema. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: bruno.enf2012@hotmail.com

Camila Maria dos Santos Silva: mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista CAPES e Professora da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: profacamilasantos@gmail.com

Cícera Fernanda Sousa do Nascimento: mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: fernandapt2012@gmail.com

Claudênia de Paula Lemos: doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Estudos em Discurso, Identidades e Prática Social (GEDIP/UFC) e Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: claudenialemos1@gmail.com

Eric Silva dos Santos: mestrando Interdisciplinar em Letras e História pela Faculdade de Ciências, Educação e Letras do Sertão Central (Feclesc/UECE). Professor da rede municipal de ensino de Fortaleza. Membro do Grupo de Estudos Discurso, Identidade, Raça e Gênero (GEDIRG/UECE) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: espoliin@gmail.com

Fábio Paulino de Oliveira: mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Técnico em Assuntos

Educacionais (UNILAB). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq), do Núcleo de Pesquisa em Imagem, Som e Texto (SENSORIA/UNILAB/CNPq) e do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Dandara (UNILAB/CNPq).

E-mail: fabio@unilab.edu.br

Fernando Henrique Rodrigues de Lima: doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista FUNCAP e Professor da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq) e do Grupo de Estudos em Discursos e Digitalidade (DIGITAL/UFC).

E-mail: prof.fhlima@gmail.com

Francisco Daniel Batista da Silva: mestrando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor de língua inglesa pela rede municipal de ensino de Fortaleza. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: fdanielsilva3@gmail.com

Gislene Araújo Gabriel: bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Estudante. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: gislenegabriel@hotmail.com

Gustavo Cândido Pinheiro: doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Estudos em Discurso, Identidades e Prática Social (GEDIP/UFC).

E-mail: intergug@hotmail.com

Helder Felix de Sousa Júnior: mestrando pela Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada (UECE). Professor da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: juniorusso.felix@gmail.com

Hylo Leal Pereira: doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Estudos e Ensino de Texto (GEENTE/UECE) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq). E-mail: hyloléal@gmail.com

Iara de Sousa Nascimento: mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Estudos em Discurso, Identidades e Prática Social (GEDIP/UFC) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica (GPADC/UECE): representações, ideologias e letramentos e do Grupo de Estudos Pragmática Cultural (PRAGMACULT/UECE). E-mail: sousa.yara15@gmail.com

Ikaró César da Silva Maciel: mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor de Inglês da rede privada de ensino. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq). E-mail: ikaromaciel@hotmail.com

Ingrid Xavier dos Santos: doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista FUNCAP. Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem e identidade: abordagens pragmáticas (UNICAMP), do Grupo de Estudos Bakhtinianos do Ceará (GEBACE/UECE) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq). E-mail: ingridxaviersantos@yahoo.com.br

Joelma Soares da Silva: doutora em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora Adjunta da FEAAC/UFC. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq). Grupo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo (GEPES/UFC/CNPq). E-mail: joelma.soares@ufc.br

Kelvy Wanderson de Morais Maia: graduando em Língua Portuguesa/Literatura Licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista PIBIC/CNPq. Membro do Grupo de Estudos Benjaminianos (GEB/UECE) e do Grupo de Estudos em Mídia e em Tensões Sociais no Contemporâneo (GEEMTES/UECE) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).
E-mail: kelvywanderson@gmail.com

Lucas Matheus Silva Teixeira: mestrando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).
E-mail: lucas@lucasteixeira.com.br

Lucineide Matos Lopes: mestra em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Professora da rede municipal. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).
E-mail: lucineidematoslopes@gmail.com

Lucineudo Machado Irineu: pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Curso de Letras e do PosLA/UECE. Líder do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).
E-mail: lucineudo.irineu@gmail.com

Manoel Ivany dos Santos Vieira Junior: graduado em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).
E-mail: manoel.ivany@aluno.uece.br

Márcio José Leite de Araújo: graduado em Letras/Português pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor do Ensino Médio em rede estadual e particular. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).
E-mail: marcioliteratura@hotmail.com

Maria Eduarda Gonçalves Peixoto: doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora do Curso de Letras (UECE). Membro do Grupo de Estudos em Discurso, Identidades e Prática Social (GEDIP/UFC) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: mariaeduardagp@gmail.com

Marizita Saraiva Rabelo: especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: marizita_rabelo@yahoo.com.br

Oton Fábio Xavier Viana: graduado em Letras – Língua Portuguesa. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: fabioviana7@hotmail.com

Paula Trajano de Araújo Alves: mestranda em Ensino e Formação Docente pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Professora da Rede Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: paula.trajano15@gmail.com

Rafael Gonzaga Muller: mestrando em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Una (MG). Técnico em Regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: rafaelgonzaga@mailfence.com

Rebeca Sales Pereira: doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Estudos de Discurso, Identidade e Prática Social (GEDIP/UFC) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: rebeca_ufc@yahoo.com.br

Suellen Fernandes dos Santos: doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista Funcap e professora da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: suellen.sfs9@gmail.com

Suêrda Lino Barroso: mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista CAPES e Professora da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Estudos Bakhtinianos do Ceará (GEBACE/UECE) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica (GPADC/UECE): representações, ideologias e letramentos.

E-mail: suerdalino@hotmail.com

Suze do Amaral Oliveira: mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Professora do Estado do Ceará (SEDUC). Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: suzeamaral@hotmail.com

Tatiana Freitas Ribeiro Alcântara: especializanda em Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora-formadora da rede municipal de ensino de Maracanaú-Ce. Membro do Grupo de Estudos em Práticas de Letramento, Gêneros Textuais, Tecnologias e Formação Tecnológica do Professor (PRAGENTEFORTE/UECE) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: tatianatfra@gmail.com

Viviane Vieira: professora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, onde atua também como editora do periódico Cadernos de Linguagem e Sociedade e como vice-coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade. Desenvolve atualmente o projeto Estudos Críticos do Discurso nas práticas de aprendizagem de Português como língua materna.

E-mail: vivi@unb.br

Viviane de Melo Resende: professora da Universidade de Brasília, onde é coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade e diretora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Realizou estudos pós-doutorais na Universidad Pompeu Fabra e na UFMG. É editora das revistas *Discurso & Sociedad* e *Revista Latino-Americana de Estudos do Discurso*. Vice-presidenta da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED). Vocal da Junta Diretiva e Coordenadora da Comissão de Investigação da Associação de Estudos de Discurso e Sociedade (EDiSo). Board Secretary do Research Committee Language and Society (RC25), da ISA

E-mail: resende.v.melo@gmail.com

Waldenia Marcia da Silva Barbosa: doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da Rede Municipal de Fortaleza. Membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: waldenia.comunicacao@gmail.com

Zilda Maria da Silva Dutra: mestrado em Letras pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Professora da rede estadual de ensino do Ceará. Membro do Grupo de Gêneros Textuais e Perspectivas Metodológicas (GETEME) e do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (GPADC/UECE/CNPq).

E-mail: zildamarialetras@gmail.com

GRUPO DE PESQUISA



ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Representações, Ideologias e Letramentos

Iara de Sousa Nascimento
Ikaro César da Silva Maciel
Ingrid Xavier dos Santos
Jéssica Pinto Vieira
Joelma Soares da Silva
José Alves Ferreira Neto
Kelvy Wanderson de Moraes Maia
Leandro de Holanda Rolim
Lucas Matheus Silva Teixeira
Lucineide Matos Lopes
Lucineudo Machado Irineu
Manoel Ivany dos Santos Vieira Junior
Márcia Linhares Rodrigues
Márcio José Leite de Araújo
Maria Eduarda Gonçalves Peixoto
Marizita Saraiva Rabelo
Oton Fábio Xavier Viana
Paula Trajano de Araújo Alves
Rafael Gonzaga Muller
Rebeca Sales Pereira
Suelen Teles Barreto
Suellen Fernandes dos Santos
Suêrda Lino Barroso
Suze do Amaral Oliveira
Tatiana Freitas Ribeiro Alcântara
Tatiana Lourenço de Carvalho
Vanessa Vanda Batista Teixeira
Viviane de Melo Resende
Viviane Vieira
Waldenia Marcia da Silva Barbosa
Zilda Maria da Silva Dutra

GRUPO DE PESQUISA



ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Representações, Ideologias e Letramentos






Adriana dos Santos Pereira
Alana Lessa do Nascimento Silva
Albaniza Brigida de Oliveira Neta
Alexssandro da Silva Pereira
Amanda Almeida Alencar de Souza
Ametista de Pinho Nogueira Silva
Ana Lorena dos Santos Santana
Ana Marcelle Rodrigues Pimentel
André Diego Carvalho de Oliveira
Ángel Cañete Gómez
Antônio Heleno Ribeiro Santiago
Antonio Soares da Silva Júnior
Auristela Rafael Lopes
Bruno Eduardo Santos da Silva
Camila Maria dos Santos Silva
Cícera Fernanda Sousa do Nascimento
Claudênia de Paula Lemos
Eric Silva dos Santos
Érika Rodrigues Moraes Machado Girão
Fábio Paulino de Oliveira
Fernando Henrique Rodrigues de Lima
Filipe Teixeira Vieira
Francisco Daniel Batista da Silva
Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Gislene Araújo Gabriel
Gustavo Cândido Pinheiro
Helder Felix de Sousa Júnior
Hylo Leal Pereira

O Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica da Universidade Estadual do Ceará, nosso **GPADC/UECE**, instância coletiva da qual emerge a proposta deste livro, congrega pesquisadores/as interessados/as nos estudos críticos da linguagem e objetiva, de modo geral, desenvolver investigações que analisem objetos de pesquisa construídos à luz da concepção de linguagem como prática social, voltando-se para o desenvolvimento de pesquisas sobre representações, ideologias, letramentos, discurso de/sobre grupos minoritários e/ou em situação de vulnerabilidade social, identidades, desconstrução de relações assimétricas de poder e descolonização do saber.

No âmbito do GPADC, reconhecemos que é preciso marcar politicamente o lugar epistemológico do qual falamos: a Linguística Aplicada (LA), que nos possibilita disseminar **nostros ideais enquanto grupo de pesquisa**, a saber:

- praticar a produção democrática do conhecimento;
- possibilitar amplo acesso aos bens produzidos academicamente;
- combater relações de poder que se instauram na universidade e fora dela.

A partir destes ideais, a presente obra discute conceitos-chave que auxiliam na problematização/desconstrução de relações de poder projetadas na sociedade contemporânea e se preocupa em fornecer a pesquisadores/as em ADC a oportunidade de autorreflexão sobre sua atuação do mundo a partir das noções de *discurso, poder, ideologia, hegemonia, texto, modernidade tardia, prática discursiva, prática social, mudança discursiva e social e dialética discurso-sociedade* debatidas por escrito nos capítulos e oralmente nos podcasts que compõem a obra. Importa destacar que, atualmente, **já somos quase 100 pesquisadores/as reunidos/as no grupo**, entre professores/as, estudantes de graduação e de pós-graduação e profissionais diversos/as de diversas áreas do conhecimento! E isso é algo de que nos orgulhamos muito: nosso grupo de pesquisa é aberto a todos/as que nos procuram, sem qualquer tipo de restrição!
Quer se juntar a nós no GPADC? VEM!

-  @grupoadcuece
-  Grupo de pesquisa ADC: representações, ideologias e letramentos
-  GPADC UECE
-  <http://www.uece.br/gpadc/>
-  gpadc@uece.br



9 786556 370668